

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 11ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

**ATAS**

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/5/2011

Presidência dos Deputados José Henrique e Rômulo Viegas

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Indicações: Requerimento do Deputado Rogério Correia; discursos dos Deputados Rogério Correia e Luiz Henrique; votação do requerimento; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; questão de ordem - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Ana Maria Pacheco para o Cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop -; requerimento do Deputado Rogério Correia; aprovação do requerimento - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. José Geraldo Oliveira Silva para o Cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam -; requerimento do Deputado Rogério Correia; aprovação do requerimento - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 540/2011; renovação da votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 541/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 667/2011; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 821/2011; discurso do Deputado André Quintão; questão de ordem; discursos dos Deputados André Quintão e Pompílio Canavez; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Mauri Torres - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.



Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia), 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia solicitando que a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Ana Maria Pacheco para o Cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop - seja apreciada em primeiro lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, peço que V. Exa. leia o requerimento novamente, para que os Deputados prestem atenção. Fizemos um acordo de inversão de pauta para votarmos, primeiro, os projetos.

O Sr. Presidente - (- Lê:)

“O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a inversão da pauta, de modo que a indicação do nome da Sra. Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop - seja apreciada em primeiro lugar.”

O Deputado Rogério Correia* - Fizemos um processo de negociação para votarmos hoje os projetos de lei. Vieram duas indicações, mas ainda não existe consenso do Bloco Minas sem Censura para sua votação. Por isso solicitamos que a indicação seja adiada e que votemos os projetos. V. Exa. sabe que questionamos a motivação que leva o Governador a nomear ou a indicar representantes de institutos, inclusive os que estão na pauta de hoje, estando já trabalhando, já foram indicados. Fomos ao Ministério Público e conversamos com o Procurador do Estado sobre essas indicações, por exemplo a da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam -, que está na pauta de hoje, e a da Faop, cujo nome é o da Sra. Ana Maria Pacheco, para a qual apresentamos o requerimento. A Sra. Ana Maria Pacheco foi exonerada e, depois, indicada sem que a Assembleia Legislativa a sabatinasse e sem aprovação do Plenário. Tanto isso é verdade, que está na pauta do Plenário do dia de hoje. Mas, em todos os casos de que temos notícia, as pessoas já estão trabalhando e ordenando despesas.

A Constituição do Estado é muito clara e estabelece que, previamente, os nomes têm que ser sabatinados e aprovados pela Assembleia Legislativa. Nisso há um desrespeito evidente do Governador do Estado com o Poder Legislativo. Se a base do governo não se importa, que retire essa obrigatoriedade da Constituição. Mas, se a Constituição obriga que a Assembleia Legislativa aprove os nomes previamente, assim tem que ser feito. O Governador não pode meter a caneta e nomear uma pessoa cujo nome ainda não apreciamos. Isso me causa indignação. Por vezes, vejo a oposição ao governo Dilma reclamar de falta de respeito da Presidenta com o Poder Legislativo no Senado. Pessoalmente não vejo nada disso: a Presidenta envia projetos de lei e outras questões para o Senado, como manda o figurino. Aqui a Assembleia Legislativa está paralisada porque não há iniciativa nenhuma do governo. Deveria ter sido feita, por exemplo, uma discussão sobre a reforma administrativa, mas o Governador meteu a caneta e, por lei delegada, criou cargo, criou secretaria e subsecretaria. Fez o que quis, sem que o Poder Legislativo fizesse um balanço sobre o funcionamento da máquina administrativa do Estado. E, agora, recebemos indicação para fundações e institutos, como a Fucam, a Faop e o IEF.

Aliás, diga-se de passagem, a Justiça bloqueou os bens de Humberto Candeias, ex-Chefe do IEF, acusado de desviar R\$7.000.000,00. Seus bens foram bloqueados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que tenta recuperar pelo menos R\$7.100.000,00 desviados dos cofres públicos. Agora já é o Tribunal de Justiça, já não é o Ministério Público. Por isso é importante que a Assembleia analise quem está sendo indicado. O desvio do IEF é um problema pelo qual o governo tem que responder. Por isso, quando chegar a aprovação do IEF, teremos que verificar e saber que procedimento tem sido adotado pelo governo para a apuração do que foi feito dentro do IEF. Estava para vir para cá um projeto unificando IEF e Igam, sem fazer um balanço do que foi feito dentro do IEF. São R\$7.000.000,00 de verbas desviadas do IEF. Está aqui o bloqueio de bens do ex-Chefe do IEF. Estamos cobrando para que não se aprove, na Assembleia Legislativa, nomes de qualquer maneira, ou, pelo menos, não vamos dar aval ao governo para que ele possa nomear, da forma como quer, aqueles cujos nomes deveriam aqui ser aprovados. Aliás, o governo já erra no caso daqueles que não tinham de ser aprovados. É bom o procedimento de aprovação pela Assembleia. Por exemplo, foram aprovados nomes que o governo já retirou por uma questão de crise, em vista da questão do Ficha Limpa. Se tivessem passado pela Assembleia Legislativa, teríamos feito uma filtragem. É exatamente esse o motivo. Essa notícia do desvio de R\$7.000.000,00 dentro do IEF veio a calhar. Quero saber do Governador Anastasia o que está sendo feito de concreto para apurar isso. O Presidente do PSDB disse que nada ficará sem resposta, por isso estamos cobrando, mais uma vez, uma posição do Governador.

Nós, do Bloco Minas sem Censura, estamos pensando em propor mais uma comissão parlamentar de inquérito para verificar a situação do IEF; porém, desanimamos, porque colhemos 23 assinaturas, ficam faltando três, e nada é apurado. Tudo fica sem resposta, e nada é apurado. Aqui, em Minas, as sujeiras que deveriam ser corrigidas acabam ficando escondidas debaixo do tapete. Tenho reclamado muito disso. Então, nesse caso que estamos discutindo agora, fica claro que não podemos aprovar as indicações. Por isso fiz esse requerimento solicitando uma inversão, para ganharmos tempo.



Isso não significa obstrução ao procedimento da Assembleia e a seu funcionamento como um todo. Hoje estamos completando 100 dias de mandato. São 100 dias de muita atuação, em especial nas Comissões, que têm funcionado de forma exemplar. Uma grande novidade nesses 100 dias foi a formação e a concretização de um bloco forte de oposição, o Minas sem Censura. Estamos comemorando hoje 100 dias de existência de um bloco que, em Minas Gerais, foi a grande novidade desse período, embora o governo não quisesse, ou seja, embora tenha tentado, por todos os meios, impedir a unidade das oposições na Assembleia Legislativa; todavia essa unidade tem feito com que procedimentos equivocados do governo sejam corrigidos.

Tivemos, por exemplo, o caso do hotel do Ipsemg, que também terá de submeter-se à aprovação desta Casa. Para aprovar o nome do Ipsemg, queremos saber quais procedimentos têm sido adotados depois da denúncia que fizemos no tocante ao hotel do Instituto. O nome indicado pelo Governador tem de ser aprovado aqui, também nos moldes dessa indicação que estamos discutindo agora por meio do meu requerimento. Vimos a pretensão de se construir um hotel de luxo no prédio do Ipsemg, na Praça da Liberdade, por um aluguel no valor de R\$15.000,00. Imaginem alugar um prédio daqueles por R\$15.000,00, Jayro Lessa! V. Exa., que é “expert” em negócios, que tem um tato muito grande para negócios, imagine construir um hotel por um aluguel de R\$15.000,00, na Praça da Liberdade! É um negócio da China! Conseguimos desfazer isso, mas gostaríamos de saber se o Ipsemg vai continuar com esse tipo de atitude, leiloando seus bens, entregando aos amigos do rei os bens que custou tanto a adquirir, bens que são, aliás, dos próprios servidores. Esses problemas nos levam a não dar aval ao Governador, quando faz nomeações antes da aprovação da Assembleia. Foi uma vitória que conseguimos em nossa Constituição, por iniciativa, na época, do Deputado Miguel Martini - quero parabenizá-lo -, que, depois foi eleito Deputado Federal e foi candidato a Senador. Deixou a esta Casa essa importante prerrogativa de decidir, aprovar ou não, os nomes indicados pelo Governador do Estado para esses cargos essenciais. É uma prerrogativa de que nós, Deputados, não podemos abrir mão. O Governador tem nos retirado essa prerrogativa por meio de um truque: designar. Mas não existe designar como instrumento jurídico em relação a esses cargos, que têm de ser preenchidos por nomeação. Ele inventou uma designação que não existe.

Sr. Presidente, no que for possível, vamos retardar a votação desses nomes, até a resposta do Ministério Público. Apresentamos a questão ao Dr. Alceu, responsável maior pelo Ministério Público, para que analise essas medidas tomadas pelo Governador, se são juridicamente permitidas. Se não o forem, o Governador vai ter de responder por crime de responsabilidade, por ter passado por cima não apenas do Poder Legislativo, mas da Constituição do Estado, o que é ainda mais grave. O Prof. Anastasia é profundo conhecedor da Constituição do Estado. Em relação a esse caso, fica até difícil dizer que foi mal orientado, porque é conhecedor da Constituição, ajudou na sua elaboração, foi assessor da Constituinte, época em que prestou relevantes serviços. Não há como o Governador fugir dessa responsabilidade.

Então, Sr. Presidente, como disse, não há procedimento do Bloco Minas sem Censura de paralisação da pauta como um todo. Há projetos de lei a serem votados posteriormente. Estamos dispostos a analisá-los. São projetos simples. Também não há projeto de importância do governo. O que poderia haver, ele o fez por meio de lei delegada, o que deixou a Assembleia sem a importância devida, do ponto de vista de projeto de lei. Somos importantes em relação às nossas Comissões, às análises e às fiscalizações que fazemos. Peço, então, a V. Exa. que aproveemos o requerimento para adiar a discussão das indicações e votarmos os projetos de lei que constam na pauta. Solicito ainda ao Ministério Público uma resposta mais rápida, ao que apresentamos a respeito dessa usurpação das prerrogativas do Poder Legislativo em fazer a análise das indicações do Governador. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Luiz Henrique.

O Deputado Luiz Henrique* - Há mais de 30 dias, participei da Comissão Especial que aprovou o nome da Sra. Ana Maria Pacheco para a Fundação de Arte de Ouro Preto, pessoa muito competente. O que está havendo? Está faltando agilidade por parte do Plenário para discutir e aprovar. Não adianta jogar a culpa no Executivo, que cumpre a Constituição. Gostaria de dizer que o Governador encaminhou a indicação há mais tempo, que foi aprovada em Comissão e apenas aguarda a discussão no Plenário. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Vanderlei Miranda - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário, e não registrar o seu voto.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, meu voto não foi computado. Meu voto é “sim.”

O Deputado Gustavo Corrêa - Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O Deputado Elismar Prado - Presidente, meu voto é “sim”.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram “sim” 37 Deputados, que, somados aos 7 em comissões, perfazem o total de 44 parlamentares. Está ratificada a aprovação do requerimento.

Questão de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem a respeito da votação. O Regimento Interno diz que é preciso que existam, para efeito de aprovação, 39 Deputados em Plenário.

O Sr. Presidente - Foram registrados 33 votos. Computando-se os Deputados que proferiram seus votos por meio do microfone e os Deputados nas comissões, está aprovado o requerimento.

O Deputado Vanderlei Miranda - Mas, Sr. Presidente, o Regimento Interno diz que, para efeito de validar a votação, é preciso que o Deputado esteja em Plenário.



O Sr. Presidente - Respondendo à questão de ordem de V. Exa., art. 126 do Regimento Interno: (- Lê:)

“Será computada a presença, para todos os efeitos regimentais, como se no Plenário estivesse, do Deputado presente à reunião de Comissão realizada no Palácio da Inconfidência concomitantemente com reunião da Assembleia Legislativa.”

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Vem à Mesa, requerimento do Deputado Rogério Correia solicitando o adiamento da votação da referida indicação. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. José Geraldo Oliveira Silva para o Cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia solicitando o adiamento da votação da mencionada indicação. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Proseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 540/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Presidência vai renovar a votação do Substitutivo nº 1. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 540/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 541/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 541/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 667/2011, do Governador do Estado, que altera o art. 1º e o Anexo da Lei nº 17.987, de 30/12/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 821/2011, do Deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponte Nova o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, concedo aparte ao Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Apenas quero 1 minuto para parabenizar o Deputado Vanderlei Miranda, que, há bastante tempo, levantou uma questão importante nesta Casa: a votação através do quórum. Corretamente parece que todos nós entendemos o recado, porque não é possível a Assembleia Legislativa permanecer trabalhando com quórum limitado na votação de projetos. Não faço eco àquilo que a imprensa entende de forma equivocada, ou seja, o funcionamento da Assembleia através das suas comissões e dos trabalhos que são feitos. Quanto a isso, não há a menor dúvida do trabalho que tem feito cada parlamentar nestes 100 dias que estamos completando. E isso tem ocorrido de maneira cada vez maior por parte de cada Deputado e da Assembleia como um todo. Mas é importante que, na discussão e na aprovação dos projetos, dispensemos uma atenção especial. E o Deputado Vanderlei abordou isso de maneira bastante efusiva, que, por vezes, poderia parecer um pouco mais insistente. Mas ele demonstrou a validade do que queria. Portanto quero parabenizar publicamente a postura do Deputado Vanderlei.

O Deputado André Quintão* - Bem, Sr. Presidente, quero cumprimentar primeiramente a base do governo presente. Parece que o encontro com o Secretário ontem foi bastante proveitoso. É bom a Casa estar cheia para discutirmos os projetos importantes que dizem respeito ao Estado de Minas Gerais.

Esse projeto do Deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponte Nova o imóvel que especifica - querida Ponte Nova, terra do nosso querido Reinaldo, terra do João Bosco e de tantos outros conterrâneos ilustres -, foi resultado de desarquivamento de projeto apresentado pelo ex-Deputado Fábio Avelar na legislatura anterior. Esse projeto tem uma finalidade social muito importante. É um terreno, na faixa de domínio, que, por questões legais, se encontra pendente com o DER. Há 47 famílias residindo ali. E o Município está implementando um programa de melhoria nas condições de habitabilidade, principalmente com a recuperação de áreas degradadas, a contenção de encostas e o serviço de saneamento. Então é importante essa regularização, para que as famílias sejam atendidas em todas as questões, até saneamento.

Em se tratando de saneamento - por isso é importante a Assembleia discutir projetos dessa natureza, repito -, é necessário que esta Casa Legislativa tome outras providências, Deputado Carlin. Reitero, ao discutir esse projeto e aproveitando a presença dos Líderes da base do governo nesta manhã, uma questão muito importante. Estivemos na Copanor na semana passada. E o Diretor-Presidente dessa empresa reafirmou que ela não prestará atendimento de água e esgoto a povoados e localidades com até 200 habitantes. Esta Casa aprovou a criação da Copanor, subsidiária da Copasa, justamente para atender a famílias no semiárido mineiro. A Copanor começou a implantar os seus serviços de água e esgoto no Vale do Jequitinhonha, mas excluiu o atendimento a localidades com até



200 habitantes. Então, aprovamos um requerimento para que o Governador Anastasia determine que a Copanor cumpra a lei, porque, no Plano Plurianual de Ação Governamental, a Assembleia aprovou uma ação específica de atendimento a povoados e localidades com até 200 habitantes, mas a Copanor alega que não tem recursos para isso.

Quando houve esse desmembramento, a Copasa passou a ter lucros e a ser superautônoma. Há recursos do Tesouro que podem ser deslocados para a Copanor. O Município de Ponte Nova, por meio desse projeto do Deputado Fred Costa, está desenvolvendo um programa de saneamento e de habitabilidade. Queremos que o governo do Estado, por meio da Copanor, faça o mesmo nos Municípios do Jequitinhonha em cujos povoados e localidades existam até 200 habitantes, porque esses habitantes estão tendo de carregar água em latas por 3km, 4km.

O Sr. Presidente - Deputado André Quintão, não estou entendendo: esse projeto não tem nada a ver com a Copanor.

O Deputado André Quintão* - Tem a ver com saneamento.

O Sr. Presidente - Não, a Copanor não consta nesse projeto.

O Deputado André Quintão* - Tem a ver com saneamento. Então, vou falar da Copasa. Como disse ontem e vou repetir agora, quando a Copasa abriu o seu capital, criou a Copanor. Antes, havia o tal do subsídio cruzado, que permite que o milímetro cúbico de água numa Capital seja muito mais barato que numa implantação no povoado de uma localidade distante. Por isso, o recurso auferido aqui era reinvestido em áreas mais pobres. A Copanor é como se fosse aquela parte que “dá prejuízo, por isso, fica para lá”; e a Copasa, banda boa, que dá lucro, fica para os acionistas, Deputado Fabiano Tolentino. O Deputado Arlen Santiago, que é da região, sabe o que estou dizendo. A Copanor alegou que conseguiria ter sustentação tarifária e de rendimentos, mas teria de investir mais nos povoados e localidades com até 200 habitantes. Então, tirou esse pessoal por critério interno de atendimento.

Levei essa questão ao Governador Anastasia - todos sabem que sinto grande respeito por ele -, que é uma pessoa comprometida com o interesse público. Acho até que essa decisão foi tomada no governo anterior, quando o Governador Anastasia não estava à frente do Executivo, assim como o atual Presidente da Copasa também não estava. Acredito que foi uma decisão tomada por pressão de acionistas minoritários da Copasa.

O Sr. Presidente - Deputado André Quintão, esse projeto trata de uma questão fundiária, trata da doação de um imóvel de 25.500m², portanto não tem nada a ver com Copanor nem com Copasa. Gostaria que o Deputado discutisse o projeto que está em pauta.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, voltarei a discutir o projeto, mas, obviamente, respeitando os colegas.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Deputado André Quintão, acho interessante discutirmos e, se possível, mais rapidamente, porque temos o caso não só de Ponte Nova, mas também de outros Municípios. Há 1.200 projetos esperando para entrar na pauta. Não dá para usarmos o Regimento Interno, que dá ao Deputado o direito de discutir por 1 hora um projeto que já foi bastante discutido nas Comissões, que é o fórum adequado. Isso é muito importante. A Copanor foi criada para resolver um problema de atuação da Copasa. Por seu estatuto, a Copasa detinha concessões apenas de sedes de municípios, não podia atuar em outras áreas. Infelizmente, os órgãos nacionais de fomento, como o BNDES e a CEF cobram juros caros. O sistema financeiro brasileiro é um maná, é um céu. Assim, o Governador Anastasia bolou a ideia de, com recursos do Tesouro, instalar a Copanor em regiões de baixo IDH. Nessa primeira fase, apenas 92 municípios serão atingidos.

Particpei de duas das várias audiências públicas realizadas sobre esse tema. Estive em Araçuaí e em Teófilo Otôni onde havia um movimento do seu partido contra a Copanor, dizendo ser ela nociva àquela região. Hoje, sabemos que a posição de alguns membros de Comissões nas audiências realizadas em Araçuaí e em Teófilo Otôni estava errada. A Copanor não é nociva, principalmente porque não toma dinheiro emprestado. Se a Copasa toma dinheiro emprestado para fazer um investimento, esse dinheiro é tirado das contas de água e esgoto. Por isso, queremos preservar a Copanor nas áreas de menor IDH. Acontece que, nos moldes em que a Copanor foi concebida inicialmente, as mansões de Teófilo Otôni pagariam tarifas subsidiadas. Por isso, optou-se por instalar a Copanor em comunidades de até 5 mil habitantes, as mais necessitadas, onde vivem pessoas que estão abaixo da linha da miséria. Para comunidades de menos de 200 habitantes estamos buscando outros caminhos. Como o governo nacional arrecada quase 70% de todos os tributos brasileiros, a Fundação Nacional de Saúde poderá atender a essas comunidades. No dia 20, Minas Gerais entregará à Codevasf, por intermédio do Igam, inúmeros projetos referentes a municípios da bacia do São Francisco, que estão sem água. Existem outros projetos para as comunidades mais carentes que não podem, às vezes, nem pagar a água e que têm de desligar a energia elétrica.

Queria esclarecer esse assunto e solicitar aos Deputados que discutíssemos os temas e votássemos os projetos o mais rápido possível, pois estão chegando 1.200 projetos de interesse da população de Minas Gerais. Muito obrigado, Deputado André Quintão.

O Sr. Presidente - O Deputado André Quintão começou a discutir um tema fugindo do assunto do projeto, e o Deputado Arlen Santiago solicitou aparte tocando em assunto que não estamos discutindo no Plenário. Considero isso um desrespeito. Solicito que os Deputados sigam o Regimento Interno, pois estamos discutindo o Projeto de Lei nº 821/2011.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado André Quintão que, neste momento, procede à discussão do Projeto nº 821/2011, também quero debater este projeto, mas antes, quero fazer um registro que considero extremamente positivo: o grande quórum no Plenário desta Casa, na manhã desta quarta-feira. Quando os Deputados não comparecem ao Plenário, vamos ao microfone para criticar. Quando estão presentes, também temos de elogiar o papel da Casa e a presença da base do governo no Plenário. O Parlamento é o local para aprofundar o debate, para discutir. Isso que V. Exa. faz neste exato momento é muito importante.

Quero adentrar a discussão do Projeto nº 821/2011, porque ele visa a doar ao Município de Ponte Nova uma área de 25.500m². Esse terreno, ilustre Deputado André Quintão, como V. Exa. já esclareceu, tem por objetivo ajudar o Município de Ponte Nova na implementação de um programa de melhoria das condições de habitabilidade, em parceria com o governo federal, o governo da Presidente Dilma, que tem compromisso com os Municípios, tem ajudado os Municípios. Os Municípios vivem dificuldades, mas eles já viveram épocas piores. Houve época em que, nas portas das Prefeituras, formavam-se filas e mais filas a partir das 3, das 4 horas da manhã. Hoje, graças a Deus, os Prefeitos não têm esse tipo de problema, apesar de terem muitos outros.



Obviamente, na medida em que o País vai avançando e as condições de vida vão melhorando, as demandas vão aumentando, mas nem sempre o orçamento é suficiente para a prestação de todos os serviços públicos. A olhos vistos, o Brasil tem melhorado, o interior tem melhorado. Tanto isso é verdade, que, a cada ano que passa, o que mais se vê pelo interior são disputas acirradas pelas Prefeituras. Prefeitos querendo voltar ao poder. Isso é muito bom e democrático. Não vejo nenhum Prefeito dizendo que já não deseja voltar à Prefeitura. Todos querem a reeleição, e é bom que assim seja.

O programa, segundo o qual o terreno será doado em condições de habitabilidade, em parceria com o governo federal, prevê intervenções de recuperação de áreas degradadas, de leitos de rios, de nascentes de água. Aliás, Deputado André Quintão, existem programas do governo federal com financiamento voltado para a recuperação de importantes nascentes, diferentemente do que ocorre no interior de Minas, em que várias nascentes são utilizadas pela Copasa para a captação de água para determinados Municípios. Assim, o que a Copasa faz é cercar a área, uma vez que o pequeno proprietário ou o pequeno agricultor não tem a devida informação a esse respeito. A Copasa fica de bico calado, utilizando a água, e não paga um centavo ao proprietário da terra. Se a pessoa não corre atrás, a Copasa vai continuar cobrando pela água. Em compensação, o Igam está bem ágil no interior. Ele já começou a colocar prazo para a cobrança da água. Cada pequeno agricultor deste Estado que capta água numa fonte ou tem um poço artesiano já vai ser cobrado, ou seja, terá de pagar uma taxa pela utilização de água.

Deputado André Quintão, eles chegam ao interior e convocam a comunidade como se fosse para discutirem a agricultura familiar e anunciam a cobrança da água. No programa a que fiz referência, o terreno será destinado à recuperação de áreas degradadas e contenção de encostas. Ilustre Presidente, Deputado José Henrique, nesse programa, a área também será usada para serviço de saneamento. Serão 25.500m destinados ao serviço de saneamento, entre outros, além da regularização dos locais atendidos pelas obras. É um programa importantíssimo, e o principal aspecto é o saneamento. Serão atendidas mil famílias, especialmente no sistema de habitação.

Deputado André Quintão, essa área é fundamental e vai atender a dois importantes programas do PAC, que tem como prioridade absoluta o saneamento e a habitação popular.

O Deputado André Quintão* - E também o programa Minha Casa Minha Vida.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Exatamente. Precisamos entender que vivemos em um sistema republicano, em que cada ente federado tem de cumprir com o seu papel. Em Ponte Nova, o Município, isto é, a administração municipal tem feito todo o esforço. Agora, com o governo federal fornecendo os recursos, precisamos de mais participação do governo do Estado. Aliás, V. Exa. falou muito bem sobre o fornecimento de água tratada e sobre o saneamento. No ano passado, discutimos muito isso, porque tínhamos dúvidas se queriam dividir a Copasa. Naquela época, compreendíamos que não era necessário uma Copanor para atender às comunidades carentes, mas o governo insistiu nisso e separou a Copasa da Copanor. Naquela época, tínhamos medo que criassem a Copasa para os ricos e a Copanor para os pobres, abandonando-os. Na prática, está acontecendo isso, Deputado André Quintão. A Copanor não está cumprindo sua função social. Aliás, está desrespeitando a lei, porque não está escrito em nenhum lugar da lei que comunidades com até 200 habitantes não terão o atendimento da Copanor. De onde eles tiraram essa interpretação? Então, para uma comunidade como o Empossado, no Município de Virgolândia, a qual tem 50 ou 60 famílias, não haverá atendimento da Copanor? A comunidade ficará lá tomando água enferrujada? Não. A Copanor precisa atender a essa comunidade, e a doação desse terreno de 25.500m² é muito importante para que esse sistema de saneamento seja feito; contudo, precisam de todos, da presença da Copanor, da Copasa e da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, que ontem teve...

O Sr. Presidente - Deputado Carlin Moura, vocês pegaram o tema do saneamento e estão desviando do assunto em discussão.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Vamos voltar...

O Sr. Presidente - Em Ponte Nova, não saberemos se será Copanor ou Copasa, isso é problema dela. Vamos discutir o projeto, a questão fundiária...

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Serão doados 25.500m², um projeto de autoria do Deputado Fred Costa, a quem queremos parabenizar...

O Deputado André Quintão* - Queremos parabenizar o autor do projeto, que foi sensível ao problema das 47 famílias da Vila Lanna, em Ponte Nova.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Esse programa é fundamental, Deputado, e, concluindo, quero dizer que será necessária a parceria de todos; e a Funasa terá um papel importante. Aliás, quero aproveitar a oportunidade para parabenizar mais um mineiro que estará presente no governo da Presidente Dilma e presidirá a Funasa, o nosso querido Presidente do Crea, o engenheiro Gilson Queiroz, cuja posse foi ontem. Ele presidirá a Funasa e será importante para reforçar as políticas públicas de saneamento, que são prioridade absoluta, neste país e no governo da Presidente Dilma. Então, V. Exa. e o Município de Ponte Nova estão de parabéns. Vamos oficializar essa regulamentação fundiária, confirmando a doação de 25.500m² a esse importante programa que vai desde a habitação popular até a política pública de saneamento. V. Exa. e também o autor do projeto, Deputado Fred Costa, estão de parabéns. Agradeço ao nosso Presidente, Deputado José Henrique, pela grande compreensão na Presidência dos trabalhos.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Em primeiro lugar, não fugindo da praxe, quero parabenizar V. Exa. pela abordagem na discussão desse importante projeto. Sabemos que moradia é uma das metas a serem alcançadas tanto pelo governo municipal quanto pelos governos estadual e federal. Sabemos que moradia é, na verdade, o sonho de todo brasileiro, e qualquer projeto que vier a esta Casa com a proposta de facilitar o acesso daqueles que não têm hoje sua casa própria receberá desta Assembleia e do corpo de Deputados e Deputadas o apoio total. Não deixamos de sempre parabenizar os autores de propostas e projetos como o que está sendo discutido no momento, Deputado André Quintão.

Questão de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, à guisa de informação, quero dizer que o art. 266 do nosso Regimento Interno estabelece que o Deputado ausente durante a votação não poderá participar da verificação. Isso está aqui na Seção IV - Da Verificação



de Votação. O art. 266 é muito claro: “O Deputado ausente durante votação não poderá participar de verificação”. Então, quando peço verificação, o faço baseado no art. 266 do nosso Regimento Interno. Gostaria de devolver a palavra ao Deputado André Quintão e deixo aberta a questão de ordem. Se o Presidente quiser já...

O Sr. Presidente - Não é o momento de levantar questão de ordem.

O Deputado Vanderlei Miranda - Entendo que não era, mas, como tinha a certeza de que o Regimento Interno exige presença do Deputado, levantei essa questão.

O Sr. Presidente - Na verdade, contamos os 33 Deputados votantes mais os 7 Deputados em comissões. Por ser uma votação simples - não era uma votação que exigia quórum qualificado -, o Regimento Interno permite a contagem da presença do Deputado na comissão. Portanto, com base no Regimento Interno, houve a aprovação do projeto.

O Deputado Vanderlei Miranda - Certo, Sr. Presidente. Sei disso, porque também, baseado no Regimento Interno, é que estou apresentando essa questão. O art. 266 é muito claro, ao dispor que o Deputado ausente, durante a votação, não poderá participar da verificação. O Deputado que está em Comissão está ausente da votação, é o que estou tentando ponderar. Ou então o Regimento Interno, que é contraditório, precisa ser mudado. Eu pedi a verificação baseado na Seção IV do Regimento Interno, arts. 265 e 266.

O Sr. Presidente - Depois do pedido de verificação, mais de sete Deputados entraram neste Plenário; eles estavam presentes. Votaram e retornaram para a verificação de votação.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, V. Exa. vai me perdoar, mas posso registrar a presença e ir ao microfone dizer que o painel não a registrou. Se for computado dessa forma desorganizada, o quórum nunca será legítimo.

O Sr. Presidente - V. Exa. entendeu. Tínhamos quórum na Casa, havia Deputados presentes nas comissões, fizemos a verificação. A Presidência considerou o resultado do painel. Portanto, não infringiu o Regimento Interno.

O Deputado Vanderlei Miranda - Eu gostaria, então, que se registrasse na nossa ata que o art. 266 do nosso Regimento Interno não está sendo cumprido. Eu me refiro ao art. 266.

O Sr. Presidente - A Presidência, no exercício da atribuição que lhe impõe o inciso IV do art. 82, e tendo em vista a necessidade de conferir melhor aplicabilidade ao art. 126 do Regimento Interno, decide que as matérias que necessitam de quórum especial só serão submetidas a votação se a presença dos Deputados em Plenário garantir a possibilidade de sua aprovação ou rejeição. Como se tratava de matéria deliberada por maioria simples, a presença dos Deputados em comissão foi computada, como determina o Regimento Interno. Retorno a palavra ao Deputado André Quintão.

O Deputado Vanderlei Miranda - Ficou claro, é presença dos Deputados em Plenário.

O Deputado André Quintão* - Agradeço o aparte do Deputado Vanderlei Miranda e sua extrema preocupação com o cumprimento do Regimento, assim como agradeço ao Deputado José Henrique. Concedo aparte ao nobre Deputado Fred Costa, autor do requerimento que solicitou o desarquivamento desse importante projeto de lei para as 47 famílias da Vila Lana, em Ponte Nova.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* - Bom dia a todos. Agradeço ao Deputado André Quintão a concessão do aparte, parabenizando-o por fomentar a discussão do Projeto de Lei nº 821, de minha autoria, mas proveniente da legislatura anterior. Pedi esse desarquivamento, pois se trata da dignidade do ser humano. A habitabilidade é algo inerente à condição de ser humano, e é inadmissível que, em Minas Gerais ou em qualquer outra parte do Brasil, em pleno século XXI, ainda estejamos discutindo a falta não só de moradia, mas, às vezes, tendo a pessoa a moradia, a falta de saneamento básico. O que busco com esse projeto? Como bem disse o Deputado André Quintão, que me parece ter conseguido perceber com bastante clareza o objetivo da proposição, é nada mais nada menos que contribuir para suprir o déficit habitacional em Ponte Nova, de forma especial atendendo diretamente a 47 famílias. Também é importante ressaltar que as adjacências: cerca de mil famílias serão beneficiadas com o saneamento e com outras intervenções que virão a partir do momento em que nós, Deputados, aprovarmos esse projeto e houver a transferência prevista.

Todos aqui sabem que faço parte da base de governo do nosso competente Governador Antônio Anastasia. Todavia é preciso fazer justiça. Nesse caso, o convênio é com o governo federal, mas não podemos deixar de considerar todos os méritos e avanços do governo Aécio Neves e do governo Anastasia para suprir o déficit habitacional. Nessas gestões, a Cohab conseguiu atingir o maior nível de produtividade. Já foram entregues mais de 26 mil unidades habitacionais, e o Governador, ao lado de sua equipe, continua se esmerando para tornar Minas Gerais, cada vez mais, referência naquilo que é fundamental: oferecer moradia digna. Espero que, nesta semana, consigamos dar a nossa pequena contribuição aprovando esse importante projeto, com uma visão micro para a cidade de Ponte Nova. E que, a partir disso, unamos esforços com o governador Anastasia para juntos suprimos o déficit habitacional de Minas Gerais.

Parabéns, Deputado André Quintão. Apelo para partirmos para a prática, fazendo o que é nossa função precípua. Devemos, sim, fiscalizar o Executivo. Nesse caso, o Executivo estadual vem-se esforçando, repito, para haver construção de casas populares. E também devemos cumprir a nossa obrigação, que é votar os projetos de lei. Nessa caso, o projeto de lei de minha autoria, muito importante para Ponte Nova. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Parabenizo o Deputado Fred Costa. Gostaria de considerar, levando em conta a sua intervenção, a questão da regularização fundiária, pois esse é um assunto muito importante. Quando estivemos na Copanor, na semana passada, um dos argumentos para a não implementação - ou a morosidade - na implementação de sistema de abastecimento de água e esgoto no Vale do Jequitinhonha era exatamente a dificuldade de o próprio governo do Estado acessar terrenos por indefinição fundiária. Proponho que a Secretaria de Regularização Fundiária priorize as áreas indicadas pela Copanor para a implementação dos sistemas de água e esgoto. O projeto do Deputado Fred Costa caminha nesse sentido. Famílias estão em faixa de domínio. O DER vai regularizar, ou seja, vai fazer uma doação para as famílias, e o terreno fica legal para o Município. Assim, qualquer obra, qualquer intervenção pública, fica facilitada pela regularização fundiária de que trata esse projeto.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Concordo com V. Exa, pois muitos Municípios sofrem porque, às vezes, recebem determinações do poder público e não podem fazer determinada obra porque, não existe a regularização. Esquece-se da Constituição Federal, esquece-se dos princípios da dignidade e da pessoa humana. Independentemente de a área ser regular, as pessoas têm o



direito a água tratada. Aliás, a moradia é outro direito constitucional. É importante debatermos habitação com planejamento. Impressiona-me essa questão, pois há casas feitas em locais completamente inadequados por falta de planejamento. Algumas ocupações foram feitas na última área em que a pessoa conseguiu se instalar com a família. Em outros locais, a pessoa pode comprar a área, por ser a mais acessível, embora existam gravíssimos problemas ambientais, e não há fiscalização. Na habitação, como bem disse o Deputado, é importante haver planejamento. A Constituição foi um avanço à questão fundiária, pois consta que os Municípios têm esse poder de regularizar, o que pode levar dignidade para as pessoas. Em Uberlândia, graças a Deus, depois de tantos anos, todos os Prefeitos que ocuparam o cargo contribuíram para o assentamento nos Bairros Dom Almir, Prosperidade e São Francisco. O primeiro foi o Jairo Resende. Percebemos que as pessoas dessas localidades sofrem muito, pois sempre ouviram do poder público que não seria possível levar água e rede de esgoto a esses bairros, porque não havia sido feita a regularização. Sabemos que a regularização fundiária significa levar dignidade às pessoas, que passarão a ter água tratada. O Prefeito está preparando a drenagem para a rede fluvial. Quando chegamos àquela área, percebemos que era o único local de que aquela população dispunha para viver. Normalmente, é feita uma expulsão. As cidades crescem, a especulação imobiliária toma conta do espaço e expulsa os pobres das melhores regiões. As pessoas têm de ir para a periferia e para locais que são sempre inadequados. Depois, o poder público paga um custo altíssimo. Como se não bastasse, as Prefeituras, que já sofrem muito por terem de arcar com a folha de pagamento, que consome quase todo o orçamento dos Municípios, têm de realizar obras como essas, pois o que importa é a vida das pessoas. Creio que a Constituição teve um avanço com a regularização fundiária.

Particularmente, Uberlândia, que atinge agora 100% em rede de esgoto e cuja realidade é um pouco diferente da realidade do restante do País, também enfrenta problemas, pois, nesses locais, como São Francisco, Joana D'Arc, Prosperidade, Celebridade e Jairo Resende, também não havia rede de esgoto. Percebemos que isso é uma questão de saúde pública. Há leis, mas é necessário um olhar adequado de interpretação dos operadores do Direito, pois a Constituição tinha a intenção, com os seus artigos, de proporcionar à população qualidade de vida; mas, infelizmente, alguns operadores do Direito interpretam a legislação de forma restritiva. Isso é um problema grave para a área de defesa do consumidor. Nos dias 2 e 3, em Juiz de Fora, será realizado o Encontro de Defesa do Consumidor, ocasião em que os Procons de Minas Gerais discutirão justamente essa questão relativa aos operadores do Direito e à interpretação dos juizados, da Justiça e dos órgãos de defesa do consumidor, que, às vezes, restringem os seus direitos na análise jurídica. Esse é um problema grave. Com que olhar realmente são tratadas as questões de habitação e do direito do consumidor, que são direitos fundamentais do cidadão?

Deputado André Quintão, percebo que assuntos como esse fazem com que quem nos acompanha perceba que é possível, para a pessoa que está em uma área degradada, contar com o poder público para as obras, pois a Constituição garante o direito à moradia. Há vários loteamentos irregulares no Brasil todo. Falta gestão para a regularização dessa situação, a fim de ser levada dignidade às pessoas.

Deputado André Quintão, peço a sua paciência, mas gostaria de dizer que, em Uberlândia, conseguimos o que é importante para a cidade e para a região: um mutirão da Cohab. Os conjuntos construídos pela Cohab no Estado, em várias localidades, têm de 10 a 30 anos, mas as pessoas ainda não conseguiram o seu registro. De acordo com a nossa legislação, a pessoa passa a ser proprietária depois de conseguir o registro no cartório, a escritura. Percebemos que conseguimos um mutirão, nos Bairros Luizote, Segismundo Pereira e Santa Luzia, para que a Cohab, com a Prefeitura e com a Secretaria de Habitação, pudesse discutir e organizar a documentação para legalizar a situação dessas famílias. Muitos ainda não levaram os documentos, pois pensam que a questão é estadual, mas foi feita uma parceria. Quando fui Vereadora, solicitei isso à Câmara Municipal de Uberlândia, que votou por unanimidade, e o governo do Estado atendeu. Hoje, contamos com o Fradique, que é o responsável pela Cohab, e com os Deputados Luiz Humberto e o Deputado Elismar Prado. O Prefeito firmou um convênio com o Governador do Estado, e hoje podemos legalizar os Bairros Luizote de Freitas, Santa Luzia, Segismundo Pereira e várias cidades do entorno do Triângulo Mineiro, graças a esse procedimento. Então, Deputado André, agradeço proporcionar-me este momento para eu fazer um alerta aos cidadãos e às cidadãs de Uberlândia que ainda não providenciaram a sua documentação. E quero falar da importância do seu pronunciamento sobre a habitação. Precisamos de uma legislação sobre habitação popular para, ao se fazer um loteamento para construção, tornar obrigatória a infraestrutura. A lei diz e a Constituição garante isso. O que falta é fiscalização. Em alguns lugares, há proibição de aumentar o número de pessoas da localidade, mas se permite que continue a venda de terrenos. Todos os dias recebemos panfletos de venda de imóveis na planta sem que haja fiscalização. Geralmente, o terreno não foi legalizado na Secretaria de Planejamento, não há escolas, creches nem infraestrutura. Isso não é permitido. É preciso haver pavimentação, rede de esgoto, caso contrário, o terreno fica como aqueles que a Prefeitura tem de assumir. Lá em Uberlândia, no Bairro Morumbi, a população está sofrendo porque ainda falta muita coisa. A Fazenda Marimondo foi loteada e vários tipos de financiamentos foram feitos pela Caixa Econômica Federal, pelo poder público. Tudo está numa fazenda só, e é uma fazenda onde não poderia ter havido construção de jeito nenhum. O governo gastou milhões para construir rede pluvial, mas parte da população ainda sofre com a lama e a poeira. A especulação imobiliária é grande e gera grandes prejuízos para o erário público, sem falar na dignidade das pessoas.

Portanto lhe agradeço, Deputado André, e digo que é muito importante lutarmos para que o nosso povo tenha moradia adequada e que a construção seja ecologicamente correta. Tenho trabalhado bastante no desenho universal da habitação. Já apresentei um projeto aqui na Assembleia Legislativa - e, como Vereadora, também o apresentei em Uberlândia - referente à construção ecologicamente correta de casas, respeitando-se o desenho universal. O desenho universal proporciona casas adequadas para, por exemplo, pessoas obesas, cadeirantes. Oferece ainda a possibilidade de se modificar a casa para proporcionar facilidade aos moradores. Sou adepta do desenho universal. Lutei muito e consegui que as casas do Bairro Morumbi tivessem esse desenho. Trata-se de um programa chamado Casa Fácil, em que as pessoas praticamente já quitaram as suas casas. A construção foi adaptada para portadores de deficiência, e houve preparação para energia solar.

A questão da habitação necessita de discussão por um gestor público de todo o entorno e das condições de habitabilidade. Hoje, por exemplo, não é mais possível construir um passeio sem drenagem de água, principalmente por parte do poder público. É preciso, nem



que fique um pouco mais caro, um investimento em que se cuide do mundo, do planeta. Temos que mudar o nosso comportamento, e há legislação que permite isso. Mas, principalmente, o gestor público precisa pensar na melhor forma de termos habitação levando-se em conta os equipamentos adequados e corretos. Em Uberlândia, no Condomínio Cidade Verde, já aprovado, já está acontecendo isso.

Em nossa cidade, Deputado André Quintão, as pessoas que vão receber essas moradias estão participando de reuniões mensais na Secretaria de Habitação, a fim de discutirem a forma de separar o lixo e os cuidados que devem ter com o ambiente. É necessário solidariedade para vivermos melhor neste país, em que a intolerância e a ignorância estão prevalecendo. Devemos discutir formas melhores não só de produtos e equipamentos utilizados em construções, mas também a maneira como vamos receber determinado empreendimento. Dependendo do gestor público, por meio de avanços como esse teremos um mundo melhor, uma cidade melhor. Enfim, as pessoas terão respeito umas pelas outras.

Deputado André Quintão, agradeço-lhe esse aparte, porque tive a oportunidade de dizer um pouco do que penso a esse respeito.

O Deputado André Quintão* - Agradeço essa importante intervenção da Deputada Liza Prado.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte existe o resultado desse projeto de exclusão social, que se iniciou com a construção da Capital, quando os próprios trabalhadores foram expulsos para os arredores da delimitação do circuito da Avenida do Contorno. Hoje, infelizmente, existem ocupações, que foram os últimos recursos dessas famílias, ao longo, por exemplo, das saídas de rodovias e do Anel Rodoviário. No processo de revitalização do Anel Rodoviário, que o governo da nossa Presidenta Dilma vai realizar, haverá projetos de reassentamento dessas famílias em condições adequadas. Não é justo que as pessoas dividam seu espaço de moradia com o tráfego de veículos pesados. Esses projetos são muito importantes.

Gostaria de reiterar essa questão do saneamento. Fica parecendo que estamos batendo em uma tecla só, mas esse é o papel do Poder Legislativo. Tenho recebido, após esses pronunciamentos, dezenas de reclamações e apelos vindos de comunidades e povoados do semiárido mineiro, que não têm acesso à água tratada, que é um bem básico.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado André Quintão, realizamos uma audiência pública em Lagoa Santa, cidade tranquila e peculiar que fica pertinho de Belo Horizonte, porque a sua população sofre imensamente com a água, que é calcária. Um galão de 20 litros de água mineral custa R\$8,50. Deputado André Quintão, todos, pobres e ricos, têm de comprar água mineral. Talvez as populações de outras regiões do Estado não percebam a dificuldade por que estão passando os habitantes de Lagoa Santa, não imaginem o custo da cesta básica de trabalhadoras e trabalhadores que precisam pagar R\$8,50 por um galão de água mineral. Imagine, Deputado André Quintão, um casal com quatro filhos tendo de comprar água mineral!

Conforme a Organização Mundial de Saúde, devemos tomar água tratada, mas a água de Lagoa Santa é salobra, às vezes exala mau cheiro. Isso acontece em alguns lugares de Vespasiano e de outras cidades, mas ocorre em toda a cidade de Lagoa Santa. Conversei com o Prefeito do Município, com quem discutimos o cronograma das obras. Fizemos audiência com a Copasa, porque as obras devem atravessar a Linha Verde, em local próximo ao Aeroporto de Confins. Estamos fazendo o possível para que essas obras sejam agilizadas, a fim de que as pessoas não sejam mais obrigadas a comprar água mineral. As mulheres passam por um grande sofrimento ao lavar roupas, que ficam manchadas por causa da água amarela. Outro exemplo é o preparo de alimentos. A pessoa que tem uma vida corrida e precisa cozinhar rapidamente uma refeição precisa utilizar a água mineral que comprou, porque não tem coragem de cozinhar com a água daquele jeito. É um sofrimento, e a água é um direito sagrado.

Estive em um assentamento, em Araguari, e conversei com o Prefeito, porque a obrigação de nós, Deputados, é lutar por melhores condições de vida para a população. Graças a Deus, tenho disposição e energia para fazer isso. Discutimos lá as condições precárias de vida das pessoas que moram em assentamentos, quilombolas e povoados. Estive nos assentamentos Ezequias dos Reis e Bom Jardim, em Araguari, onde há grande dificuldade com água. O Inbra fez postos artesanais e instalou uma bomba, que estragará se não for usada, mas é preciso passar a rede para fazer as vias secundárias. Conversei com o Prefeito e solicitei que fosse feito um projeto. O Inbra paga a obra, mas o pequeno produtor sofre carregando água para aguar sua horta e produzir. Os assentamentos não conseguem projetos sociais do governo federal. Há uma burocracia enorme para isso. As associações têm muita dificuldade. Solicitaremos ao Malafaia, do Inbra, que discuta alguns projetos. Encaminhei ao Inbra um pedido de ajuda. Algumas coisas foram agilizadas, mas ainda é grande a dificuldade para haver condições decentes de água para os produtores. Se não me engano, eles precisam de uma mangueira com 1km. Imaginem o custo disso para uma associação! Se o poder público não levar condições e qualidade de vida para o nosso povo, a situação fica muito difícil. Temos lutado e tenho certeza de que, brevemente, levaremos dignidade para o povo de Araguari.

Em Iraí de Minas, há o Coqueiral, a Tendinha e uma associação de produtores rurais muito organizada. São pequenos produtores da agricultura familiar que podem produzir peixe. Lá existe uma lagoa, mas temos que discutir como a água é capaz de proporcionar riqueza e dignidade para o ser humano. É preciso tirar a burocracia e ajudar os pequenos produtores a produzir peixes. Em Iraí de Minas estão produzindo peixes, mas com muito sofrimento, porque a associação não tem um caminhão para colocar o gelo, não tem tanque-canoa. Precisam de um medidor trifásico, mas a associação não tem nada disso. A água poderia proporcionar qualidade de vida, mas o espaço público está sendo ocupado pelo espaço privado. Algumas associações de produtores vivem da pesca. Iraí, por exemplo, produz tilápias.

Amanhã, discutiremos o tema relativo a condomínios falsos e ocupação do espaço público pelo setor privado. No pé da serra cercaram uma rua e a ocuparam, e assim estão fazendo com os nossos lagos, que estão sendo ocupados. A lei federal facilita a instalação dos grandes organizados em detrimento dos pequenos produtores, que enfrentam dificuldade para ter um caminhão frigorífico e utilizar a água como deveriam. Os grandes ocupam tudo.

Cumprimento o Deputado André Quintão, mais uma vez, pelo brilhantismo de se manifestar e dizer que é importante utilizarmos essa tribuna, que é abençoada e iluminada, para despertar mudanças de comportamentos e fazer com que as pessoas nos ajudem a defender melhor a cidade e o País e para que todos vivam melhor. Agradeço esta oportunidade.

O Deputado André Quintão* - Agradeço à Deputada Liza Prado. V. Exa. retrata uma questão importante.



Particpei de uma palestra com estudantes de comunicação na Assembleia nesta semana e lhes disse que o modelo de cobertura da grande mídia sobre os trabalhos da Assembleia é muito numérico no que diz respeito à quantidade de leis e a projetos. A função legislativa de fiscalização e de proposição de políticas públicas que independam de lei fica relegada a segundo plano.

Deputado Rômulo Viegas, nosso Presidente, darei o exemplo de uma área que o Deputado conhece bem. Na Comissão de Participação Popular, aprovamos o importante requerimento em que se solicitou que o governo do Estado abra concurso público para nível superior no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedese. Não há concurso na Sedese desde a década de 80. Aprovamos esse requerimento que faz essa solicitação ao Governador e à Secretária Renata Vilhena e estamos aguardando a resposta do governo do Estado. As regionais da Sedese, que podem apoiar os Municípios durante a implantação do Sistema Único da Assistência Social, durante a implantação de consórcios para combater a violência e a exploração sexual não têm corpo técnico. Os que estão lá são muito dedicados, mas não compõem um número suficiente para realizar esse trabalho. Então, solicitamos ao Governador a abertura de concurso público para o pessoal de nível superior. São 19 ou 21 regionais da Sedese que podem apoiar tecnicamente os Municípios.

Essa iniciativa partiu da Assembleia Legislativa, e estamos buscando viabilizá-la junto ao Governador. Não posso elaborar um projeto de lei que obrigue a abertura de concurso público, mas, como Deputado, solicitei isso ao Governador. Estamos aguardando retorno. E, se for um retorno positivo, será uma conquista da Assembleia e de todos nós, porque temos uma Comissão que representa toda a Casa. O Plano Plurianual já tem ação de atendimento de comunidades com até 200 habitantes. Foi uma emenda popular. Então, o meu papel é vir à tribuna e tentar sensibilizar o governo e a sociedade para que essa legislação seja cumprida. Muitas vezes a sociedade não entende o papel do Parlamento. Aproveito, Deputado Rômulo Viegas, já que V. Exa. é um Deputado atuante nessa área, para lhe pedir que, nesta ou na próxima semana, traga-nos um sinal do Governador.

Sou assistente social desde a década de 80. Em 15 de maio comemora-se o Dia do Assistente Social. Sou assistente social concursado da Prefeitura de Belo Horizonte. Se meu sonho fosse ser - e o seria com o maior prazer - assistente social do Estado, teria um sonho frustrado porque, desde a época em que me formei, 1987, não há concurso público. Já vigora a Constituição de 1988, que estabelece a assistência social como direito; já há a Lei Orgânica da Assistência Social - Loas - desde 1993; o Suas é de 2005; já ocorreu o pacto de gestão de 2007, mas até hoje não houve concurso público. Acredito que o Governador Anastasia, que conhece bem a política pública de assistência social, vai romper esse ciclo e abrir concurso público. Isso é bom para os Municípios, que muitas vezes deixam de acessar recursos públicos porque não têm apoio técnico para participar de um edital, para cumprir os critérios estabelecidos.

Quando temos que elogiar, vamos elogiar. Agora Minas adotou uma questão da contrapartida social, o plano de mobilidade social, uma belíssima iniciativa que induz os Municípios a ter um monitoramento de determinados indicadores, como o Indeb, o Fundeb, o Bolsa-Família, o IGD. Os Municípios terão que firmar um pacto para receber recursos para obras de infraestrutura, mas é importante que tenham um técnico que mostre como eles atingirão aqueles indicadores, a fim de se organizar o sistema de política pública, e não só o da assistência. As coisas estão interligadas.

Então, discutindo esse projeto de cunho social, aproveito, primeiro, para reiterar esse apelo ao Governador, para que autorize concurso público na Sedese; segundo, para solicitar à assessoria da Maioria que equacione uma questão simples que a lei delegada revogou. A lei, de minha autoria, permitia que os Municípios pudessem utilizar recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para pagamento de pessoal vinculado ao Suas. Solicito que possamos equacionar isso junto do concurso público, com o decreto de mobilidade social. Assim, estaremos dando um grande passo para a consolidação das políticas públicas em Minas Gerais. Vamos realizar aqui um ciclo de debates sobre superação da pobreza extrema, com a participação dos governos federal e estadual, Municípios e sociedade civil organizada. Pena que o tempo é curto para continuarmos a discutir esse importante projeto de lei do Deputado Fred Costa, que trata da regularização fundiária. Essa questão provoca impacto em relação à habitabilidade, à moradia e ao saneamento. Vamos solicitar ao Secretário de Regularização Fundiária do Estado que se reúna com o Presidente da Copanor. Vamos identificar as áreas em que não há sistema de água e esgoto da Copanor por falta de regularização fundiária. Que essa regularização seja feita. Há recurso de emenda popular no Plano Plurianual de Ação Governamental. Entendo o papel da Oposição dessa maneira. A Oposição chega aqui e aponta caminhos para que o governo faça o seu papel.

Deputado Rômulo Viegas, o tempo acabou, mas, no encaminhamento da votação, poderemos voltar ao assunto ou, quem sabe, até pedir aparte ao Deputado Pompílio, o próximo inscrito. Agradeço a todos os Deputados a compreensão. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Pompílio Canavez - Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, inscrevi-me para falar sobre o tema proposto pelo Deputado Fred Costa, que considero muito importante. Precisamos avançar na regularização fundiária do nosso Estado. É importante frisar que muitas famílias moram há décadas, há gerações, em residências ainda não regularizadas. Durante anos, essas famílias querem ter o título de propriedade, o direito de fazer transação com o seu imóvel, trocá-lo, vendê-lo, transmiti-lo por herança aos filhos. Infelizmente, não conseguem, por falta de regularização fundiária, o título competente para que a família possa dar conta disso.

Sr. Presidente, pensando no desarquivamento dessa proposição pelo Deputado Fred Costa, lembro-me de que o governo do Estado criou a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária, uma boa iniciativa. O Secretário Manoel Costa está à sua frente. Ontem me encontrei com o Subsecretário Hélio Rabelo, com quem conversei muito a respeito do assunto. Há muito a ser feito. Seguramente será feita justiça em Ponte Nova, pois essas famílias estão há décadas no imóvel que pertence ao Estado e finalmente terão o direito de dizer que aquele imóvel lhes pertence. Com escritura, poderão dizer que o imóvel é das famílias e fazer transações com ele. Enfim, será feita justiça. Na maioria das cidades do nosso Estado, há terras devolutas nas zonas rural e urbana, o que causa transtorno e empobrecimento das cidades. Vou citar o exemplo da minha querida Alfenas. Aproveito para cumprimentar os Vereadores Wagner Morais, Guinho e Evanilson, de Alfenas, que estão visitando esta Casa e nos acompanhando. É bom lembrar da nossa Alfenas e dizer que, quando eu era Prefeito, em parceria com o Ministério das Cidades, realizamos um intenso trabalho de regularização fundiária no



Bairro Santa Luzia, do Vereador Guinho, onde centenas de famílias moravam há décadas e não tinham direito à escritura. Na época do meu governo, junto ao Ministro Márcio Fortes, do Ministério das Cidades, e ao governo federal, começamos um esforço de regularização fundiária muito importante. Iniciamos um processo de geoprocessamento, de georreferenciamento, e atingimos quase 2.500 famílias, que hoje têm escritura plena. Hoje podem dizer que são cidadãos e, tendo a posse do imóvel e o direito de trocá-lo, vendê-lo ou transmiti-lo por herança, acabam enriquecendo a cidade. Alfenas, ao passar de repente a ter mais 2.500 proprietários, é uma cidade que enriqueceu, que ganhou novos proprietários que podem movimentar a economia local. Esse foi o argumento que usamos para convencer os cartórios, que querem cobrar a escritura, o que é difícil devido à falta de recursos das famílias e do próprio Município. Com a entrada do Estado, essa situação melhora. Mas convencemos os cartórios a partir de uma resolução do Senado, a qual determina que seja grátis a lavratura da primeira escritura - as posteriores, não, essas serão pagas, assim como seus emolumentos, taxas etc. Com esse argumento, convencemos os donos de cartórios, em Alfenas. Eles não ganhariam na primeira escritura, mas famílias que há 90 ou 100 anos moram na mesma casa, cujas gerações e gerações moram no mesmo lugar, teriam direito à própria escritura. Mas ganhariam no futuro porque serão mais 2.500 propriedades regulamentadas, registradas, que passarão a entrar na economia da cidade. As futuras transmissões, vendas, trocas, compras naturalmente movimentarão os cartórios. Aproveito para me referir à Maria Helena Manso, do cartório de registro de imóveis, e ao Dr. Emilinho, que compreenderam a situação, abriram mão do seu pagamento e trabalharam muito para lavrar 2.500 escrituras, o que não é fácil.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Hoje iremos a Juiz de Fora discutir a questão dos radares, pois a população não aguenta mais esses radares escondidos, que esperitam para bater a carteira do consumidor, e esta Casa tem de fazer a sua parte. Mas quero cumprimentá-lo, Pompílio, porque o senhor foi considerado o melhor Prefeito, não é isso?

O Deputado Pompílio Canavez - Graças à bondosa e gentil população de Alfenas.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - O senhor foi realmente brilhante. É importante que o gestor público tenha atitudes que valorizem a sua cidade. O senhor foi um Prefeito brilhante porque, na verdade, gosta de gente. Pompílio, primeiro, esse amor que nutrimos pelas pessoas é fundamental e, em segundo, é fundamental a capacidade de ser um bom gestor, ágil e eficiente, para que as coisas aconteçam. Sabemos que as leis, as normas têm de ser cumpridas por quem está à frente da Prefeitura, pois, caso contrário, o governante responderá por improbidade, pela falta de respeito às leis de responsabilidade fiscal etc. Mas percebemos que também é necessário agir com atitude e rapidez porque as normas existem para cuidar bem do erário público e, mesmo assim, constatamos que há corrupção e desrespeito ao poder público. No Brasil, há grandes exemplos disso. Tenho muita experiência com a minha cidade, que é Uberlândia. Algumas legislações ajudaram bastante o nosso povo. Deputado Pompílio Canavez, há legislações que considero importantes. A exemplo do programa federal de arrendamento familiar, que é o PAR, que construiu na nossa cidade, no Triângulo Mineiro e no Brasil muitos condomínios, há programas específicos em Uberlândia, como o Casa Fácil. Temos agora o Tchau Aluguel e outros com recursos do Fundo Municipal de Habitação. Não adianta querermos apenas entrar nos programas do governo federal. Quem ganha até três salários mínimos ou não ganha nada precisa ter uma casa. Temos, por exemplo, em Uberlândia, um condomínio do idoso.

O Deputado Pompílio Canavez - É um direito à moradia digna.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - É um direito à moradia digna, Pompílio, e é preciso haver legislações específicas para que haja isenção nas taxas de cartório. Assim fizemos com o Casa Fácil, com o Tchau Aluguel. A Câmara Municipal de Uberlândia sempre foi parceira no desenvolvimento da cidade. Somos a segunda cidade do Estado, onde a população tem orgulho de morar. Temos os nossos problemas, mas, quando comparamos com o restante do Estado, parece que não temos nenhum. Mas temos problemas gravíssimos nas áreas de saúde, segurança, a Polícia Civil está com baixos salários. Os Delegados farão uma manifestação depois de amanhã. Temos os nossos problemas também. Mas temos também projetos de vanguarda, projetos importantes para o Estado, que deveriam ser conhecidos por outros Prefeitos. Aprovamos uma lei, com a participação da Câmara Municipal, em parceria com os cartórios, que permite à população registrar e ter sua escritura em alguns casos subsidiados. Com isso, a pessoa consegue seu título. A pessoa paga, paga e paga, Presidente, a sua casa, mas não consegue ter a escritura dela. O Deputado Pompílio sabe, tem experiência nisso, que as pessoas compram casas que já passaram por outras pessoas e não são registradas no cartório, o que causa problemas gravíssimos para a família se o titular morrer. Se você não tem a escritura, você não é dono. Pelo menos de acordo com a legislação brasileira.

Creio que esses modelos que temos, de isenção de taxas, são fundamentais. São leis municipais que podem ser apresentadas pelo Poder Executivo ou ser matéria concorrente ou ainda pela Câmara Municipal, o que facilita a vida do nosso povo. Temos aqui o Presidente da Câmara Municipal de Alfenas. Eu o cumprimento, Vereador. Estivemos lá, muito obrigado pela presença de vocês. Na sua pessoa cumprimento todos os Vereadores de Minas Gerais. Temos Câmaras Municipais e Vereadores que nos orgulham. De vez em quando observamos alguns fatos que envergonham a classe política, mas o político verdadeiro, Pompílio, que gosta de gente, que respeita o erário público, é respeitado pela população. E tudo passa pela política. Então, para que tenhamos moradia digna e isenção nas taxas de cartórios, precisamos ter legislações que não fiquem apenas no papel, que sejam discutidas para melhorar a vida das pessoas. Deve ser assim também a discussão da impermeabilização dos asfaltos. Se a Câmara Municipal é progressista e debate os temas de forma científica, teremos avanços. Eu o cumprimento, Pompílio. Solicitamos uma audiência pública em Uberlândia - tanto eu como o Deputado Elismar Prado. Na sexta-feira, Uberlândia receberá a Comissão de Turismo presidida pelo Deputado Tenente Lúcio, que tem feito muitos esforços para que Uberlândia seja também uma subsele. Está com o nome na lista, esperamos que seja escolhida. Vamos receber também a Secretária de Estado que vai discutir o pacto de enfrentamento à violência contra a mulher. Vamos ainda solicitar uma audiência pública para discutir o gasoduto Bolívia-Brasil. Assinei, junto com o Deputado Elismar Prado, para que o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, não manque, como já mancou por aqui em relação a essa região. Mas que, pelo menos entre as cidades de São Carlos, no interior paulista, e Uberlândia, o gasoduto passe para atender à região do Triângulo Mineiro. Também nos preocupamos com o local onde o gasoduto vai passar. Então, no tocante à questão da habitação, a audiência pública vai nos ajudar a pensar, de forma planejada, para que possamos promover o desenvolvimento econômico com sustentabilidade e gerando



emprego. A instalação do gasoduto na região do Triângulo Mineiro trará vantagens não apenas para Minas, mas também para todo o País, que passará a ter preços de insumos agrícolas mais competitivos, deixando de ser direcionado pelo mercado internacional, reduzindo assim a sua dependência externa. Creio que é uma forma de discutirmos também qualidade de vida para o nosso povo. Temos de levar em conta as habitações na região para que possamos ter planejamento. Então solicito a realização de audiência pública para discutir essa questão do gasoduto. O Governador já se pronunciou em relação a isso e se dispôs a destinar aproximadamente R\$6.000.000,00 para esse procedimento. Porém, para isso, temos de fazer gestões junto à Siurb, à CDL e à população, até mesmo para sabermos como ficariam aqueles projetos habitacionais naquela localidade. O planejamento é fundamental. É necessário haver gestores públicos de vanguarda, com capacidade de pensar à frente. Aí podem perguntar o que um gasoduto tem a ver com habitação, com qualidade de vida. Tem tudo a ver, porque, se não trabalharmos com planejamento, não teremos casas, habitações. Já pensou se, depois de preparado todo o terreno, passar um gasoduto naquela localidade? Jogaremos todo o dinheiro fora. Em Uberlândia, com o apoio da Prefeitura, dos governos estadual e federal, da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa, poderemos, realizando essa audiência pública, discutir com toda a sociedade e planejar a nossa cidade.

Deputado Pompílio Canavez, quero cumprimentá-lo por ter sido um Prefeito brilhante. Tenho andado pelo Sul de Minas com o Deputado que é meu companheiro da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização e, quando estive em Alfenas, vi as casas e percebi o amor que o povo de Alfenas tem pelo senhor. Fomos a Bandeira do Sul ouvir as famílias, a Caxambu, onde foram feitas várias reivindicações, como a criação de cursos técnicos e outras. O Prefeito de Caxambu esteve no meu gabinete e discutimos a criação de cursos técnicos. Discutimos essa questão com a Secretária de Estado Ana Lúcia Gazolla e com o Márcio, no tocante à situação de Uberlândia, do Renê Giannetti; de Araporã, cujo Prefeito, o Valdir, esteve no meu gabinete para discutirmos a criação de cursos técnicos e a melhoria das condições da educação; e de Caxambu. Cumprimento, V. Exa., Deputado Pompílio Canavez, porque é assim que temos de trabalhar, ou seja, de forma harmoniosa e em conjunto. Desse modo, a Assembleia pode mostrar à sociedade que possui Deputados e Deputadas atuantes e que a instituição escuta e atende o nosso povo. Meu sonho, Pompílio Canavez, é que Contagem realmente reabra os cursos técnicos. Lá temos problemas não só na área de habitação, mas também na área da educação. Estamos trabalhando por uma cidade melhor. Contagem tem de reabrir as Funecs. Aliás, na parte da tarde, teremos uma reunião com alguns professores para discutirmos essa questão. Também teremos uma audiência em Contagem para discutirmos a questão da MRV, porque há um problema gravíssimo na planta das casas de Contagem. O mais grave é que a Prefeita fechou muitas Funecs. Estamos lutando pela reabertura das Funecs e para que o povo não tenha problemas de habitação, de educação etc. Queremos cidades mais organizadas, planejadas e preparadas.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputada Liza Prado.

O Deputado Carlos Henrique (em aparte)* - Obrigado, Deputado Pompílio Canavez. V. Exa. traz para a discussão, nesta Casa, um tema muito importante: a regularização fundiária. Tivemos uma experiência em Belo Horizonte, e o Prefeito Márcio Lacerda está determinado a atingir sua meta. No nosso Município, é preciso fazer a regularização de 12 mil moradias, ou seja, a entrega dos títulos de propriedade. Ele fez questão de que esses títulos fossem entregues aos moradores sem nenhum tipo de custo para eles. Isso facilitou muito a relação entre a Prefeitura e os cartórios. O Prefeito tentará regularizar essas 12 mil moradias até 2012. Mais de 8 mil delas foram regularizadas. Tive a felicidade de participar de um grande evento na região Norte de Belo Horizonte, no Conjunto Felicidade, no qual entregamos mais de 2 mil escrituras a moradores. Percebemos o quanto essas pessoas se sentiram valorizadas. Esse ato não é nenhum favor do poder público, mas obrigação: dar a essas pessoas a escritura de onde moram, um sonho de 23 anos, até que, finalmente no ano passado, no mês de setembro, os títulos de propriedade lhes foram entregues. Ressalto a disposição do Prefeito Márcio Lacerda e da Urbel, nas pessoas dos Srs. Claudius e Wellington Vilas Boas, para realizar esse importante trabalho. Eles estão determinados a fazer com que o déficit de moradia caia e que o objetivo seja atingido até o final de 2012. Parabenizo V. Exa. pelo seu discurso e por trazer a esta Casa este importante debate.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputado Carlos Henrique. Isso é realmente importante. Informo ao nosso Presidente que Prados, vizinha da nossa querida São João del-Rei, por meio de programas dos governos federal e do Estado conseguiu regularizar mil moradias. Prados tem aproximadamente 5 mil habitantes e, dos Municípios do Brasil, deve ser o que mais fez regularização fundiária. Um abraço para o Prefeito Gustavo, do Partido dos Trabalhadores, que desenvolve um importante trabalho social lá. Aproveito a oportunidade para cumprimentar o Prefeito de Monte Belo, que se encontra neste Plenário com alguns companheiros visitando a nossa Casa. É preciso avançar no conceito de moradia. O Deputado Carlos Henrique mencionou o esforço do Prefeito Márcio Lacerda, mas é preciso dar condições às moradias das nossas cidades. Citando mais uma vez minha querida Alfenas, lá temos uma filosofia, um conceito de moradia: a construção de moradia é quase um subproduto, pois o verdadeiro produto é a dignidade, é a cidadania.

Acontece muito em nosso país o fato de que, quando finalmente ganham o direito sagrado à moradia, a ter um lar, as famílias perdem seu direito de viver na cidade, porque, na maioria das vezes, os loteamentos são distantes dela. Não estou me referindo ao centro da cidade, mas à cidade em si. As famílias vão morar em um local sem comércio, sem transporte coletivo, sem segurança ou outros serviços; onde não há presença do poder público. Então, quem acaba tomando conta delas, das moradias, dos conjuntos habitacionais é o crime organizado, já que, na ausência do Estado e pela distância, as famílias acabam ficando abandonadas. É uma não cidade; constrói-se uma cidade que não é cidade. Assim, o sonho do direito à moradia, muitas vezes, transforma-se em um pesadelo porque fica longe do trabalho, do comércio; não há asfalto, então o transporte coletivo não é suficiente ou inexistente. Isso causa transtornos, tristeza e uma grande frustração, porque, se a família luta e espera, depois de entrar em filas para fazer sua inscrição, a sonhada casa própria, além de pequena e mal construída, não se localiza na cidade. Não há cidade. Cidade é existência de comércio, serviços, educação, saúde, segurança, isto é, presença do poder público. Então, quando vão morar longe, as famílias acabam perdendo o direito à cidade e, muitas vezes, isso acontece de forma dramática. Há alguns anos, em uma das tragédias acontecidas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, uma família perdeu tudo, incluindo alguns familiares, no desmoronamento de um barranco. Os jornais noticiaram que ela havia ganho - não é ganho, porque se trata de um direito - uma casa num conjunto, mas posteriormente a



abandonado, porque o referido conjunto não tinha estrutura nenhuma. Além disso, ela foi para um lugar em que não conhecia ninguém. Lá não havia nada daquilo que eu disse aqui: comércio, serviço, educação, escola, posto de saúde, policiamento, transporte coletivo. A família ficou tão abandonada e com tanta dificuldade de arranjar trabalho, emprego que preferiu abandonar o sonho e voltar para uma casa perigosa na beira de uma encosta. Aliás, isso é o que acontece todos os anos nas nossas cidades. Essa questão da regularização fundiária, que a Prefeitura de Ponte Nova e o governo federal querem realizar em todos os sentidos, em decorrência do desarquivamento da indicação do Deputado Fred Costa, é muito importante. É preciso dar condições de dignidade e habitabilidade às famílias. Quantas famílias moram dentro do perímetro urbano das nossas cidades, em casas que não têm a menor condição de habitação? A chuva adentra essas casas, há goteiras para todo lado, e o poder público se esquece disso. É necessário não só construir, mas também reformar essas casas. Como disse a Deputada Liza Prado, o governo municipal e os governos dos Estados precisam fazer um programa de recuperação de moradias, para que haja condições de habitabilidade. Aliás, o Ministério das Cidades já possui esse programa. Isso é questão de saúde pública. Em Belo Horizonte, nos bairros da nossa Capital, existem muitas casas nessa situação, assim como em diversas cidades do Estado, casas essas que são mais choupanas.

Concederei aparte ao Deputado Rogério Correia. Deputado Rogério Correia, defendo o projeto que está na Câmara Federal, e nós o estamos estudando aqui. Esse projeto estabelece que a União, os Estados e os Municípios terão, obrigatoriamente em seu orçamento, de aplicar um percentual para melhorar as condições de moradia. Não falo só em construção, mas também em reforma. O poder público precisa construir escolas onde não as há, levar a saúde aos bairros, e muitos outros serviços de que as comunidades são carentes. Se o Brasil inteiro -, os Municípios, os Estados e a União -, quiser realmente resolver o problema de moradia precária, dos aglomerados, das favelas e das palafitas, deverá fazer um esforço nacional e concentrado. Se isso for feito, em 20 ou 30 anos, já não haverá o constrangimento dos aglomerados e das favelas nem as condições indignas e desumanas de moradias.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, quero parabenizá-lo pelo tema trazido à baila. Aproveito a oportunidade para apartear-lo e para cumprimentar o Deputado Rômulo Viegas, hoje presidindo os nossos trabalhos.

Deputado Pompílio Canavez, V. Exa. tem trazido alternativas importantes para a questão da moradia, por isso gostaria de agregar ao debate o problema da área rural, que tem tudo a ver com a diminuição do déficit habitacional nas cidades. Estive à Frente do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - nos últimos três anos do governo do Presidente Lula e pude ver que muitos projetos relativos ao campo são fundamentais para o combate à miséria e à pobreza. Ouvi recentemente a Presidente Dilma dizer que, no combate à miséria, estarão sendo implementados e ampliados programas na área rural brasileira, especialmente para a agricultura familiar. Fizemos um levantamento, em uma reunião aqui na Assembleia, na Comissão de Agricultura e Pecuária, para discutir o programa do crédito fundiário, que também tem tudo a ver com a questão da habitação e a regularização fundiária, como disse V. Exa.

Nessa reunião, constatamos a necessidade de implementar com mais força esse programa do crédito fundiário, um programa simples. Na verdade, o governo adquire terrenos por meio do Banco do Brasil, de forma a subsidiar a compra por produtores, às vezes meeiros, posseiros, trabalhadores que têm pouca terra ou familiares que querem adquirir mais terra. Eles podem adquirir essa terra por meio de subsídios do Banco do Brasil ou do Banco do Nordeste, se for o caso. Eles adquirem esse terreno, essa terra que vão pagar ao longo de 15 anos, com juros de 2% ao ano, e também têm, logo no início, o direito ao crédito do Pronaf, que são R\$20.000,00 para a construção da cerca ou a compra da vaquinha ou do gado. Eles também têm o direito à habitação.

Então, assim como na reforma agrária, também no crédito fundiário, eles terão recursos próprios para habitação. Com isso, potencializamos quem está no campo, dando-lhe condições realmente de permanecer ali e produzir; e isso ocorre junto ao programa de crédito, o Pronaf; e à assistência técnica, cujo programa também tem sido ampliado. Damos a oportunidade aos que vivem da agricultura familiar de ter condições reais de estar na terra. Compreender a reforma agrária só como a entrada na terra não resolve, porque, muitas vezes, ele fica ali sem as condições de produção. Então, é preciso unificar o crédito, a assistência técnica e, depois, a comercialização. Há também um programa interessante: o de aquisição de alimentos, em que o governo compra o produto, por meio da Conab, do agricultor familiar, e ele é distribuído gratuitamente nas escolas.

Por falar nisso, outro dia vimos denúncias de Municípios que estavam usando mal os recursos da alimentação escolar, da merenda escolar. Foram várias denúncias, e eu as vi no "Fantástico", na Rede Globo. Havia ainda outros que estavam sendo premiados: exatamente aqueles que estavam adquirindo produtos da agricultura familiar. Eles são, aliás, um combate ao problema da terceirização, que, às vezes, pode levar à corrupção na aquisição da merenda escolar, porque ali se compra diretamente do produtor, há a fiscalização, e o pequeno planta, vende e entrega o seu produto, fruta e verduras fresquinhas e carne. Enfim, tudo isso pode ser comprado com recursos. Então, precisamos, na área rural, de um programa determinante para a agricultura familiar e esse novo modelo do campo. Não digo que o modelo do agronegócio não deva existir, mas ele não resolve o problema da alimentação, pois é muito mais para a exportação de grãos e as divisas. Tudo também tem a ver com a discussão do Código Florestal, que está sendo feita no Congresso Nacional, mas tudo isso deve ter o sentido de apoio às atividades na área rural.

No caso do crédito fundiário, tivemos uma audiência pública muito boa para fazer um balanço sobre ele. Em Minas, o balanço é negativo. Chegamos à conclusão de que faltam ações do governo do Estado para o crédito fundiário. Os bancos têm o recurso suficiente, não há falta de recursos para a compra de terreno. Então, se um pequeno produtor quiser comprar terra, no banco terá o recurso. O banco informou que não há limite para isso, mesmo porque isso é financiamento que será, no futuro, pago. Há o recurso para isso. O que há aqui é uma ausência de técnicos para fazer o levantamento se essa terra é produtiva, de fato, e se o produtor, ao adquiri-la, vai dar conta do recado; ver as condições; fazer as análises. Tudo isso está faltando. Estamos insistindo muito com a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária, onde está o Instituto da Terra, para que haja uma implementação a mais no programa. Foi isso que combinamos, e, aliás, eles ficaram de, a cada três meses, mandar para Assembleia Legislativa um relatório do que progrediu e quantas famílias passaram a adquirir o crédito fundiário.

Então, quero agregar à discussão de V. Exa. sobre essa importante questão da moradia para o povo mineiro e o povo brasileiro, em especial nas grandes cidades, a relação disso com o campo.



Não adianta inchar os grandes centros, e não permitir que se gere emprego no campo, aliás muito mais barato que na cidade. Essa discussão precisa ser feita. Se continuarmos incentivando o êxodo rural, vamos esvaziar o campo e aumentar os problemas na cidade. É preciso que essa curva diminua. Felizmente, a curva do êxodo rural já diminuiu no Brasil, mas é preciso dar melhores condições a quem está no campo. Reclamam muito, e com razão, porque as condições de plantio ainda não são as desejadas. Então, parabenizo V. Exa., colocando esse ingrediente novo na discussão da regularização fundiária.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputado Rogério Correia. É importante também a preocupação com a moradia rural, e um aspecto relevante é que os brasileiros que moram na zona rural não querem apenas moradias melhores, que são necessárias, é claro, mas esperam que também haja serviços. Muita gente que mora na zona rural frequentemente tem de se deslocar até a sede dos Municípios para resolver problemas. Se eles pudessem ser solucionados na própria localidade, isso ajudaria muito e daria suporte àquele velho jargão de fixar o homem no campo.

Como o Deputado Rogério Correia mencionou o Código Florestal, aproveito, Sr. Presidente, para dizer que estive ontem em Brasília, onde conversei por quase duas horas com o Deputado Federal Aldo Rebelo, relator do novo Código Florestal, que está sendo votado neste momento na Câmara dos Deputados. Conversei também com o Líder do Governo na Câmara, Deputado Vaccarezza. Fui levar uma sugestão de redação para a parte do Código Florestal que trata das áreas do entorno dos reservatórios de hidrelétricas. Nosso Estado tem 150 Municípios localizados no entorno de hidrelétricas. A redação aprovada no relatório causaria extremo prejuízo a todos eles, e Minas Gerais é o Estado que possui hidrelétricas em maior número. O Deputado Odair Cunha, Vice-Líder do Governo, e a Ministra do Meio Ambiente acataram a minha sugestão, a fim de que, em lagos de hidrelétricas que ainda não tenham licenciamento ambiental e que não sirvam só para a geração de energia elétrica, mas também para abastecimento de água, permaneça como distância da margem 15 metros na zona urbana e 30 metros na zona rural. Isso diz respeito também às construções ou às ocupações já consolidadas nas últimas décadas. Eu, por exemplo, moro na região do lago de Furnas, que tem mais de 50 anos. Ao longo do tempo foram consolidados empreendimentos ligados ao turismo nas cidades, que foram reconquistando espaço, porque, quando o lago veio, encheu todo o local. Muita gente que não acreditava que aquela água chegasse à sua casa perdeu as terras férteis, perdeu tudo: cidades foram submersas e tiveram de ser reconstruídas.

O novo Código trazia o grande perigo de tudo que foi reconstruído nestes 50 anos ser destruído. O sofrimento com a inundação, que levou para debaixo da água história, cultura, cidades, economia, terras férteis, poderia voltar com essa possibilidade de estabelecer em 100 metros aquela distância da margem dos lagos de hidrelétricas, como previa a redação do relatório do Deputado Aldo Rebelo. Com essa sugestão de redação, conversada com a Ministra do Meio Ambiente - e está em votação neste momento, não sei o resultado, não sei se vai passar -, fizemos pelo menos um esforço muito grande. O Deputado Odair me ajudou muito nesse trabalho, assim como os Prefeitos da Alago. Esteve comigo o Prefeito Nelson Lara, de Guapé, que também é Presidente da Alago, que reúne 36 Municípios. Fui seu Presidente durante dois mandatos, quatro anos. Alguns Prefeitos de cidades que têm lagos de hidrelétricas estiveram lá comigo e pediram que fosse considerada essa possibilidade. O Lago de Furnas é um dos maiores da América e não tem licenciamento ambiental. Quando ele tiver licenciamento ambiental, aí se levará em consideração a distância da margem. Essa foi a defesa que fiz em Brasília junto ao relator Aldo Rebelo. Ele me recebeu muito bem, ouviu-me atentamente e chamou os técnicos para conversar comigo. Depois, também conversei com o Deputado Aldair Cunha e com o pessoal da legislação. Conseguimos produzir alguns parágrafos que tiveram aceitação. Agora, a Câmara Federal também está em reunião extraordinária a fim de apreciar as questões ligadas ao Código Florestal. Espero que seja aprovado e que traga tranquilidade e sossego para moradores de 150 Municípios de Minas. Apenas no entorno do Lago de Furnas, se aprovada a redação que havia antes de nossa ida a Brasília, 25.000ha de terras ocupadas pela agricultura familiar, por pequenos produtores, deixariam de existir, o que seria uma grande violência. Com a aprovação do governo e de sua bancada, estou confiante que conseguiremos aprovar uma situação que já existe, pois muitas pessoas já viveram.

O debate sobre a moradia é importante. A iniciativa do Deputado Fred Costa de desarquivar o tema é relevante. A Prefeitura de Ponte Nova está de parabéns pela preocupação com a regularização fundiária, o que realmente é preciso ocorrer em nossos Municípios. Temos uma dívida com nossos cidadãos. As cidades precisam ser melhores. O cidadão que criou sua família, morando há décadas na mesma cidade, não pode ficar sem o título de sua casa. É uma injustiça que deve ser corrigida.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Antes de mais nada, faço uma saudação especial ao Deputado Pompílio Canavez, cuja presença é muito importante para o PT por toda sua experiência na defesa dos trabalhadores, como sindicalista, e por sua presença na Prefeitura de Alfenas, ao fazer um governo que se destacou em toda a região e que foi reconhecido pela população.

Você teve uma votação em Alfenas que nenhum outro candidato teve, o que é um sinal desse reconhecimento. Sempre escuto muitas coisas boas a respeito de seu trabalho. Os Padres Francisco e Guaraciba, meus amigos de Alfenas, têm elogiado muito seu trabalho. Você traz a esta Casa a preocupação com sua raiz no Sul de Minas, na defesa de Furnas e do que ela representa para a agricultura familiar, para o turismo na região, o que é muito importante. Com toda certeza, hoje você é a voz de todos os Municípios que estão na região do Lago, que pela primeira vez têm um representante, cuja preocupação é combinar a defesa do meio ambiente, da ecologia com o investimento e a geração de emprego. Parabéns. Dois assuntos me trazem aqui. Primeiro, acabamos de aprovar na Comissão de Direitos Humanos uma manifestação de aplauso ao Presidente do Tribunal de Justiça, Cláudio Costa, à Prefeita Marília Campos, de Contagem, e ao Juiz Arilson, Diretor do Fórum de Contagem. Por que essa manifestação? Já temos uma luta antiga, que os trouxe a várias reuniões, inclusive a uma audiência pública realizada neste ano, para a construção do fórum em Contagem.

Hoje temos um fórum. Em 1970, quando a nossa comarca foi criada, o espaço onde hoje funciona o fórum era construído para ser o mercado municipal. À época, quando já não servia para o mercado, foi adaptado para abrigar o fórum. Hoje Contagem gasta muito com os aluguéis, e as dependências do fórum são insuficientes, pois já há seis sedes do Judiciário. Trata-se de uma dificuldade para o povo, para os advogados e para os Juízes. As instalações são insalubres. Os problemas em relação à convivência com questões de saúde pública são grandes em Contagem. Apesar de ter trazido durante 17 anos a bandeira do novo fórum para Contagem, nunca tive eco no Tribunal, que preferia criar fóruns nas cidades e regiões dos seus Presidentes. Por isso, algumas cidades pequenas possuem um



fórum enorme, com áreas ociosas, por influência política de Desembargadores. E Contagem, Ribeirão das Neves e Betim enfrentam grandes problemas.

Já estive aqui obstruindo várias votações para impedir que, em anos anteriores, isso acontecesse, até obtermos a confirmação da construção do novo fórum de Contagem. Já segurei por três meses um projeto do Tribunal de Justiça para que houvesse uma medida efetiva com esse objetivo. Neste ano, conseguimos mobilizar a Prefeitura e os Juízes de Contagem, que disseram: “É agora ou nunca”.

Agora contamos com alguém que conseguiu captar essa necessidade de Contagem, que foi o Desembargador Cláudio Costa. Realizamos uma belíssima audiência pública aqui na Assembleia Legislativa, com a presença significativa de entidades de trabalhadores e de direitos humanos e de Juízes de Contagem. O Ministério Público não participou, pois parece que só participa do que for corporativo. Infelizmente, não participou de nenhuma reunião com a Presidência do Tribunal de Justiça, que foram várias. Infelizmente, repito, não contamos com a presença do Ministério Público.

Havia uma vaga promessa para o início da construção do fórum de Contagem em 2016. Na sexta-feira, representei a direção desta Casa na celebração dos 10 anos do belo Projeto Novos Rumos na Execução Penal, do Tribunal de Justiça. Esse projeto está entre os expoentes do Tribunal de Justiça, como o PAI-PJ, que trabalha com pacientes com transtorno mental, as Apacs, com o Desembargador Joaquim Andrade, a questão da mulher, com a Desembargadora Jane - a mulher prisioneira tem realizado um belo trabalho -, e a questão do adolescente infrator e das medidas socioeducativas. O Tribunal de Justiça tem-se empenhado nisso. O Desembargador Gudesteu Biber criou o Projeto Novos Rumos na Execução Penal, que passará a se chamar Programa Novos Rumos.

Estava compondo a Mesa, à direita do Presidente do Tribunal de Justiça, quando me disse: “Tenho uma grande notícia. Queria que, na semana que vem, você e a Prefeita Marília Campos estivessem em meu gabinete”. Na segunda-feira, pela manhã, o Desembargador Cláudio Costa me ligou e disse: “Tenho dois horários, 14 horas e 16 horas. Gostaria que viessem aqui”. Consultei a Prefeita, que disse que poderia estar lá às 16 horas. Fomos ao Tribunal de Justiça nesse horário. E qual foi a nossa surpresa? O Presidente do Tribunal entregou a mim e à Prefeita o projeto de construção do novo fórum, já definitivo, mudando a discussão anterior. Ele nos informou que o projeto permitirá a instalação de mais 10 varas em Contagem, somando 38. É um prédio de sete andares, que ficará sem acabamento para que, se no futuro a Lei de Execução Penal criar novas varas, haja espaço para elas. O projeto custará R\$55.000.000,00. Serão R\$52.000.000,00 na construção e R\$3.000.000,00 para o ar-condicionado central. O prédio será construído em 30 meses.

E agora vem a grande notícia que o Presidente nos deu: a obra começa no ano que vem, ainda no mandato do Presidente Cláudio Costa. Foi algo emocionante. O setor de engenharia do Tribunal está de parabéns, já existem recursos para construir o prédio, o que é fundamental. No meio da conversa, a Prefeita Marília disse ao Presidente que não estava presente nenhum dos Juízes ou das Juízas de Contagem que foram nossos parceiros nessa luta. O Presidente, então, sugeriu irmos ao fórum de Contagem, de surpresa. Fomos ao fórum, enfrentamos o trânsito ruim das 18 horas, e, ao chegarmos, o Presidente mandou chamar os Juízes, na subsele descentralizada, e lá deu a grande notícia.

Quero fazer um agradecimento ao Deputado Ademir Lucas, que, quando Deputado, ajudou-nos a obstruir na defesa do fórum de Contagem e também ao Deputado Carlin Moura. Faço também um agradecimento à Casa, que nunca se incomodou com que a discussão do novo fórum de Contagem fosse feita na Comissão de Direitos Humanos, porque entendeu que agilidade da Justiça e condições da Justiça são questões de direitos humanos. Deputado nenhum se manifestou contra isso. Então, agradeço à Casa e ao Presidente do Tribunal.

Ontem, eu e o Presidente da Assembleia Legislativa almoçamos com Cláudio Costa, Presidente do Tribunal, num almoço institucional, que o Presidente Dinis Pinheiro tem promovido com vários setores. Nesse almoço tive oportunidade de agradecer ao Presidente e, agora mesmo, aprovei uma manifestação. Acho que Contagem ganhará muito com isso. Aproveito o aparte que faço ao Deputado Pompílio Canavez, sob a Presidência do Deputado Rômulo Viegas, que, embora seja um Deputado novo, vem com experiência presidindo os trabalhos.

Sr. Presidente, a outra questão que trago é lamentável porque, no dia 14 de abril, aprovamos vários requerimentos da Comissão de Direitos Humanos que exigiam urgência. Eram requerimentos relativos a policiais ameaçados, a cidadão torturado, a policial que sofreu assédio moral, a encaminhamento de nota taquigráfica da Comissão de Direitos Humanos e requerimentos ligados aos assassinatos na Serra, que foram discutidos nas Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública. Depois, os debates aconteceram na Comissão de Direitos Humanos. E, pasmem os senhores, o Deputado Sargento Rodrigues, a quem agradeço, foi à Comissão de Direitos Humanos e fez a denúncia de que esses requerimentos não haviam sido encaminhados - e quero dizer que amanhã estaremos com o Deputado Sargento Rodrigues para discutirmos assédio moral contra policiais, em Ipatinga, na parte da manhã. Eles foram numerados em Plenário e encaminhados à Comissão de Segurança Pública. Comunico que isso é responsabilidade do Secretário-Geral da Casa. Não admito nenhum cerceamento do funcionamento da Comissão de Direitos Humanos. Somente alguém do setor burocrático ou técnico não percebe que ameaça de morte a um policial, tortura contra um cidadão e assédio moral são assuntos afetos à Comissão de Direitos Humanos que exigem urgência. Não estamos brincando de ser Deputado, colocamos a nossa vida em risco sem brincar de ser Deputado.

Amanhã aprovarei um requerimento de abertura de processo administrativo contra o Secretário-Geral da Casa. Pedirei que ele seja afastado de seu cargo durante os 30 dias desse processo. Não estamos aqui para brincar, não estamos aqui fazendo molecagem, não nos omitimos como parlamentar. Sugiro que o Secretário-Geral indique o funcionário responsável por haver segurado um requerimento da Comissão de Direitos Humanos que envolve a vida de pessoas, segurança, notificação. Até mesmo notas taquigráficas da Comissão de Direitos Humanos a Comissão de Segurança Pública precisa aprovar.

Agradeço este tempo que me foi cedido. Tomarei providências legais. Não brinquem com a vida. Não brinquem com coisa séria. Quem nunca saiu de um ar condicionado... Como diz o poeta Camilo Castelo Branco, “quem não sentiu o frio da desgraça não foi homem, foi espectro de homem, somente passou pela vida, não viveu”. Então, não brinquem com quem viveu, não brinquem com quem está enfrentando as coisas. Não brinquem com quem, nesses 17 anos, em vez de ir para uma comissão que decide o Orçamento,



que decide interesses ou redução de impostos, foi para uma comissão ouvir a dor do povo, o sentimento do povo. É isso que fazemos na Comissão de Direitos Humanos.

Hoje, por exemplo, numa reunião normal, ficamos quase duas horas ouvindo um Agente Penitenciário fazer denúncia de assédio moral. Foi isso o que ficamos fazendo lá durante duas horas. Estava previsto que votaríamos projetos da Comissão e ato sumário. Isso não demoraria mais que 15 ou 20 minutos, mas ficamos lá eu, o Deputado João Leite, o Deputado Carlin Moura, o Deputado Sargento Rodrigues e o Deputado Paulo Lamac ouvindo a dor das pessoas, ouvindo denúncia de assédio moral, ouvindo um Agente Penitenciário fazer denúncias de torturas e de omissão da Corregedoria.

Considero isso uma imoralidade, uma prevaricação do funcionário que fez isso. Se não for indicada a gerência ou a chefia que fez isso, pedirei, por 30 dias, enquanto durar o processo administrativo, o afastamento do Secretário-Geral dos trabalhos desta Casa. Tratem o que é sério com seriedade. Não faço oposição gratuita, tenho linha de atuação diferenciada, firme. Hoje, denunciei o governo. Um Diretor de Teófilo Ottoni foi preso com armas. Há dois anos deveria ter sido exonerado, mas hoje é o condutor da escolta no Ceresp São Cristóvão. Denunciamos um Agente Penitenciário que manteve relações sexuais forçadas com duas detentas. Entregamos o esperma do denunciado em uma calcinha e em uma camisinha - trazidas por outro Agente Penitenciário -, para que fosse feito exame de DNA. O resultado foi positivo, mas aquele Agente não foi exonerado. Embora esse fato tenha ocorrido em 1999, somente agora ele foi exonerado, porque estava fornecendo salvo-conduto no Ceresp São Cristóvão. Criticamos as omissões do governo, mas em cima de questões que entendemos como nossas opções de trabalho.

Pedirei o afastamento do Secretário-Geral. Se o Gerente de Plenário que cometeu esse absurdo for identificado, também deve ser afastado enquanto durar o processo administrativo. Vejam bem como funciona a Comissão de Direitos Humanos. Realizamos quatro audiências nesta semana. Amanhã, em Ipatinga, ouviremos policiais que vão denunciar Comandantes por assédio moral. Vamos cedinho para lá. Às 14h30min, faremos uma reunião secreta aqui a fim de ouvir pessoas ameaçadas de morte, que denunciarão o sistema de defesa social e o Judiciário. Pensam vocês que a semana da Comissão de Direitos Humanos termina aí? Não. Na sexta-feira, vamos ouvir, em nosso gabinete, denúncias de tortura. A Comissão não brinca em serviço. Então, não brinquem com coisa séria. Uma letra morta que chega ao Plenário, num requerimento, tem vida por trás. Não é apenas uma discussão da Oposição, uma picuinha, mas há vidas de pessoas por trás de um requerimento como esse. Tratem isso com seriedade neste Plenário. Se não querem tratar de todos, pelo menos a Comissão de Direitos Humanos tem um diferencial e não está aqui para brincar. Não faço brincadeira com o meu mandato, não. Obrigado.

O Deputado Pompílio Canavez - Agradeço ao Deputado Durval Ângelo. Parabens ao Desembargador Cláudio Costa, a Prefeita Marília e o Deputado Durval, que têm um grande amor pela cidade de Contagem, por essa luta. Solidarizo-me com V. Exa. na sua luta, pois realiza um trabalho delicado, importante e fundamental na Comissão de Direitos Humanos, que muitas vezes é a última esperança de muitas pessoas que têm seus direitos ultrajados. Queremos que esse trabalho seja respeitado, e tenho certeza de que o conseguiremos.

Sr. Presidente, agradeço a paciência de V. Exa. Encerro minhas palavras.

Questão de Ordem

O Deputado Pompílio Canavez - Percebendo a falta de quórum no Plenário, peço o encerramento da reunião. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço aos Deputados Pompílio Canavez e Durval Ângelo. Cumprimento os Vereadores que nos visitaram nesta manhã. Agradeço a todos os presentes e à assessoria da Mesa da Assembleia, que sempre está disposta a nos orientar.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE TADEU JOSÉ DE MENDONÇA PARA O CARGO DE PRESIDENTE DO IPEM, EM 6/4/2011

Às 10h38min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Duilio de Castro e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Ana Maria Resende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duilio de Castro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder a arguição pública do Sr. Tadeu José de Mendonça para o cargo de Presidente do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem -, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença da Deputada Luzia Ferreira (substituindo o Deputado Fred Costa, por indicação da Liderança do BTR). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. A Deputada Luzia Ferreira retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 2/2011, do nome de Tadeu José de Mendonça para o cargo de Presidente do Ipem (relator: Deputado Duilio de Castro). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2011.

Ana Maria Resende, Presidente - Duilio de Castro - Ivair Nogueira.



ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/5/2011

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Bonifácio Mourão, Antônio Júlio, Sebastião Costa, Célio Moreira, Rogério Correia, Carlin Moura, Paulo Guedes, Duarte Bechir, Paulo Lamac, Rômulo Viegas e Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre a recomposição do ICMS de 2009 às prefeituras que ainda não receberam os recursos e a desoneração de encargos estaduais nos Municípios mineiros, bem como a debater as repercussões do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - e as consequências da mudança nas alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Física - IRFF - para economia dos Municípios. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Elisa Maria Costa, Prefeita Municipal de Governador Valadares e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Doce -; e os Srs. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Prefeito Municipal de Ouro Preto; Padre Rogério de Oliveira Pereira, Prefeito Municipal de Ouro Branco; Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso, Prefeito Municipal de Prados; José Maria Penna Silva, Prefeito Municipal de Curvelo; Edson Rezende, Vice-Prefeito de Barbacena; Anderson Costa Cabido, Prefeito Municipal de Congonhas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia, Almir Paraca, Pompílio Canavez e Sávio Souza Cruz (3) em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para envio da lista de convênios realizados entre a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e os Municípios mineiros a partir de 2009, contendo informações sobre o valor do convênio, o cronograma de liberação de recursos e a justificativa dos critérios adotados pelo Poder Executivo para a liberação dos recursos para cada Município beneficiado, devendo ser enviadas cópias dessa lista ao Ministério Público Estadual e à Justiça Eleitoral; seja solicitada audiência com o Governador do Estado para tratar do cumprimento de acordo firmado em 2010, visando a liberação de recursos às prefeituras mineiras, através de convênios assinados com a Setop, para a realização de obras de infraestrutura, como forma de compensação pela perda de receitas em 2009, em função da crise econômica, bem como para debater o processo de desoneração dos Municípios; sejam encaminhadas ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Tribunal Superior Eleitoral as notas taquigráficas desta reunião; Almir Paraca, Pompílio Canavez e Rogério Correia em que solicitam seja realizada visita ao Governador do Estado, com a participação de representantes de Prefeitos Municipais, para apresentar as demandas municipais contidas na cópia de documento consolidado elaborado pela Associação Mineira de Municípios - AMM -, que trata de questões referentes aos critérios e parâmetros para distribuição e repasse aos Municípios dos recursos do ICMS e do FPM. A Presidência recebe cópia de documento da AMM encaminhado ao Governador do Estado e de documento assinado pelos Prefeitos presentes a esta reunião, o qual contém várias reivindicações. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Pompílio Canavez - Liza Prado - Sebastião Costa.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/5/2011

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 142/2011 no 1º turno (Deputado Gustavo Corrêa); e 718/2011 em turno único (Deputado Sávio Souza Cruz). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 28, 104 e 664/2011 no 1º turno são convertidos em diligência a requerimento dos seus respectivos relatores, aprovados pela Comissão: o primeiro, diligência à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede - (relator: Deputado Célio Moreira); o segundo, diligência à Semad e à Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam - (relatora: Deputada Luzia Ferreira); e o último, diligência à Semad, ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER-MG -, à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes - DNIT-MG (relator: Deputado Duarte Bechir). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a atual situação dos lixões e aterros sanitários situados no Estado; Antônio Júlio em que solicita seja realizada reunião para ouvir o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento



Sustentável sobre as ações e a execução dos recursos destinados ao Projeto de Proteção da Mata Atlântica em Minas Gerais - Promata-MG -; Luzia Ferreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 104/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca, em tramitação nesta Casa, e medidas fiscais e tributárias destinadas a estimular a redução das emissões e a remoção de gases de efeito estufa no Estado; e Célio Moreira e Alencar da Silveira Jr. em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater o Projeto de Lei nº 1.023/2011, do Deputado Leonardo Moreira, em tramitação nesta Casa, que dispõe sobre o acondicionamento de mercadorias no comércio varejista e dá outras providências. Os seguintes requerimentos têm sua votação adiada, a requerimento do Deputado Duarte Bechir aprovado pela Comissão: do Deputado Rogério Correia em que solicita sejam realizadas visita no depósito de lixo na Comunidade da Represa, no Município de Perdões, e reunião de audiência pública no referido Município para debater a instalação do depósito de lixo; e do Deputado Almir Paraca em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para conhecer e debater os termos e as consequências sociais, econômicas e ambientais, para o Município de Patrocínio, do Decreto Municipal de Desapropriação nº 2.734, de 11/3/2011, que desapropria o montante de 4.700ha de áreas produtivas pertencentes a dezenas de produtores de pequeno porte. A Presidência recebe os seguintes requerimentos dos Deputados: Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça para debater o Projeto de Lei nº 440/2011, de sua autoria, em tramitação nesta Casa, que cria a Estrada-Parque Caminhos do Sertão, localizada no interior do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, abrangendo os Municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Ibirité e Nova Lima; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para ouvir a Sra. Helena B. Nader, Presidente em exercício da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC -, sobre estudo realizado pela entidade que representa e pela Associação Brasileira de Ciência - ABC - sobre o Novo Código Florestal Brasileiro, em tramitação no Congresso Nacional; e Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação em que se encontra a jazida de minério de ferro localizada na área conhecida como Lagoa Seca, entre os Bairros Belvedere e Mangabeiras, em Belo Horizonte, bem como as consequências para o meio ambiente e para a população local. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2011.

Célio Moreira, Presidente - Luzia Ferreira - Duarte Bechir - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/5/2011

Às 9h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: “Boletim Informativo da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos” de setembro a dezembro de 2010 e “Registro Brasileiro de Transplantes” de janeiro a dezembro de 2010. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 762 e 819/2011, em turno único (Deputado Neider Moreira); Projetos de Lei nºs 690 e 817/2011, no 1º turno (Deputado Doutor Wilson Batista); Projetos de Lei nºs 820/2011, em turno único; 264 e 802/2011, no 1º turno (Deputado Hely Tarquínio); Projetos de Lei nºs 816 e 822/2011, em turno único, e 606/2011, no 1º turno (Deputado Adelmo Carneiro Leão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 78/2011 na forma do Substitutivo nº 1 apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Neider Moreira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 512 e 542/2011, este com a Emenda nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Observatório Nacional sobre o “Crack”, portal lançado na internet pela Confederação Nacional dos Municípios; Bosco em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para averiguar os motivos que levaram à interdição das unidades de saúde no Município de Conquista; Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ofício ao Secretário de Saúde e ao Secretário de Governo de Minas Gerais, solicitando empenho na apuração das denúncias de desvio de recursos destinados à saúde pública do Município de Teófilo Ottoni, apresentadas pelo Vereador Renan Pereira; Carlos Mosconi, Doutor Wilson Batista, Adelmo Carneiro Leão, Hely Tarquínio e Neider Moreira em que solicitam a realização de audiência pública para debater o câncer da próstata. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Doutor Wilson Batista - Neider Moreira - Adelmo Carneiro Leão.



ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/5/2011

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos 466, 527 e 528/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Almir Paraca em que solicita seja realizada reunião de audiência pública na cidade de Vazante para conhecer e debater a relação entre a Copasa-MG e a população desse Município e entre aquela e a administração municipal, especialmente no tocante à captação e ao tratamento de esgoto e à cobrança de taxa por esse serviço, após a edição de lei municipal, em 2008; Almir Paraca e Rogério Correia em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para obter informações sobre a exploração do gás natural no referido Município e região; Liza Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater questões de revitalização e urbanismo da região que engloba o Bairro da Lagoinha, em Belo Horizonte; e Paulo Guedes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater, com representantes da população, das associações de taxistas, das empresas de fretamento de veículos e turismo, das lideranças políticas e das entidades de classe, os Projetos de Lei nº 552/2011 e de Resolução nº 279/2011, em tramitação nesta Casa, e a Lei nº 19.445, de 2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - João Leite - Liza Prado.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE CAMILLO FRAGA REIS PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, EM 4/5/2011

Às 14h28min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Luiz Carlos Miranda, Anselmo José Domingos e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Luiz Carlos Miranda, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente e a designar relator. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Anselmo José Domingos para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado André Quintão e para Vice-Presidente o Deputado Luiz Carlos Miranda, ambos com quatro votos. Na condição de Presidente “ad hoc”, o Deputado Luiz Carlos Miranda empossa no cargo de Presidente o Deputado André Quintão. Este, por sua vez, empossa o Vice-Presidente, Deputado Luiz Carlos Miranda. Prosseguindo, a Presidência designa como relator da matéria o Deputado Anselmo José Domingos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2011.

André Quintão, Presidente - Anselmo José Domingos - Rômulo Veneroso.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/5/2011

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado, Carlos Mosconi e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno os Projetos de Lei nºs 17/2011 (Deputado Carlos Mosconi); 274 e 1.057/2011 (Deputado Elismar Prado). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 152/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Luzia Ferreira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 516 com a Emenda nº 1 e 521/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 501, 526, 530 e 531/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece



a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2011.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Rômulo Veneroso.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/5/2011

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Gustavo Corrêa, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. O Presidente, com base no inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita aos membros presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a pauta de reivindicações dos membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado aprovada em assembleia geral, a ser apresentada por representantes das entidades de classe das corporações, e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 428 e 717/2011 e os Requerimentos nºs 473, 488 a 495, 502 e 505/2011 são retirados de pauta, por determinação do Presidente, por terem sido apreciados em reunião anterior. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Cel. PM César Braz Ladeira, Presidente da União dos Militares de Minas Gerais; Cel. PM Edvaldo Piccinini Teixeira, Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado de Minas Gerais; Major PM Márcio Ronaldo de Assis, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; Sgto. BM Alexandre Rodrigues, Presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais; Subtenente PM Raimundo Nonato Meneses Araújo, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Ângela Maria de Carvalho Araújo, Conselheira Fiscal da Associação das Mulheres Profissionais de Segurança Pública, representando a 2º Dgt. PM Valéria Evelini Monteiro Machado, Presidente da Associação das Mulheres Profissionais de Segurança Pública; CB BM Álvaro Rodrigues Coelho, Presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar de Minas Gerais, e Vereador Cabo Júlio, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Registram-se as presenças dos Deputados Bonifácio Mourão, Ivair Nogueira e Rogério Correia. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Neider Moreira - Bonifácio Mourão - Gustavo Valadares.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/5/2011

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Fred Costa, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que a Copasa Serviços de Saneamento do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - Copanor - preste serviços de água e esgoto a comunidades de até 200 habitantes localizadas na área de atuação da referida Companhia, em cumprimento à Lei nº 16.698, de 2007 e ao inciso 131 da Lei nº 19.417, de 2011; sejam realizadas visitas desta Comissão às localidades situadas no Vale do Jequitinhonha desprovidas de atendimento de sistema de água e esgoto gerido pela Copanor; seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Trabalho para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei Federal nº 865/2011, que cria a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, a qual será responsável pela Economia Popular Solidária (por solicitação do Fórum Mineiro de Economia Solidária); seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Trabalho no Município de Araçuaí para, em audiência pública, debater a situação dos cortadores de cana frente à acelerada mecanização do campo (por solicitação da Prefeitura e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Virgem da Lapa); e seja encaminhada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a realização de concurso público com vistas ao provimento de cargos de nível superior para reestruturação da Sedese. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2011.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Duarte Bechir.



ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/5/2011

Às 9h45min, compareceram no Centro Técnico Cultural, no Município de Itajubá os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Ulysses Gomes e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ulysses Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a pauta de prioridades para o desenvolvimento do turismo na região Sul de Minas e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Jorge Renó Mouallem, Prefeito de Itajubá; Jussara Maria Rocha, Superintendente de Políticas de Turismo, representando o Deputado Agostinho Patrus Filho, Secretário de Estado de Turismo; Lily Maria Taylor da Cunha e Mello, Presidente da Associação Circuito Turístico Terras Altas da Mantiqueira - Itamonte; José Maurício Carneiro da Silva, Presidente da Associação de Integração do Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas - Itajubá; Maurício Gabriel, Presidente da Associação de Integração Regional do Circuito das Águas - São Lourenço; Francisley Gonçalves Pinto, Presidente da Associação do Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas - Borda da Mata; Luiz Carlos de Pádua, Presidente da Associação do Circuito Turístico Nascentes das Gerais - Passos; Gustavo Pessoa Arrais, Diretor-Presidente da Associação Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas - Córrego Bom Jesus; Vinícius Amantéa Campos, Presidente do Circuito Turístico Vale Verde Quedas d'Água - Varginha; Francisco Melo, Presidente da Federação dos Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais; e Laudelino Augusto dos Santos Azevedo, Vice-Prefeito de Itajubá, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Ulysses Gomes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rômulo Viegas - Vanderlei Miranda.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/5/2011

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac, Delvito Alves e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Célio Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre denúncias de abuso de autoridade e agressão sofridas por Gabriel Alonso e ECSM pela Polícia Militar do Município de João Pinheiro e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Major PM Peterson Rodrigo Brandão da Silveira, Assessor do Corregedor da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor; Paulo Vaz Alkmin, Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais; Subtenente PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra -; Gabriel Alonso Lousada, vítima; Paulo Henrique Lousada, testemunha da vítima Gabriel Alonso Lousada; Darley Luiz Gonzaga, testemunha da vítima ECSM; LGC, testemunha da vítima ECSM; Maria Percília da Silva Lousada, mãe da vítima Gabriel Alonso Lousada; Marisa Pereira da Silva, mãe da vítima ECSM; ECTM, vítima, que são convidados a tomar assento à mesa. Os Deputados Durval Ângelo e Delvito Alves, como autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais, cada um por sua vez; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (8) em que solicita seja realizada audiência pública para tratar de violação de direitos humanos dos moradores das comunidades Vila da Paz, Vila São José e Vila da Luz, localizadas no entorno do Anel Rodoviário, nesta Capital, e que se encontram em risco iminente de remoção, em virtude de obras na rodovia; seja realizada reunião de audiência pública conjunta da Comissão e da Comissão de Saúde, para discutirem os problemas de silicose resultantes da exploração de ouro na região de Nova Lima; sejam encaminhados à Presidente da República, ao Ministro da Justiça, ao Ministro das Relações Exteriores, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República as notas taquigráficas da 8ª Reunião Ordinária desta Comissão e pedidos de providências para que se cumpra a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, de dezembro de 2010, que condena o Brasil pelo desaparecimento de 62 pessoas durante o evento conhecido como Guerrilha do Araguaia, ocorrido entre 1972 e 1974; sejam encaminhados aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados as notas taquigráficas da 8ª Reunião Ordinária da Comissão e pedidos de providências para tomar as medidas cabíveis com vistas a se assegurar o cumprimento da sentença da Corte Interamericana; seja realizado debate público para celebrar dos 32 anos da Lei Federal nº 6.683, de 1979, conhecida como Lei da Anistia, bem como discutir o cumprimento da sentença da Corte Interamericana; sejam encaminhados ao Juiz Titular da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual na Comarca de Belo Horizonte e à 2ª e à 7ª Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Minas Gerais as notas taquigráficas da 8ª Reunião Ordinária da Comissão e pedidos de providências para que procedam às sentenças transitadas em julgado em 1959, as quais obrigam o Estado de Minas Gerais ao pagamento de indenização pela desapropriação das Fazendas Ferrugem e Peroba, ambas localizadas em Contagem; sejam encaminhados ao Presidente do Conselho



Nacional de Justiça as notas taquigráficas da 8ª Reunião Ordinária da Comissão e pedido de providências para que as medidas cabíveis sejam tomadas a fim de proceder à efetiva execução da sentença de indenização acima descrita; sejam encaminhados ao Governador do Estado as notas taquigráficas da 8ª Reunião Ordinária da Comissão e pedido de providências para proceder ao pagamento da indenização pela desapropriação das Fazendas Ferrugem e Peroba; Celinho do Sinttrocel (2) em que solicita sejam realizadas duas reuniões conjuntas de audiência pública da Comissão e da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, com a finalidade de se debaterem as consequências para Itajubá e Ouro Preto, em especial para seus trabalhadores, em decorrência das mudanças ocorridas das unidades das fábricas Novéris e Imbel - Indústria de Material Bélico do Brasil, desses Municípios; Delvito Alves em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para dar prosseguimento à discussão sobre as denúncias de abuso de autoridade e agressão sofridas por Gabriel Alonso e Eduardo César Silva Mendes pela Política Militar no Município de João Pinheiro; Sargento Rodrigues solicitando sejam encaminhadas ao Corregedor-Geral da Polícia Militar e ao Ouvidor de Polícia Militar as notas taquigráficas da reunião. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os relatórios das visitas realizadas às ocupações Irmã Dorothy e Camilo Torres, em 30/3/2011, e ao Bairro Carlos Drummond de Andrade, em Itabira, em 28/4/2011, os quais são arquivados na pasta de processo da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/5/2011

Às 9h4min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Cássio Soares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 366/2011, no 1º turno, para o qual designou o Deputado Cássio Soares para relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 468, 508 a 511, 532 a 534/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para apurar denúncias contra o Sr. Danilo Marcos de Almeida da Silva Gomes, Diretor-Geral da Penitenciária Francisco Floriano de Paula, de perseguição, assédio moral, rescisões contratuais e transferências arbitrárias; da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita a participação da Comissão em reunião da Câmara Municipal de Betim, com a presença do Sr. Ronaldo Pedron, Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas, tendo por finalidade discutir a doação de um terreno para a construção do centro de internação no Município; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Cássio Soares, Sargento Rodrigues, Zé Maia, Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta, Paulo Lamac e Celinho do Sinttrocel em que solicitam seja realizado fórum técnico da Comissão e da Comissão de Segurança Pública para debater a segurança nas escolas; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Cássio Soares e Sargento Rodrigues (6) em que solicitam sejam realizadas vistas ao Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais e ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais para discutir o tráfico de drogas e armas no Estado, bem como buscar informações sobre o trabalho que está sendo realizado pelos órgãos; seja realizada visita ao Secretário Nacional de Segurança Pública para discutir o tráfico de drogas e armas no Estado; seja formulado voto de congratulações com os policiais militares da Rotam pelo eficiente trabalho desempenhado na apreensão dos autores e na recuperação do dinheiro roubado em assalto, conhecido como “saidinha de banco”, realizado no dia 6/4/2011, nesta Capital; seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para que a Cadeia Pública do Município de Ibiraci seja assumida pela Subsecretaria de Administração Prisional, solicitando ainda seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para recompor, em caráter emergencial, o quadro de servidores lotados na Cadeia Pública do mesmo Município; seja formulado voto de congratulações com o Comando Regional da Polícia Rodoviária Estadual em Passos pelo excelente trabalho feito na região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2011.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/5/2011

Às 9h57min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Ivair Nogueira, Rômulo Veneroso e Elismar Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação dos servidores públicos da educação no Município de Betim e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sandra Angélica Castro Gomes, Secretária Municipal de Educação, representando



Maria do Carmo Lara Perpétuo, Prefeita Municipal de Betim; e a Sra. Denise de Paula Romano, Diretora, representando Beatriz da Silva Cerqueira, Presidente do Sind-UTE-MG; e os Srs. Alao José Duarte Souza, do comando de greve; e Gilberto Eustáquio Gomes da Silva, representante de pais e alunos das escolas públicas de Betim, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rômulo Veneroso, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência registra o recebimento do informativo “Como a Prefeitura investe na educação de Betim desde 2009”, entregue pela Sra. Sandra Angélica Castro Gomes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de amanhã, 12/5/2011, às 14 horas, para votar os Requerimentos nºs 546, 576 e 597/2011 e para discutir e votar proposições da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2011.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Carlin Moura - Neilando Pimenta.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/5/2011

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Doutor Wilson Batista, Elismar Prado e Marques Abreu, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Dilzon Melo, Alencar da Silveira Jr., Dinis Pinheiro, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva, André Quintão, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira, Carlin Moura e Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina à instalação da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Deputado Estadual Wander Borges, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, representando o Sr. Antonio Augusto Anastasia, Governador do Estado; o Deputado Federal Walter Tosta, representando o Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara do Deputados; o Vereador Leonardo Mattos, representando o Vereador Léo Burguês, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; as Sras. Maria Elmira do Amaral Dick, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Kátia Ferraz Ferreira, Presidente do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte; Maria Cristina Abreu Domingos Reis, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Maria do Carmo Coutinho de Moraes, Diretora do Centro de Educação Especial da Fazenda do Rosário da Associação Pestalozzi de Minas Gerais; e Elisabeth Coelho Fontes, Diretora do Instituto São Rafael; e o Sr. Carlos Eduardo Rodrigues Vale, Diretor de Esportes da União dos Paraplégicos de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. Compõem a Mesa também os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Alencar da Silveira Jr., autor do requerimento que deu origem à Comissão; e Doutor Wilson Batista, Presidente da Comissão. Registram-se as seguintes presenças: Ex-Deputado Ivo José da Silva, Gestor Público da ONG Tecnologia, Inclusão e Acessibilidade - TIA; Srs. José Carlos Dias Filho, Coordenador Municipal de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência; Alencar Santos Silva, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru -, representando o Secretário Bilac Pinto; Sras. Gláucia Brandão, Subsecretária de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Ana Lúcia de Oliveira, Coordenadora Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência - Caade; Irene Pinheiro, Presidente da Fundação Helena Antipoff; Srs. Arnaldo Godoy, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Joel Moreira Filho, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Fabrício Machado, Vereador da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Deputado Federal Lincoln Portela; Sras. Dulcinéia Costa, Vereadora da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Margareth Travessoni, Subcontroladora da Informação Institucional e da Transparência, representado o Controlador Geral do Estado, Moacyr Lobato; Srs. José Matias Gonçalves de Abreu, Presidente da Associação dos Deficientes de Contagem - ADC; André Lúcio Fernandes Guimarães, representante da Associação dos Deficientes de Montes Claros - Admoc; Leonardo Pereira Beral, da Fundação Helena Antipoff; Maurício Peçanha, Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Contagem; Capitão BM Valdecy, representando o Corpo de Bombeiros Militar; Sras. Lélia Inês Teixeira, Superintendente de Inovação Social, representando o Sr. Nârcio Rodrigues, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia; Jussara Rocha, Superintendente de Políticas do Turismo; Marília Palhares Machado, Diretora de Promoção, representando o Sr. Fernando Viana Cabral, Presidente do Iepha; Sr. Nízio Dias da Cruz, Presidente da União dos Paraplégicos de Vespasiano; Gilma Costa de Moraes Castro, Vice-Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, de Belo Horizonte; Sras. Renata Nunes Vasconcelos, Pró-Reitora de Ensino da Uemg; Doralice Ferreira da Silva, Presidente da Associação dos Surdos de Betim; Srs. Anderson França Menezes, Delegado de Polícia, representando o Dr. Oliveira Santiago Maciel, Diretor do Detran; José Carlos Dias Filho, Coordenador Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência, representando o Sr. Jorge Nahas, Secretário Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte; Sra. Claudia Barsand, Gerente de Programas e Eventos Esportivos para Pessoa com Deficiência, representando o Sr. Fernando Blazer, Secretário Municipal de Esportes de Belo Horizonte e Eduardo Cirino, representando a Defensoria Pública do Estado. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2011.

Doutor Wilson Batista, Presidente - Marques Abreu - Sargento Rodrigues.



ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/5/2011

Às 9h15min, comparecem na Câmara Municipal de Ipatinga os Deputados Durval Ângelo e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os motivos pelos quais o Cb. PM Robert Martins de Barros foi transferido de Coronel Fabriciano para Santana do Paraíso e obter esclarecimentos sobre violações de direitos humanos que teriam ocorrido na 12ª Região da PMMG, em Ipatinga; e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Eliane Neves Albuquerque Martins e os Srs. Marcos da Luz, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano; Cel. PM Geraldo Henrique Guimarães da Silva, Comandante da 12ª Região da PMMG; Paulo Vaz Alkmin, Ouvidor de Polícia do Estado; Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Aspra, e Geraldo Lopes de Paula, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2011.

Durval Ângelo, Presidente - Paulo Lamac - Sargento Rodrigues.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 17/5/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 194/2011, do Deputado Elismar Prado, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de informações sobre as constantes interrupções nos serviços de energia elétrica no Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 225/2011, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de informações sobre a estrada que liga os Municípios de Formoso e Chapada Gaúcha, tendo em vista que as duas regiões foram incluídas no Programa de Acessibilidade dos Municípios de Pequeno Porte do DER-Processo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 236/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz, que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre a situação da produção da água mineral Caxambu. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 243/2011, dos Deputados Antônio Júlio e Rogério Correia, que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 3/2011, em que figuram como participantes a Secretaria de Trabalho e Emprego e a Força Sindical de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 257/2011, do Deputado Délio Malheiros, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de informações sobre o cronograma de instalação dos postos de atendimento ao consumidor, nos termos da Resolução nº 414, de 2010, da Aneel. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 274/2011, do Deputado Tenente Lúcio, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre a estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da concessão de isenção do IPVA a veículo de motorista profissional autônomo que o utilize para o serviço de transporte especial de pessoas com deficiência, neste exercício e nos dois exercícios seguintes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 279/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça e ao Secretário de Defesa Social pedido de informações sobre as especificações técnicas, as localizações, os órgãos e as



autoridades responsáveis pelos equipamentos de escuta implantados no Estado, a fim de obter esclarecimentos sobre possíveis violações de direitos humanos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente da Autarquia Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop -MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase (das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 821/2011, do Deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponte Nova o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 519/2011, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barão de Cocais o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 601/2011, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salinas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 542/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 594/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 17/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 569 e 624/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 626/2011, do Deputado Duarte Bechir; 638/2011, do Deputado Carlos Henrique.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a proposta de reformulação do Código Florestal Brasileiro, em tramitação na Câmara dos Deputados. Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimento nº 643/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projetos de Lei nºs 755/2011, do Deputado Wander Borges; 1.160/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.164/2011, do Deputado Leonardo Moreira.
No 1º turno: Projetos de Lei nºs 322/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 103/2011, do Deputado Elismar Prado; 305/2011, da Deputada Liza Prado; 599/2011, do Deputado Arlen Santiago; 744/2011, do Deputado Carlin Moura; 5.092/2010, do Governador do Estado; 19 e 27//2011, do Deputado Elismar Prado; 86/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 183/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 296/2011, do Deputado Elismar Prado; 613/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 685/2011, do Deputado Arlen Santiago; 751/2011, do Deputado Wander Borges; 779/2011, do Deputado Délio Malheiros; 795 e 796/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 832/2011, do Deputado Carlin Moura; 874/2011, do Deputado José Henrique; 924/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 950/2011, do Deputado Carlin Moura; 997/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.016, 1.017, 1.025, 1.029 e 1.037/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.059 e 1.064/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.076 e 1.079/2011, do Deputado Leonardo Moreira; e 1.211/2011, do Deputado Gustavo Valadares.
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.293 e 1.295/2011, do Deputado Paulo Guedes; e 1.311/2011, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projeto de Lei nº 842/2011, do Deputado Délio Malheiros.
No 1º turno: Projetos de Lei nºs 416/2011, do Deputado Elismar Prado; 724/2011, do Deputado Gilberto Abramo; 812/2011, do Deputado Zé Maia.
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos nºs 575 e 631/2011, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.
Finalidade: discutir os motivos por que os consumidores do Estado não foram beneficiados pela redução dos custos com o aluguel de máquinas de cartões de crédito.



Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
14H30MIN DO DIA 17/5/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 636/2011, da Comissão de Participação Popular, e 654 e 655/2011, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE,
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/5/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 566/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 573/2011, do Deputado Tenente Lúcio; 580/2011, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 627/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E
JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE
ÀS 14H30MIN DO DIA 17/5/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 953/2011, do Deputado Carlos Pimenta.

Requerimento nº 523/2011, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E
REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/5/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 639, 640 e 690/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA
18/5/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 17/5/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos: Indicações, feitas pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS -; do nome do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam -; do nome da Sra. Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP -; do nome da Sra. Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg -; do nome do Sr. Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -; do nome do Sr. José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -; do nome do Sr. Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG -; e do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex -; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 519/2011, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barão de Cocais o imóvel que especifica; 542/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica; 594/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica; 601/2011, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salinas o imóvel que especifica; e 821/2011, do Deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponte Nova o imóvel que especifica; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Cássio Soares, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 17/5/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater a violência nas escolas e se colherem sugestões para o combate e a prevenção ao problema e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2011.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Carlos Miranda, Pompílio Canavez e Tadeuzinho Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2011, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 717/2011, do Tribunal de Contas, de se votarem, em turno único, os Requerimentos nºs 620/2011, da Comissão de Direitos Humanos, 623/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, 641/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 644/2011, do Deputado Duarte Bechir, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2011.

Rosângela Reis, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Antônio Júlio, Carlos Henrique e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2011, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o projeto de modernização do Mercado Distrital do Cruzeiro, apresentado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em especial as possíveis consequências de sua implantação, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 194/2011**Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria do Deputado Elismar Prado, a proposição em tela tem por objetivo solicitar ao Presidente desta Casa seja encaminhado ao Diretor-Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig -, pedido de informações sobre as constantes interrupções nos serviços de energia elétrica no Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte.

A proposição foi publicada no “Diário do Legislativo” de 5/3/2011 e encaminhada a este órgão colegiado a fim de receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O autor do requerimento em análise pretende obter informações relativas às constantes interrupções nos serviços de fornecimento de energia elétrica no Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte.

A Constituição do Estado, no seu art. 54, § 3º, confere a este Parlamento a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta e determina que a recusa ou o não atendimento ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização. A Cemig, empresa constituída sob forma de sociedade de economia mista sob controle do Governo do Estado de Minas Gerais, é a concessionária do serviço de distribuição de energia em Belo Horizonte.

Segundo o autor, moradores e comerciantes do Bairro Santa Tereza, especialmente aqueles localizados no entorno da Rua Mármore, têm sido prejudicados por constantes falhas no serviço de fornecimento de energia prestado pela Cemig. Segundo reportagem do jornal “Estado de Minas”, mesmo sem a ocorrência de chuvas são registradas diversas quedas de energia, algumas com duração superior a 20 horas. De acordo com o jornal, a rede de energia do bairro é muito antiga e está sem manutenção adequada, o que prejudica o fornecimento. Conforme o autor do requerimento, os problemas no fornecimento de energia na região já foram relatados em outras ocasiões, sem que, no entanto, lhes fosse dada solução.

Considerando a importância do fornecimento de energia elétrica para os moradores e para a atividade comercial e ressaltando que a proposição em análise configura legítimo exercício de controle e fiscalização desta Casa no que se refere a ações de política pública, a proposta em análise merece prosperar.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 194/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de maio de 2011.

Denis Pinheiro, Presidente - Jayro Lessa, relator - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 225/2011**Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a proposição em tela tem por objetivo solicitar ao Presidente desta Casa seja encaminhado ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - pedido de informações sobre a estrada que liga os Municípios de Formoso e Chapada Gaúcha, que foram contemplados no Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte - ProAcesso.

A proposição foi publicada no “Diário do Legislativo” de 17/3/2011 e encaminhada a este órgão colegiado a fim de receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, foi elaborado a pedido dos Deputados Adalclever Lopes, Gustavo Valadares, Carlos Henrique, Célio Moreira e Anselmo José Domingos.

A Constituição do Estado, no seu art. 54, § 3º, confere a este Parlamento a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta e determina que a recusa ou o não atendimento ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização. O DER-MG, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, tem por atribuição assegurar soluções adequadas de transporte rodoviário de pessoas e bens, no âmbito do Estado, observadas as diretrizes definidas pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.

A disponibilidade de boa infraestrutura de transporte é importante elemento para o desenvolvimento social e econômico. Assim, e considerando a existência de Municípios em Minas Gerais que não dispunham de ligação rodoviária asfáltica, foi instituído em 2004 pelo Governo do Estado o Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte - ProAcesso. Esse Programa tem por objetivo implementar ligações asfálticas nos Municípios que não dispõem desse tipo de estrutura, visando à melhoria de sua condição social e econômica.

Os Municípios de Formoso e Chapada Gaúcha, localizados respectivamente no noroeste e norte de Minas, foram incluídos no planejamento de atividades do ProAcesso. Entretanto, ainda não foi realizada a pavimentação da estrada que os interliga e sua



consequente incorporação ao sistema viário estadual. Considerando a importância da infraestrutura rodoviária para o desenvolvimento desses municípios, parece-nos meritório que a proposição em análise prospere.

Conclusão

Considerando o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 225/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - Inácio Franco, relator - José Henrique - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 236/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

O Deputado Sávio Souza Cruz, por meio da proposição em tela, resultante do desarquivamento do Requerimento nº 6.567/2010, requer ao Presidente da Assembleia o encaminhamento de pedido de informações à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – sobre a atual situação da produção da água mineral Caxambu.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 18/3/2011, a matéria vem à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em exame tem por finalidade obter esclarecimentos, junto à Copasa-MG, sobre a produção da água mineral Caxambu. Segundo o autor, desde 2005, quando uma subsidiária da Copasa-MG assumiu a responsabilidade pelo envase e comercialização dessa água, a produção sofreu grande redução, passando de 40 caminhões carregados diariamente para apenas 5 caminhões semanais. Ainda segundo o autor, essa diminuição da produção influenciou diretamente na queda de arrecadação da cidade de Caxambu.

Para o melhor encaminhamento da matéria, faremos uma breve exposição de fatos relacionados ao assunto.

Os direitos de exploração da fonte de água mineral Caxambu, assim como das fontes de água das estâncias hidrominerais de Araxá, Cambuquira e Lambari, pertencem à antiga Companhia Mineradora de Minas Gerais – Comig –, que, em 2003, passou a chamar-se Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig. Essas fontes foram exploradas pela Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. até meados de 2005, quando essa empresa encerrou o contrato de arrendamento anteriormente firmado com a Comig, paralisando completamente a produção e demitindo cerca de 200 funcionários. Em fevereiro de 2006, a Codemig abriu edital de licitação para novo arrendamento dos direitos minerários, equipamentos e instalações de engarrafamento dessas fontes. Entretanto, apesar de quase 80 empresas terem adquirido o edital, nenhuma delas se habilitou. Tendo em vista a necessidade de se retomar a produção das fontes, contornando-se o desinteresse da iniciativa privada, surge a opção de se envolver a Copasa-MG na gestão desses empreendimentos.

Em março de 2006, a Codemig e a Copasa-MG firmaram um protocolo de intenções definindo prazos e condições para a retomada do envasamento das águas minerais nos quatro Municípios. Conforme divulgado na época, a produção anual mínima prevista seria de 4,8 milhões de litros de água em Araxá, 3 milhões de litros em Cambuquira e Lambari e 36 milhões de litros em Caxambu.

Em dezembro de 2006, o Governador do Estado enviou a esta Casa o Projeto de Lei nº 3.778/2006, que autorizava a Copasa-MG a criar empresa subsidiária com atribuição de atuar na exploração econômica de recursos hidrominerais, inclusive dos parques de águas. Essa proposição foi aprovada, dando origem à Lei nº 16.693, de janeiro de 2007. No mesmo ano, a Copasa-MG criou a empresa Copasa Águas Minerais de Minas S.A., a qual, não sabemos exatamente quando, assumiu a exploração das mencionadas fontes.

A partir desse breve retrospecto, percebe-se que, realmente, vários percalços afetaram negativamente a produção da água mineral de Caxambu. Assim, entendemos que o requerimento em análise proporcionará esclarecimentos mais detalhados e atuais sobre o tema.

Entretanto, julgamos também ser oportuno promover duas alterações no pedido de informação: estendê-lo para as fontes de Araxá, Cambuquira e Lambari e direcioná-lo à empresa responsável pela exploração dessas fontes, que é a Copasa Águas Minerais de Minas S.A.

Assim, apresentamos o Substitutivo nº 1 ao final deste parecer.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 236/2011 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Copasa Águas Minerais de Minas S.A. pedido de informações sobre a situação atual da produção e comercialização das águas minerais exploradas pela empresa nas cidades de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - Dilzon Melo, relator - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 243/2011****Mesa da Assembleia
Relatório**

Por meio da proposição em foco, os Deputados Antônio Júlio e Rogério Correia requerem ao Presidente da Assembleia seja enviado ofício ao Governador do Estado solicitando informações sobre o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 003, de 2011.

Após publicação no “Diário do Legislativo” de 24/3/2011, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Os Deputados Antônio Júlio e Rogério Correia apresentaram requerimento para que sejam solicitadas informações ao Governador do Estado sobre o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 003, de 2011, em que figuram como partes a Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego e a Força Sindical de Minas Gerais, no valor de R\$2.422.000,00. Esse convênio tem por objeto a formalização de parceria técnico-profissional, econômica e financeira, visando assegurar a continuidade das atividades, a manutenção, o aprimoramento e o desenvolvimento de atividades nas Unidades Móveis e nas Unidades de Atendimento ao Trabalhador (Sistema Nacional de Emprego – Sine – e Centro de Solidariedade e Apoio ao Trabalhador – CSAT) do Barro Preto, Jardim Eldorado (Contagem) e Uberlândia.

A proposição em exame coaduna-se com a competência do Poder Legislativo de fiscalizar e controlar o exercício da função administrativa do Estado em todos os seus espaços e aspectos institucionais, como consta nos arts. 62, XXXI, 73 e 74 da Constituição Estadual.

O pedido de informação às autoridades estaduais é amparado pelo art. 54, § 2º, da Carta mineira, que assegura à Mesa da Assembleia a prerrogativa de encaminhar pedido escrito de informação a Secretário de Estado, sendo que a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constituem crime de responsabilidade.

Apoia-se, ainda, nos arts. 79, VIII, “c”, e 233, XII, do Regimento Interno, que tratam de requerimento com pedido de informação às autoridades estaduais sobre fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

Assim, entendemos que a proposição em tela é pertinente e legítima, mas julgamos que merece uma retificação. Para adequá-la ao disposto na Constituição Estadual e no Regimento Interno desta Casa, cabe explicitar no texto do requerimento seu endereçamento não ao Governador do Estado, mas ao Secretário de Estado de Trabalho e Emprego, responsável pelo fornecimento de informações dessa Secretaria. Por esse motivo, apresentamos a Emenda nº 1 ao final deste parecer.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 243/2011, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Substitua-se no requerimento a expressão “ao Governador do Estado de Minas Gerais” por “ao Secretário de Estado de Trabalho e Emprego”.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - Alencar da Silveira Jr., relator - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 257/2011**Mesa da Assembleia
Relatório**

De autoria do Deputado Délio Malheiros, a proposição em tela tem por objetivo solicitar ao Presidente desta Casa seja encaminhado ofício ao Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig -, solicitando-lhe informações sobre o cronograma de instalação dos postos de atendimento ao consumidor, nos termos da Resolução nº 414, de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

A proposição foi publicada no “Diário do Legislativo” de 25/3/2011 e encaminhada a este órgão colegiado a fim de receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério das Minas e Energia e criada com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal. Em função disso, essa agência houve por bem editar a Resolução Normativa nº 414, de 9/9/2010, que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada.

Cabe observar que esse diploma, ao tratar do atendimento ao público, estabelece nos arts. 177 e 178, “caput”, que toda distribuidora “deve dispor de uma estrutura de atendimento adequada às necessidades de seu mercado, acessível a todos os consumidores da sua área de concessão e que possibilite a apresentação das solicitações e reclamações, assim como o pagamento da fatura de energia elétrica, sem ter o consumidor que se deslocar de seu Município” e “disponibilizar atendimento presencial em todos os Municípios em que preste o serviço público de energia elétrica”.



Levando-se em conta o disposto no inciso IV do art. 224 da mesma resolução, que define o prazo máximo de seis meses, a contar da data de sua publicação, para a implementação do procedimento referido no art. 178, depreende-se estar se esgotando o prazo. Eis a razão pela qual o autor da proposição entende imperiosa a necessidade de se solicitarem ao Presidente da Cemig informações sobre o cronograma de instalação dos postos de atendimento, “a fim de resguardar o melhor interesse dos consumidores mineiros”.

O encaminhamento do pedido de informações ao dirigente da Cemig afigura-se nos pertinentes, visto que, de conformidade com o art. 2º, inciso VI, alínea “c”, da Lei Delegada nº 179, de 2011, essa empresa de capital misto integra a administração indireta do Poder Executivo do Estado (subordinada por vinculação à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico) e tem por finalidade o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial, construindo e operando, entre outros, sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

No que concerne ao exame da pertinência da proposição quanto à iniciativa por membro desta Casa Legislativa, devemos trazer à baila o art. 54, § 3º, da Constituição do Estado, que confere a este Parlamento a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta e determina que a recusa ou o não atendimento ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

De resto, ressaltamos que a proposição em análise configura legítimo exercício de controle e fiscalização desta Casa no que respeita a ações de política pública.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 257/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, relator - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 274/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria do Deputado Tenente Lúcio, a proposição em análise requer ao Presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Fazenda solicitando estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da concessão de isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – relativa a veículo de motorista profissional autônomo que o utilize para o serviço de transporte especial de pessoas com deficiência, neste exercício e nos dois exercícios seguintes.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" de 25/3/2011, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame tem como objetivo solicitar ao Secretário de Estado de Fazenda estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da concessão de isenção do IPVA relativa a veículo de motorista profissional autônomo que o utilize para o serviço de transporte especial de pessoas com deficiência, neste exercício e nos dois exercícios seguintes, nos termos do disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. O referido artigo estabelece condições para a concessão de benefício de natureza tributária da qual resulte renúncia de receita. Entre essas condições, está a referida estimativa do impacto orçamentário-financeiro. Além disso, o proponente deverá demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária ou a proposta deverá vir acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação da base de cálculo, da majoração ou da criação de tributo ou contribuição.

Desse modo, na hipótese da apresentação de projeto de lei que vise à concessão de isenção do IPVA relativa a veículo utilizado no transporte especial de pessoas com deficiência, a resposta da Secretaria de Fazenda contendo o cálculo do impacto dessa renúncia de receita possibilitará uma avaliação mais balizada da conveniência da medida, bem como o cumprimento de uma das condições exigidas pela LRF.

Somos, portanto, favoráveis à solicitação em análise, tendo em vista que pode ser considerada passo fundamental à apresentação de proposição, a qual irá indiretamente facilitar a locomoção de pessoas com deficiência que dependem de serviço de transporte. Além disso, complementará o benefício já existente, que isenta do IPVA a propriedade de veículo adaptado de pessoa portadora de deficiência física.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 274/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - Jayro Lessa, relator - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 279/2011****Mesa da Assembleia
Relatório**

A Comissão de Direitos Humanos, por meio da proposição em análise, solicita à Presidência da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça e ao Secretário de Defesa Social pedido de informação sobre “as especificações técnicas, as localizações, os órgãos e as autoridades responsáveis pelos equipamentos de escuta implantados no Estado”.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" de 3/3/2011, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Direitos Humanos solicita à Presidência da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça e ao Secretário de Defesa Social pedido de informação sobre as especificações técnicas, as localizações, os órgãos e as autoridades responsáveis pelos equipamentos de escuta implantados no Estado. Segundo o autor, a finalidade é obter esclarecimentos sobre possíveis violações a direitos humanos.

As funções do Estado – legislativa, executiva e jurisdicional – são atribuídas com predominância – mas sem exclusividade – a cada um dos Poderes constituídos: Legislativo, Executivo e Judiciário. A divisão do poder, ou melhor, das funções estatais, nasce da necessidade de equilíbrio, independência e harmonia entre os Poderes, admitindo-se, inclusive, numa lógica de controle recíproco, a interferência de um sobre o outro. Nisso consistem as características essenciais da teoria da separação dos Poderes, princípio constitucional que encontra respaldo no art. 2º da Constituição da República e é um dos principais pilares do regime democrático, auxiliando, ainda, no combate ao abuso de poder. Em decorrência desse princípio constitucional, a doutrina leciona que cada um dos três Poderes tem funções típicas e atípicas.

No que tange ao Poder Legislativo, pacificou-se o entendimento de que são suas funções precípua as tarefas de legislar, ou seja, produzir normas gerais, abstratas, imperativas e que inovem o ordenamento jurídico, e fiscalizar, isto é, realizar o controle administrativo externo. Essa última função é que fundamenta o pedido solicitado por meio da proposição em análise. Relativamente a essa função fiscalizatória, a Constituição do Estado determina, em seu art. 54, § 3º, que “a Mesa da Assembleia poderá encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.

É preciso dizer que o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno – Resolução nº 5.176, de 1997 – estabelece que às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe exercer a fiscalização e o controle dos atos da administração pública. Por sua vez, o art. 102, V, “a”, do mesmo diploma normativo, preceitua que compete à Comissão de Direitos Humanos a defesa de interesses individuais ou coletivos. Nessa linha, a Comissão autora do requerimento tem a finalidade de proteger interesses individuais e coletivos violados por atos da administração pública.

Adicionalmente, ressalta-se que os órgãos encarregados da segurança pública no Estado, como as Polícias Civil e Militar, vinculam-se, para fins operacionais, à Secretaria de Defesa Social – Seds –, e o Ministério Público, nos termos do art. 129 da Carta da República, tem a missão institucional de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

Nesse contexto, e também numa lógica cooperativa que deve permear a relação entre as instituições estatais, entendemos que, se pelo ordenamento estadual, a Comissão de Direitos Humanos tem o fim de proteger interesses individuais e coletivos, nada mais coerente do que permitir-lhe acesso aos meios, ou seja, às informações sobre eventuais atos ilegais perpetrados por quem tem a atribuição de efetuar intercepções telefônicas.

Assim, parece-nos que as autoridades demandadas são aquelas que, no Estado, possuem as informações solicitadas, as quais viabilizarão o exercício da autora do requerimento em análise no desenvolvimento do seu mister regimental.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 279/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - Paulo Guedes, relator - José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 280/2011**Mesa da Assembleia
Relatório**

De autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a partir de requerimento da Deputada Liza Prado e dos Deputados Carlin Moura e Pompílio Canavez, aprovado em reunião dessa Comissão realizada em 18/3/2011, a proposição em epígrafe requer seja encaminhado à Presidência da Cemig pedido de informações com cópia do relatório do dia 27/02/2011, que contém dados sobre a rede elétrica no Município de Bandeira do Sul.

O requerimento foi publicado no “Diário do Legislativo” de 25/3/2011 e encaminhado à Mesa da Assembleia, para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.



Fundamentação

A Constituição do Estado, no § 3º de seu art. 54, confere a este Parlamento a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta e demais autoridades estaduais. A recusa, o não-atendimento ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, passível de responsabilização. A Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – é uma empresa de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, seu acionista majoritário, o que permite que a Assembleia encaminhe pedido de informações.

Durante uma festa de pré-carnaval no Município de Bandeira do Sul, distante 440Km de Belo Horizonte, ao menos 16 pessoas morreram eletrocutadas, e 60 se feriram em um acidente, ocorrido em 27/2/2011, quando um cabo de alta tensão se partiu e atingiu um trio elétrico e foliões que estavam na rua.

O acidente ocorreu na Praça Nossa Senhora Aparecida, por volta das 18h30min, e as vítimas foram levadas para hospitais de Bandeira do Sul, Botelhos, Campestre e Poços de Caldas. Entre os feridos, há dezenas de adolescentes, e vários permanecem internados em estado grave. Em virtude do rompimento do cabo, o Município ficou sem energia elétrica por seis horas. Peritos estiveram no local, e o caso foi registrado na delegacia de Bandeira do Sul.

É procedente, portanto, a proposição em pauta, visto que tais informações são necessárias para dar suporte à análise desse acidente por esta Casa Legislativa, especificamente na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; contudo, no intuito de aperfeiçoar o requerimento em questão, apresentamos substitutivo na parte conclusiva deste parecer.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 280/2011 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1 REQUERIMENTO Nº 280/2011

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento da Deputada Liza Prado e dos Deputados Carlin Moura e Pompílio Canavez, aprovado na 5ª Reunião Extraordinária de 18/03/2011, pleiteia que V. Exa, nos termos regimentais, solicite ao Presidente da Cemig o envio de cópia do relatório que contém informações sobre a rede elétrica no Município de Bandeira do Sul no dia 27/02/2011, haja vista a ocorrência de um acidente nessa data, durante uma festa pré-carnavalesca, que vitimou 16 pessoas e deixou dezenas de outras feridas.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - Dilzon Melo, relator - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 281/2011

Mesa da Assembleia Relatório

De autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a proposição em foco solicita à Presidência da Casa seja enviado ao Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado pedido de informações sobre a relação de acidentes no Anel Rodoviário de Belo Horizonte de 2008 a 2011, com datas, locais e número de vítimas, os quais tenham envolvido motoristas profissionais de carga e de transporte coletivo de passageiros e motoristas amadores.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" de 25/3/2011, vem a matéria à Mesa da Assembleia, para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise solicita a relação de acidentes ocorridos no Anel Rodoviário de Belo Horizonte nos anos de 2008 a 2011, detalhando-se locais, datas e número de vítimas, os quais tenham de alguma forma envolvido motoristas amadores e motoristas profissionais de carga e de transporte coletivo de passageiros.

Em consideração inicial, a proposição em exame se fundamenta no princípio da separação dos Poderes – e no seu desdobramento basilar, o sistema de freios e contrapesos –, oriundo da doutrina clássica e acolhido pelo direito constitucional positivo brasileiro, a partir do art. 2º da Lei Maior. Coaduna-se, pois, com a competência do Poder Legislativo de fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo, tal como consta no art. 49, X, da Constituição Federal.

Ademais, ampara-se nos arts. 73 e 74 da Constituição Estadual, que impõem ao Poder Legislativo o dever de fiscalizar o exercício da função administrativa do Estado em todos os seus espaços e aspectos institucionais, e também no art. 54, § 3º, que assegura à Assembleia a prerrogativa de “encaminhar pedido de informação (...) ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais”, cuja “recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.

Por fim, lastreada pelas considerações anteriores, apoia-se no art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, que fixa para a Mesa a competência de emitir parecer sobre requerimento de pedido de informações a autoridades estaduais quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Casa. Portanto, nesse patamar normativo mais geral, a proposição configura legítimo exercício de suas prerrogativas, ostentando sólido e tipificado lastro constitucional e regimental.

A matéria em exame, além de atender aos requisitos prévios de direito habilitante, recebeu do requerimento que lhe deu origem, de autoria do Deputado Celinho do Sinttrocel, os motivos suficientes e a finalidade específica para justificar-se. Trata-se de averiguar “os acidentes no Anel Rodoviário de Belo Horizonte”, que vêm se multiplicando “de forma assustadora”. A cada dia novos e graves acidentes, não raro fatais, ilustram a importância do assunto em pauta.



Ao mesmo tempo, as iniciativas do poder público estão aprisionadas nos limites da “urgência, da repercussão na mídia e do afogadilho”. A intenção manifesta da proposição é ajudar a “romper com o círculo vicioso das medidas imediatistas e pensar soluções definitivas”. Fica assim, também, suprida a exigência de mérito, pois a justificção apresentada expressa interesse público: “elaboração de propostas que possam equacionar o problema de uma vez por todas”. Considerando-se a situação examinada, as informações solicitadas têm relevância para o exercício das atribuições de fiscalização e controle reservadas à Assembleia Legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 281/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, relator - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 282/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a proposição em foco solicita à Presidência da Casa seja enviado ao Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado pedido de informações sobre a relação de acidentes na BR-381, no trecho compreendido entre Belo Horizonte e Governador Valadares, de 2008 a 2010, com datas, locais e número de vítimas, os quais tenham envolvido motoristas profissionais de carga e de transporte coletivo de passageiros e motoristas amadores.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" de 25/3/2011, vem a matéria à Mesa da Assembleia, para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise solicita a relação de acidentes ocorridos na BR-381, no trecho compreendido entre Belo Horizonte e Governador Valadares, nos anos de 2008 a 2010, detalhando-se locais, datas e número de vítimas, os quais tenham de alguma forma envolvido motoristas amadores e motoristas profissionais de carga e de transporte coletivo de passageiros.

Em consideração inicial, a proposição em exame se fundamenta no princípio da separação dos Poderes – e no seu desdobramento basilar, o sistema de freios e contrapesos –, oriundo da doutrina clássica e acolhido pelo direito constitucional positivo brasileiro, a partir do art. 2º da Lei Maior. Coaduna-se, pois, com a competência do Poder Legislativo de fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo, tal como consta no art. 49, X, da Constituição Federal.

Ademais, ampara-se nos arts. 73 e 74 da Constituição Estadual, que impõem ao Poder Legislativo o dever de fiscalizar o exercício da função administrativa do Estado em todos os seus espaços e aspectos institucionais, e também no art. 54, § 3º, que assegura à Assembleia a prerrogativa de “encaminhar pedido de informação (...) ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais”, cuja “recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.

Por fim, lastreada pelas considerações anteriores, apoia-se no art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, que fixa para a Mesa a competência de emitir parecer sobre requerimento de pedido de informações a autoridades estaduais quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Casa. Portanto, nesse patamar normativo mais geral, a proposição configura legítimo exercício de suas prerrogativas, ostentando sólido e tipificado lastro constitucional e regimental.

A matéria em exame, além de atender aos requisitos prévios de direito habilitante, recebeu do requerimento que lhe deu origem, de autoria do Deputado Celinho do Sinttrocel, os motivos suficientes e a finalidade específica para justificar-se. Trata-se de averiguar “os acidentes na Rodovia BR-381”, que se vêm multiplicando “de forma assustadora, particularmente no trecho compreendido entre Belo Horizonte e Governador Valadares”. Dados recentes da Polícia Rodoviária Federal reforçam a importância do assunto: só na BR-381 ocorreram 334 das 1.344 mortes havidas no Estado em 2010, aproximadamente 1/4 do total e 106 a mais que em 2009.

Tendo em vista essa progressão fatal, os meios de comunicação já a nomeiam como Rodovia da Morte. Ao mesmo tempo, as iniciativas do poder público estão aprisionadas nos limites da “urgência, da repercussão na mídia e do afogadilho”. Diante desse quadro, a intenção manifesta da proposição é ajudar a “romper com o círculo vicioso das medidas imediatistas e pensar soluções definitivas”. Fica assim também suprida a exigência de mérito, pois a justificção apresentada expressa interesse público: “elaboração de propostas que possam equacionar o problema de uma vez por todas”. Considerando-se o conjunto da situação examinada, as informações solicitadas têm grande relevância para o exercício das atribuições de fiscalização e controle reservadas à Assembleia Legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 282/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, relator - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 10/5/2011

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Deputado Paulo Guedes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde. Hoje, no final da manhã e no início da tarde, eu e Rogério Correia visitamos o Hospital Júlia Kubitschek, no Barreiro. Dessa visita, quero trazer o testemunho de dois fatos que, no meu entendimento, a Assembleia Legislativa não pode desconhecer e diante dos quais não pode se omitir, como não pode fazer diante de questões relevantes e importantes.

Inicialmente, quero dizer que a nossa Comissão de Saúde, já completa, há mais de um mês visitou o Hospital São Bento, especializado em tratamento ortopédico, em questões ósseas. À época, vimos que, por falta de agilidade e por entraves burocráticos que já se arrastavam há muito tempo, o funcionamento do hospital acabou não sendo viável.

Isso poderia ter sido resolvido tranquilamente se a Vigilância Sanitária fosse mais ágil e se houvesse boa vontade dos governos, considerando aqui o governo de Belo Horizonte, o governo do Estado.

O Hospital Júlia Kubitschek é um hospital extremamente importante para resolver questões de natureza óssea. Hoje estivemos lá e encontramos mais de duas dezenas de pacientes com problemas ósseos importantes - fraturas -, carecendo de cirurgias que, normalmente, são emergenciais. Deputado Carlin Moura, algumas pessoas estavam lá numa situação muito precária havia mais de 20 dias, e outras havia mais de meses.

Deputado Neider Moreira, o Hospital Júlia Kubitschek tem um papel importante, pois oferece o atendimento de urgência e cuida, como unidade de pronto atendimento, das questões emergenciais em função de acidentes, preparando esses pacientes ou dando-lhes os primeiros socorros para que, em seguida, sejam encaminhados por meio da central de leitos aos hospitais especializados em cirurgias ósseas. Em função do atraso, da falta de planejamento adequado e de adequação da rede de atendimento, tanto o Hospital São Bento quanto o SOS, dois hospitais importantes na realização de cirurgias ósseas, estão fechados. Ou seja, as pessoas são atendidas, recebem os primeiros socorros, mas ficam lá aguardando, o que causa sofrimento aos usuários do sistema. Imaginem só uma pessoa com uma fratura de clavícula ou com fratura óssea em qualquer lugar do punho, do braço, do antebraço, da coxa ter de ficar esperando dias, semanas e até meses para ser atendida. Isso causa dor, sofrimento, alteração e comprometimento do processo cirúrgico em si. Afinal, à medida que o tempo passa, o processo cirúrgico de correção fica mais complicado, mais sofrido, tornando-se mais difícil a recuperação. Às vezes é preciso quebrar o local da fratura para fazer a reparação adequada.

É a isso que estamos assistindo no sistema de atendimento público, mas temos de entender que a Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu a saúde como direito fundamental da pessoa humana e estatuiu que o Estado tem o dever de resguardar esse direito e de prover as condições necessárias para seu exercício. No entanto, a situação é dramática.

Deputado Doutor Wilson Batista, imagine só: uma pessoa normal e em plena saúde ter de dormir numa cama estreita de 60, 70 ou 80 cm de largura já é muito ruim, mas uma pessoa com fratura, doente e em atendimento ter de ficar na maca durante 20 dias é pior ainda. A maca é um equipamento do hospital feito para um atendimento imediato, não é um leito. É isso que está acontecendo em nosso sistema de saúde, seja por falta de infraestrutura, de recursos, de um planejamento, seja por falta de se garantir uma rede adequada.

Portanto, ao trazer esse problema a vocês, não quero dizer que o Hospital Júlia Kubitschek é o grande responsável. Ele atende os pacientes, mas, do jeito como está a situação, ele fica sobrecarregado. O hospital até poderia estar atendendo melhor e ter resultados mais satisfatórios, mas, diante dessa condição em que ele se encontra, é impossível. Não é possível imaginarmos essa situação no Estado de Minas Gerais. Estou aqui para cobrar, por entender que posso fazer isso em nome de todos os Deputados desta Assembleia. Que o governo de Minas Gerais compartilhe as suas ações, sabendo que a ação governamental na área de saúde é compartilhada. Se for preciso, acione-se o governo do Estado. Digo governo do Estado porque ele é o gestor, é quem comanda as ações de saúde, formula e estrutura a rede de atenção à saúde. Então, se houver qualquer obstáculo em relação aos outros entes da República, que o Estado exponha, por meio da Secretaria de Saúde, quais são os obstáculos, para atuarmos juntos.

Mas o que está demonstrando é que a Secretaria de Saúde torna-se incompetente para cuidar dos cidadãos. Muitos deles têm fraturas graves e estão esperando por uma cirurgia há muito tempo. É preciso cuidar deles na condição de portadores de direito, portadores de dignidade, não apenas como pacientes, mas como cidadãos. É possível e necessário acelerarmos o atendimento.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Parabenizo o Deputado Adelmo. Juntos devemos promover uma ação para que essa situação melhore. Acredito que o governo de Minas estará sensível a essa situação. V. Exa., como médico e Deputado desta Casa por várias legislaturas, sabe muito bem da importância de se dar um tratamento adequado, uma atenção ao nosso povo. Realmente podem contar conosco; levaremos as reivindicações por meio do pronunciamento que V. Exa. faz. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Muito obrigado. Entendo também que somente juntos poderemos pressionar o governo, no melhor sentido possível, para que ele seja mais ágil. Essa situação não é compreensível, não é aceitável. Vocês precisam ir lá fazer uma visita. Deputado Rômulo Viegas, há pessoas lá com 80, 71 anos de idade, com fratura no joelho, na perna, no braço, esperando. Mas esperando o quê? Não é possível que um hospital ortopédico da dimensão do Hospital São Bento feche suas portas em razão da lerdeza burocrática, por falta de entendimento dos órgãos gestores. Isso não é aceitável!

Trago outra situação que causa grande preocupação e que precisa ser também uma preocupação de todos nós. Devemos encontrar a melhor solução possível. Não tenho dúvida de que o Ministério Público, ao tomar medidas para pressionar o governo a fazer concurso público, está cumprindo seu papel, porque a Constituição brasileira determina que o ingresso no serviço público deve ser feito por meio de concurso público.



Há milhares de servidores, inclusive na área da saúde, contratados por meio de contratos precários. Isso não é culpa nem responsabilidade deles. Este Estado lerdo, pouco comprometido com a nossa Constituição e com as leis, é que permitiu isso, por meio de sucessivos governos. Estou aqui, há 20 anos, assistindo cada governo que entra dar continuidade a esse processo de contratos precários. Temos milhares de trabalhadores contratados de maneira precária, alguns deles há mais de 15 anos. Alguns são absolutamente competentes hoje, em função do tempo que permaneceram nas funções e dos investimentos feitos pelo Estado para capacitá-los. E eles estão lá, recebendo salários pequenos, que não estimulam o ingresso no cargo pelo concurso público. Esses salários não serão suficientes para garantir a substituição dos que lá estão por servidores concursados, porque estes não irão ocupar, em número suficiente, as vagas, em função das restrições salariais absurdas que existem neste Estado.

Deputado Rogério Correia, daqui a pouco irei conceder-lhe um aparte. Todos sabemos que os servidores do Estado, médicos, enfermeiros e assistentes, são muito mal pagos. O concurso público não resolverá o problema. As pessoas convocadas por meio do concurso público substituirão os temporários, que são experimentados há 15, 20 anos na mesma função, por alguns meses e depois sairão. Isso agravará o sistema de atendimento à saúde. Precisamos ter cuidado nesse processo de substituição. É preciso substituir, sim, aqueles que estão com contratos precários, porém é preciso também dar a eles todos os direitos trabalhistas próprios de todo trabalhador em quaisquer circunstâncias, seja na iniciativa privada, seja no setor público. Disso não abriremos mão. Além dessas condições, é preciso também permitir a substituição de tal modo que não comprometa mais o sistema de saúde. Essa é a nossa preocupação, e quero trazer isso aqui hoje, porque não podemos ficar inertes, isentos, distantes dessa situação, que, se é grave hoje com os servidores que estão lá, pode agravar-se ainda mais.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Adelmo, antes de V. Exa. ocupar a tribuna, eu havia suscitado uma questão de ordem para relatar rapidamente o fato que vimos hoje, mas V. Exa. pôde esmiuçá-lo, com maiores detalhes. Saímos do local bastante chocados com a situação. Relatava aos Deputados que ver uma senhora de 81 anos em uma cadeira de rodas, esperando há 22 dias uma cirurgia que não se sabe quando acontecerá, dentro de um hospital onde a enfermagem não oferece condições sequer para um banho, é de chocar qualquer cristão. E depois ver a atitude do governo, que, ao invés de buscar solução, impediu a entrada da imprensa para dar a notícia ao povo mineiro, chocou-me ainda mais. A Secretaria de Comunicação não pode resolver o problema escondendo-o. Isso tem de terminar no governo. O governo não pode, em nome de um projeto para 2014, que nem sabemos se acontecerá, continuar fazendo vistas grossas a um quadro caótico na saúde pública em Minas que tende a se agravar com a situação dos trabalhadores da Fhemig, que estão em greve. Têm havido discussões com as direções dos hospitais para que não haja radicalização quanto ao funcionamento, devido ao quadro dos pacientes, mas os funcionários estão em processo de demissão, e quem vai ser demitido sem ganhar nada, após mais de 20 anos de trabalho, desespera-se e começa a faltar ao trabalho.

Agradeço a V. Exa. por ter representando a Comissão de Saúde nessa visita, e espero que a Comissão possa alertar o governo sobre esse quadro da saúde pública em Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Obrigado. Não é aceitável a atitude do governo, e não temos de censurar ou criticar qualquer atitude da direção do hospital, porque fomos informados que a censura partiu do órgão de comunicação do Estado. É preciso revelar quais são os problemas, desafios e dificuldades a serem enfrentados para que possamos, juntos, encontrar a solução. Estamos sempre cobrando do Congresso Nacional a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, a fim de não mais haver desculpas para o governo deixar de aplicar o que manda a Constituição. É um absurdo. É preciso que se regule a emenda para o governo federal destinar mais recursos para a saúde, pois a lei proposta altera o referencial do governo federal para colocar mais recursos nesse setor. Precisamos reunir todos os recursos originários dos Municípios, Estados e União para que essa situação vexatória e degradante não continue. Imaginem a situação dessa senhora de 81 anos, e de uma outra, com 70 anos, que tem uma fratura de braço e caiu da maca, correndo o risco de agravar sua situação. Ter de dormir em uma maca estreita é inconcebível para uma pessoa normal e muito mais para uma pessoa doente.

Portanto fazemos esse alerta. Vou levar o assunto para a Comissão de Saúde; o Deputado Carlos Mosconi tem sido muito sensível a essas questões. Tivemos oportunidade de discutir a respeito dos direitos dos trabalhadores, e temos o entendimento comum de que esses direitos precisam ser assegurados. Vamos continuar fazendo a discussão nesta Casa para que possamos ter a melhor e mais ampla informação sobre o sistema de saúde. O que estiver indo bem, vamos aplaudir; mas, onde haja defeitos e dificuldades, vamos corrigi-los. Se a nossa visita tivesse tido o resultado desejado - que o Hospital São Bento atendesse completamente a população na área de cirurgia ortopédica -, teríamos uma situação muito mais amena que a vivenciada no Hospital Júlia Kubitschek.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Gostaria de ressaltar a preocupação do Deputado Adelmo Carneiro Leão e salientar que os hospitais, em geral, estão fechando pelo Brasil afora. Isso não acontece apenas em Minas Gerais, mas em todo o Brasil. Sabemos que, apesar de o Brasil estar entre os 10 países com o maior PIB do mundo, é um dos países que menos investe em saúde. A média de investimento por brasileiro é de US\$300,00 por ano, ou seja, R\$500,00 por ano. Isso jamais dará para cuidarmos da nossa saúde.

Sabemos que essa situação se agrava ainda mais porque o foco da preocupação com a saúde não é o tratamento do cidadão como um todo. Vemos inúmeros programas de saúde com foco em doenças infecciosas. No Brasil não há um programa de saúde dirigido a doenças crônicas, como as doenças dos idosos, o câncer e várias outras, que atrapalham e levam inúmeras pessoas à morte. Isso acontece porque não há planejamento para a saúde. Tem de haver planejamento que contemple todos e não somente programas de saúde que visem combater doenças infecciosas. Obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Obrigado, Presidente. Obrigado, Srs. Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Deputado Paulo Guedes, Vice-Presidente desta Casa, hoje presidindo esta reunião, gostaria de cumprimentá-lo e dizer que fico feliz de ver V. Exa. conduzir os nossos trabalhos de hoje. Quero também cumprimentar os Deputados e as Deputadas presentes, a nossa imprensa, os nossos jornalistas, que estão sempre presentes em nossas reuniões, embora nem



sempre o resultado possa ser completamente repassado aos meios de comunicação. Entretanto, é um prazer ter a nossa aguerrida imprensa conosco. Quero ainda cumprimentar os telespectadores da TV Assembleia.

Sr. Presidente, procurei fazer um levantamento, motivo por que ocupo esta tribuna hoje. Quero debater sobre um tema que às vezes é tratado aqui não com a profundidade que merece, e, muitas vezes, para esconder problemas que nós, do Bloco Minas sem Censura, apontamos. São problemas referentes ao governo do Estado. Aliás, depois listarei alguns. Para não dar resposta, procuram esconder os problemas. Quando não é com censura explícita, como o caso de hoje, e tem sido na grande maioria dos organismos de Minas Gerais, às vezes isso é feito tergiversando, mudando de assunto.

Alguns Deputados do bloco do governo Anastasia, ou melhor, do bloco Aécio Neves... O Governador Anastasia está sem prestígio nesta Casa, não consegue aprovar nem indicações feitas por ele, como veremos daqui a pouco. Isso me parece um desprestígio muito grande. O ex-Governador Aécio Neves é até chamado pela sua base de o mais querido. Isso significa que o Governador Anastasia é o menos querido. Então a base do ex-Governador e Senador Aécio Neves, por um projeto, que não sei se existirá em 2014, prefere desviar o assunto dos problemas apontados, dizendo que não há investimento do governo federal.

Procurei saber se existe ou não investimento, se isso é fato ou se é só para acobertar problemas que levantamos. Creio que a segunda hipótese, a de que não haja investimento, não é verdadeira. Dizendo de outra maneira, é claro que o investimento é sempre aquém das necessidades. Se fizerem um levantamento dos recursos necessários para resolver os problemas acumulados pelo País ou pelo Estado por séculos e séculos, perceberemos que a demanda é sempre maior do que a oferta. Mas se for feito um quadro comparativo do que tem sido investido e do que se investia antes, os números serão absolutamente gritantes. Por exemplo, o total de investimentos feito pelo governo do Presidente Lula de 2003 a 2010 foi de 52,1 bilhões de reais. Após 2010, já é de 8,7 bilhões o anunciado, de forma concreta. Isso totaliza 60,8 bilhões para Minas Gerais com o governo Lula e agora com o governo Dilma.

Apresentarei depois para o bloco do governo, até para que eles não fiquem repetindo coisas que não têm condições de mostrar, para onde foi cada um desses centavos. São obras do PAC nos Municípios; alguns foram requeridos pelo próprio governo do Estado. Basta entrar no "site" do governo para ver o investimento, Município por Município, nas obras do PAC - saneamento básico, obras de todo tipo, rodovias. São 60,8 bilhões, que é um número muito maior do que o governo Fernando Henrique, por exemplo, investiu em Minas Gerais nos seus oito anos. Aliás, o investimento que era feito era negativo. O ex-Governador Itamar Franco fez uma moratória em Minas na época, e o governo do Fernando Henrique já confiscava direto no caixa. O dinheiro não chegava a esquentar os cofres de Minas, o governo federal já sacava de lá, onde o dinheiro ficava para ir para o FMI. Esse é o valor. Se vocês tiverem o cuidado de observar, há 30 páginas. Não trouxe, porque seria desperdício de recurso imprimir tudo isso. Podem olhar nas páginas da internet que vocês verão os investimentos do PAC, obra por obra, do governo federal em Minas Gerais. São muitas. Trarei umas quatro ou cinco, todos os dias, para ler aqui e demonstrar. Com isso os Deputados ficarão mais calmos e poderemos discutir os problemas de Minas Gerais depois.

Mas isso não significa que o governo federal não precisa investir mais em Minas e resolver os problemas. Ele precisa, sim. A BR-381 é um problema, por exemplo, sobre o qual falarei daqui a pouco. Só para se ter ideia, o repasse da União cresceu 165% desde 2003. É também um dado oficial de repasse do governo. Nesse caso, refiro-me a repasse da União para Estados, de maneira geral, Municípios e Distrito Federal, porque não foi um problema que ocorreu apenas com Minas. Como há um tratamento republicano, o governo liberou recursos em maior quantidade para Estados e Municípios do que fazia o governo do PSDB por meio do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse repasse cresceu 165%, o que é muito superior ao procedimento inflacionário de 2003 a 2010. O aumento foi de 40,4 bilhões em 2003 para 107,2 bilhões em 2010. Aqui está esmiuçado em que e em quais setores esse aumento se deu de maneira mais circunstancial. Houve um aporte de 154% no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb - e 125% a mais de transferências voluntárias.

Podemos então fazer um apanhado do crescimento real do que foi feito, se comparado. Precisamos fazer um estudo. Trago dados preliminares, embora haja um estudo bastante completo em relação a isso.

Isso não significa, repito, que não tenhamos problemas; o governo federal precisa investir mais. Estivemos, com o Bloco Minas sem Censura, em Brasília recentemente. Na visita que fizemos ao Ministério dos Transportes cobramos investimentos para que Minas Gerais fosse agraciada com aporte de recursos na BR-381, no Anel Rodoviário e na BR-040, que são gargalos que precisam de investimento. Para esses três locais visivelmente Minas Gerais precisa de solução.

O governo federal tem a sua responsabilidade nisso, e cobraremos da Presidente Dilma. Esse é um compromisso dela, que será cumprido. Alguns já se iniciaram.

No que se refere à BR-040, tive oportunidade de ir a Conselheiro Lafaiete, onde foi realizada audiência pública que expôs as datas e os cronogramas para se iniciar a duplicação dessa rodovia até a cidade de Ressaquinha. Queremos a sua ampliação até Barbacena e faremos essa cobrança junto a todos os Deputados. No caso da BR-381, idem. Considerando os problemas, o DNIT deverá dar soluções. Fizeram uma passarela de emergência e farão outra ponte metálica de emergência cuja obra começa agora. Enfim, o DNIT tem de resolver o problema e abrir o processo licitatório. Apenas essas intermediações evidentemente não permitem que o caso se dê por encerrado. O DNIT tem de apresentar, e está apresentando, um cronograma. Cobramos a sua apresentação. Para os primeiros lotes, o sete e o oito - que são os principais -, o custo ficará em torno de R\$1.000.000.000,00. A conclusão das obras, segundo o DNIT, será em três anos. O lançamento do edital dos lotes mencionados sai até o dia 20 de maio, e as obras devem começar em setembro. Esses são dados do DNIT. Que eles fiquem aqui para que todos possamos cobrar: edital a ser lançado até 20 de maio, relativo aos lotes, e obras que devem começar em setembro. Além, é claro, da passarela que está sendo colocada e da tal ponte metálica, que, conforme vi pela televisão, ficaria pronta em 60 dias. Vejam bem, são problemas que obrigam os responsáveis a apontar soluções e a firmar compromissos.

Queria, antes de conceder aparte ao Deputado João Leite, solicitar que o governo do Estado fizesse o mesmo em relação a diversos problemas levantados por nós. Ao primeiro deles, não vou me ater mais, porque o Deputado Adelmo já disse claramente: os hospitais



se encontram em situação de caos, e há a greve da Fhemig. É preciso uma solução urgente. Não vimos, até agora, nada de concreto do governo em relação a isso.

Segundo problema: o piso nacional dos professores, que estão ameaçando entrar em greve. Estiveram aqui 2.500 professores. Há reclamações no Estado inteiro. Eles perguntam quando o piso salarial será implementado. Não vi cronograma nem resposta do governo. Não venham me dizer que o problema da BR-381 atrapalha a resolução do problema do piso do magistério.

Um outro problema é o da Cemig. Estive ontem em um ato público e soube que morre um operário por mês da Cemig, porque essa empresa está terceirizando todo o serviço. Ela não nos dá um cronograma real de quando terminarão esses graves casos de acidente com morte. Temos até mesmo uma audiência pública marcada para discutirmos o assunto. Não vale dizer que o problema foi da serpentina. Torturaram a serpentina para que ela confessasse um crime que não cometeu. Na verdade, a rede elétrica da Cemig está um caos, e a Cemig não resolve o problema. Ela culpa a serpentina, mas não resolve o problema.

Agora citamos o problema dos acidentes nas nossas estradas. Ontem o Deputado Federal Hugo Leal, do Rio, esteve aqui e nos disse que, com a implementação da Lei Seca nesse Estado, diminuiu-se em 24% o problema de morte em estradas do Rio. Tudo foi possível graças a um vigoroso procedimento em relação à Lei Seca. Aqui, estamos cobrando providências do governo. Para blindar o Senador Aécio Neves, a Comissão de Transporte não quis aprovar um requerimento sobre Lei Seca, para blindar um Senador que teve um problema com a Lei Seca no Rio. Queremos discutir seriamente essa lei aqui, porque isso também causa morte e acidente. Os sabatinados que estão na pauta, que não se consegue votar, já estão trabalhando. Seus nomes ainda não foram aprovados pela Assembleia Legislativa. Há um evidente descaso do governo com a Assembleia Legislativa. Passa-se por cima da Constituição e não há respostas. Tudo isso é questão que já levantei aqui, além de outras, como a da Rádio Arco-Íris, sobre a qual queremos informações, pois ela recebeu dinheiro público, e a Sra. Andrea Neves não disse se essa atitude está correta ou não. Para nada disso se obteve resposta.

São temas do governo, do qual esperava resposta, que levanto rapidamente aqui, bem porque o Deputado Pestana, Presidente do PSDB, outro dia, em tom mais de ameaça que de solução, disse que nada ficará sem respostas. Estou com vários requerimentos sem respostas e gostaria que as respostas não viessem dizendo que a BR-381 não está pronta. Quero resposta do governo do Estado sobre fatos que acontecem, que são de sua responsabilidade. Quanto a isso, não há como fugir. Gostaria que o governo do Estado não fizesse o papel que fez hoje, proibindo a entrada da imprensa no Hospital Júlia Kubitschek, por meio da Secretaria de Comunicação. Gostaria também que ele não escondesse os problemas como vem fazendo, mas, sim, que fizesse o papel de colocar o dedo na ferida. Esse é o papel de um bom governo.

Reconhecer que há problemas e pedir para resolvê-los. Penso que é assim que o governo deveria funcionar.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Venho com os números também. O governo federal arrecadou, só em fevereiro, R\$64.000.000.000,00, e grande parte desse dinheiro de impostos foi arrecadado em Minas Gerais. Minas Gerais é o Estado mais prejudicado pelo corte das emendas parlamentares, já efetuado no Orçamento da União para este ano e que somou R\$1.800.000.000,00. Gostei muito, porque o senhor trouxe números, e os números estão aqui também.

“Metrô de Belo Horizonte se transforma em peça de ficção política”. O metrô já foi tão prometido pelo PT e pelo PMDB. Apesar da situação que herdou de um governo do PMDB, de Collor de Mello, hoje grande apoiador e parceiro do governo do PT e do PMDB - sem esquecer o papel importante do Presidente Itamar Franco -, herdando inflação de quase 80%, que novamente se assanha no governo do PT, o PSDB construiu 600km de rodovia duplicada de Belo Horizonte a São Paulo.

“Nem PAC acelera verbas para o metrô de Belo Horizonte”. Aqui estão os números também. “Obras prioritárias para Minas continuam apenas na promessa” - não aconteceu nenhuma.

Para encerrar, Deputado Rogério Correia, agradecendo muito a oportunidade de debater com V. Exa., mostramos aqui, na semana passada, o investimento zero do PT e do PMDB em Minas Gerais, o “road show” do Ministro Mantega. Ele não apresenta nenhum investimento para Minas Gerais. Acabamos de saber que, apesar de todo o esforço do governo do Estado para se adequar para a Copa do Mundo, o Aeroporto de Confins não receberá nem um centavo. Ficaremos com o Aeroporto de Confins sem condição de receber aqueles que estarão aqui para a Copa do Mundo. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - É o que eu disse: a Oposição cobra, e o João Leite se ofende e não responde. Assim é fácil. Procuraremos resolver os problemas de Minas, reconhecer que eles existem, ou nos esconderemos atrás de problemas que o Deputado vê em Brasília? Será assim o tempo inteiro? O governo se esconderá atrás da censura ou daquilo que ele acha que o governo federal não fez? Topo fazer a discussão sobre o governo federal e penso que ela deve ser feita, não tem problema algum, mas vamos discutir também as questões de Minas. Levantei vários problemas e não é possível que nenhum deles pode ser reconhecido, Deputado. Não fiz isso para ofender ninguém, fiz cobranças reais. Esqueci-me de falar das Polícias Civil e Militar, que estão para entrar em greve. São problemas que o Estado tem de resolver, sobre salários e relações trabalhistas. Enfim, estou fazendo uma discussão séria, e não é para ficar se escondendo atrás de outros fatos.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Liza Prado* - Concedo aparte ao Deputado Carlos Mosconi e, antes, à Deputada Rosângela Reis.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte)* - Deputada Liza Prado, agradeço-lhe o aparte. Quero apenas fazer um relato, após ouvir a fala do Deputado Rogério Correia, e falar sobre a situação da BR-381. Estamos ilhados no Vale do Aço, pois há um desvio de 120km para se chegar às nossas cidades. Antes as pessoas faziam o trajeto de ônibus em quatro horas; hoje estão gastando sete ou oito horas. Em um trecho existe uma ponte que cedeu. Lá foi construída uma passarela, que chamo de pinguela, mas ela já caiu. Há um projeto para se fazer, em um mês, uma ponte provisória. Para a construção de uma nova ponte, estão dando o prazo de seis meses. Estamos sofrendo com esse gargalo. Outras pontes cairão! Faço um alerta ao DNIT e ao governo federal para que cumpram suas palavras e, ainda neste mês de maio, abram a licitação e comecem as obras de duplicação da BR-381.

Estive em reunião com o Governador, com a participação do DNIT e de outros entes. A pergunta do José Elcio do DER-MG ao DNIT foi: “Quanto você tem, Donizete, para a recuperação e pavimentação das estradas estaduais, bem como para a construção da



ponte provisória?" O Donizete respondeu: "Tenho R\$6.000.000,00" O José Elcio disse: "Seis milhões de reais não é nada. Você precisa ter, no mínimo, R\$20.000.000,00".

Em Minas, estamos, então, vivendo a conta-gotas. O Leste, uma das regiões que gera as maiores divisas para a economia do Estado de Minas Gerais, está padecendo. Obrigada, Deputada.

A Deputada Liza Prado* - Concederei um aparte ao Deputado Carlos Mosconi, mas antes quero falar sobre a grave situação do Triângulo, da nossa região do Prata, da BR-153, que foi considerada, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a rodovia mais violenta do Brasil, em função do traçado e das más condições. Portanto, fizemos uma representação - os dois blocos - ao Ministério Público Federal. Creio ser um problema grave, e temos de tomar providências. Tenho certeza de que a Presidente adotará medidas rígidas. Penso que todos do DNIT vão cair. Ninguém merece conviver com essa situação.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Deputada Liza Prado, agradeço-lhe a atenção e o aparte. As questões já estão sendo respondidas aqui. O Deputado Rogério Correia abordou o caos nos hospitais e, especialmente, a questão da Fhemig. Quero dizer-lhe - e não é novidade para ninguém - que esse caos ocorre nos hospitais do Brasil. Aliás, é muito maior nos outros Estados do que aqui, em Minas Gerais. É preciso que todos saibam disso. Isso se deve a uma ação nefasta do governo federal, que se recusa a regulamentar a Emenda nº 29, aprovada no Congresso Nacional em 2000. Então, a razão principal para as dificuldades dos hospitais brasileiros é exatamente a falta de regulamentação da Emenda nº 29.

Com relação à situação da Fhemig, quero dizer à Casa que se trata de uma exigência do Ministério Público, fruto de uma lei votada anteriormente. O MP hoje exige que os servidores da Fhemig admitidos por contratos administrativos sejam demitidos. O governo lamenta fazer isso. Fui Presidente dessa instituição e me recusei, muitas vezes, a demitir os funcionários contratados. Hoje não há mais saída. Têm de ser demitidos por força de lei, por uma exigência do Ministério Público. O governo, atendendo à solicitação dos parlamentares desta Casa, está fazendo uma avaliação para ver o que pode ser feito, para garantir direitos, que são sagrados, sem dúvida alguma. Mais do que isso, está vendo uma possibilidade financeira para os contratados que sairão agora. Então, o governo tem boa vontade, tem tido sensibilidade, minha cara Deputada Liza Prado, para fazer essa avaliação, que não pode ser feita de uma hora para outra, pois são casos individualizados. É preciso verificar caso a caso, pois um tem 20 anos de Fhemig; outro, 25 anos; outro, 2 anos; e outro, 8 anos. São milhares de casos. Tão logo essa avaliação seja feita, o governo vai reunir-se com os funcionários da Fhemig, com os parlamentares desta Casa no interesse de encontrar uma solução, que, certamente, será encontrada. Obrigado pela atenção.

A Deputada Liza Prado* - Eu é que agradeço, Deputado. Realmente creio que os concursados sejam chamados e que os funcionários resolvam a questão da indenização. Torço para que esta Casa colabore.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputada Liza Prado, agradeço o aparte concedido. Serei muito rápido. Devemos dizer a V. Exa. e ao Deputado Rogério Correia que aceitamos o desafio de debater políticas públicas dos governos federal e estadual. Isso está fácil e evidente para todos, não apenas aos mineiros, mas aos brasileiros.

Hoje, por exemplo, acontecerá uma grande marcha dos Prefeitos em Brasília. Mais uma vez, estão de pires na mão discutindo com o governo federal o repasse aos Municípios que passam fome, que não têm dinheiro nem para pagar a seus servidores e funcionários. Há quanto tempo isso massacra os Municípios do Brasil? Os Municípios mineiros estão lá. Em contrapartida, todos os convênios e tudo aquilo que foi assumido pelo governo estadual está sendo cumprido rigorosamente. Não é questão de coerência, mas de debate, mostrando números e ações, principalmente para a governabilidade de Minas Gerais.

Há poucos dias, tivemos a ação do eminente Senador Aécio Neves com a apresentação de sua PEC para fazer com que os Municípios mineiros, após a tramitação da emenda constitucional, não passem mais fome. Sabemos da dificuldade da tramitação. É necessário que façamos um viés dos governos federal e estadual em relação aos repasses do PAC para tantas e tantas obras que estão absolutamente inertes pelo desrespeito do governo federal. Realmente, Minas tem sofrido as mazelas da governabilidade. Muito obrigado.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, Deputada Liza. De alguma forma, sacrificamos o tempo da Deputada, que, democraticamente, nos dá oportunidade de nos manifestarmos. Ainda não tive chance de mostrar alguns dados do debate ao Deputado Rogério Correia. Deputada Liza Prado, é impossível esquecermos o governo federal.

Para se ter ideia, estou com o pronunciamento do mais querido, o Senador Aécio Neves. O mais querido mostrou os números quando discursou em Brasília. Fez a proposta de que seja recomposto o tamanho da fatia do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Com as isenções e a festa que o PT e o PMDB fazem em Brasília, a participação dos Estados e Municípios era de 27% e hoje é de 19%. O Deputado Dalmo lembrou bem o porquê de os Prefeitos estarem em Brasília hoje. Estão lá porque caiu a participação de 27% para 19%. O restante fica com o governo federal.

Achei que hoje o Deputado Rogério Correia fosse dar uma palavra em favor de Minas Gerais, pois começou tão bem seu pronunciamento... Hoje o governo federal disse que a ponte do Rio das Velhas pode ficar pronta daqui a seis meses, mas não garante. No entanto, os especialistas dizem que a ponte localizada na BR-381 em Nova União cairá. O governo federal está prometendo fazer isso em seis meses. Que governo rápido, não é mesmo? Que governo eficaz! Deputada Liza, talvez dê para consertar as pontes em seis meses. Esperem oito meses. Se cair ou ceder a ponte em Nova União, quantos meses mais teremos que esperar? Ficaremos calados?

Por último, o Deputado Rogério Correia falou sobre a lei seca. É impossível fiscalizar isso em Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia compara Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Na verdade, o Rio de Janeiro tem 90 Municípios e 2% da malha rodoviária federal, enquanto Minas Gerais tem 25%. Onde está o contingente da Polícia Rodoviária Federal para fazer essa fiscalização? Não há contingente. Deputado Rogério Correia, há apenas um Policial Rodoviário Federal para cuidar de 500km, e V. Exa. quer comparar o Rio de Janeiro com Minas Gerais? Rio de Janeiro possui 90 Municípios; Espírito Santo, 78; e Minas Gerais, 853. Portanto, em relação aos 25% da malha rodoviária federal, o investimento do governo do PT e do PMDB foi zero em Minas Gerais.



A Deputada Liza Prado* - Antes de conceder um aparte ao Deputado Carlin Moura, gostaria de dizer que, na minha região do Triângulo Mineiro, a 75km de Uberlândia, os acidentes nas estradas, num trecho de 70km da BR-153, levaram o Município de Prata à primeira colocação de mais violento no trânsito do Brasil. Na verdade, têm acarretado mortes violentas e trazido muito desespero para as famílias. Muito mais do que discutirmos essa questão política e partidária, o DNIT precisa ter uma política de responsabilidade com o traçado e cuidado com a manutenção. Creio que isso seja o mais grave. Deputado Carlin Moura, deveriam estadualizar realmente as estradas que são mais próximas dos Municípios. Não há como os Municípios, que custam a dar conta da folha de pagamento, cuidarem das estradas. Na verdade, eles têm sofrido com isso, pois a pressão atinge os Prefeitos. Percebemos que o povo tem morrido em razão do traçado que é de péssima qualidade e da falta de fiscalização, que deixa a desejar. Observamos que a nossa BR está bem próxima da minha cidade de Uberlândia. Os 75% vieram fazer parte das estatísticas divulgadas pelo Ministério da Justiça, assim como do mapa da violência em 2011. O cálculo é feito pelo número de mortes em acidentes entre 1998 e 2008 em relação à população da cidade. O índice registrado pelo mapa foi de 85,6 pontos. O que acontece na BR-153 retrata as demais BRs do Estado de Minas Gerais. Concedo um aparte ao Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputada Liza Prado, nós, poderes constituídos de Minas, precisamos voltar os nossos olhos para o nosso Estado. Essa questão é fundamental. É preciso que cada um de nós se pergunte o que pode fazer para enfrentar os problemas. Ficamos, às vezes, numa discussão muito politizada e partidária e acabamos cometendo imprecisões preocupantes. Por que Minas Gerais é grande e possui a maior malha rodoviária federal, conforme disse o ilustre Deputado João Leite, não debateremos as questões das estradas e a questão da lei seca no Estado? Não. Temos de debater e apresentar soluções. Deputada Liza Prado, outra imprecisão que muito me preocupa é a greve da Fhemig. Ouvi aqui que verificaremos o que podemos fazer para pagarem os direitos dos contratados da Fhemig. Ora, isso me assusta, porque aprovamos uma legislação regulamentando os contratos temporários. Há previsões explícitas de direitos dos servidores e trabalhadores contratados nessa legislação aprovada por esta Casa. Ao Estado não compete discutir como faremos. Na verdade, temos de pagar esses direitos. Entre os diversos trabalhadores da Fhemig, um dos pontos que os que foram demitidos estão pleiteando hoje é o direito de receber a sua rescisão trabalhista, que não foi feita até o presente momento. Obviamente temos também de garantir agilidade no concurso público. Falar na Assembleia de Minas que, para garantir os 12% na saúde, precisamos da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29?! Ora, podemos prever os 12% na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária e aportar, sim, mais dinheiro para a saúde. Deputada Liza Prado, sem dúvida nenhuma, o SUS é o maior plano público de saúde, mas precisa de financiamento, que é garantir os 12%. Os R\$4.000.000.000,00 que estão sendo computados, como se saúde fosse, são do saneamento e não chegam às pequenas cidades nem ao Vale do Jequitinhonha. Criamos uma Copanor para garantir o saneamento nas cidades pequenas. No entanto, estão excluindo os Municípios com até 200 habitantes como se 200 pessoas não fossem gente. Então precisamos discutir mais sobre o nosso Estado. E o que nós, enquanto poder político de Minas Gerais, podemos fazer para resolver problemas de Minas Gerais? Não é só pensar em Brasília, não. Para atuar em Brasília, elegemos o nosso querido Deputado Weliton Prado, que está cumprindo seu papel, assim como o Deputado Domingos Sávio. Aqui, na Assembleia de Minas, temos de discutir sobre Minas Gerais.

A Deputada Liza Prado* - Vou apenas citar o que ainda tenho para apresentar. Julgo importante a contribuição para o debate. Quando não há tempo para debater, o Deputado se sente prejudicado, mas sinto-me contente por ter concedido aparte a todos os Deputados que o solicitaram. Apenas gostaria de pedir apoio à Assembleia para lançarmos uma frente parlamentar pela liberdade de expressão e o direito à comunicação, com a participação popular. Infelizmente, no tempo que me resta, não será possível falar sobre esse tema, mas digo que será aqui apresentado. Conversarei com cada um dos Deputados para assinarmos em favor dessa frente, a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - Abraço. Consegui apoio junto à Deputada Luiza Erundina, do meu partido, PSB, que tem colaborado com essa frente em Brasília. Tenho certeza de que essa frente muito ajudará a liberdade de expressão. Assim, conversarei com cada um dos Deputados para ganhar o apoio de todos.

Gostaria também de dizer e convidar, com o empenho de todos os Deputados e Deputadas, para, na próxima segunda-feira, dia 16 de maio, às 10 horas, discutirmos a respeito de uma reunião preparatória para planejarmos um fórum sobre segurança nas escolas do Estado, que será tema de fórum técnico. Trata-se de requerimento de minha autoria e de outros Deputados cujos nomes não me lembro no momento. O Deputado João Leite, com apoio de outros Deputados da Comissão de Segurança Pública, tomou providências, criou a comissão preparatória e já houve três encontros. Fico muito contente por um requerimento ser tão bem atendido por uma comissão e já preparar um fórum. Fico muito feliz, Deputado João Leite, e quero cumprimentá-lo pela agilidade. Quero também discutir a possibilidade de uma das reuniões ser realizada em Uberlândia, para discutirmos tal tema. Lá contaremos com a participação do Promotor Dr. Jardim Siqueira, com pesquisas em livros e com pessoas profundamente capacitadas para discutir a segurança nas escolas. Aliás, também quero apresentar um projeto de minha autoria que tramita nesta Casa, o qual dispõe sobre a criação do programa permanente de saúde e segurança escolar. Antes, Sr. Presidente, vou dizer que no dia 13 receberemos em Uberlândia a Comissão de Esporte, com a presença dos Deputados Tenente Lúcio, Elismar Prado e Luiz Humberto, para discutirmos a probabilidade de sermos uma subseleção da Copa. Receberemos também a Secretária de Estado para discutirmos a violência doméstica e familiar contra a mulher; contaremos com a presença de Eliana Piola, com quem tenho tratado sobre a necessidade de se instalar um juizado especial de violência doméstica familiar contra a mulher; e, de acordo com o pacto nacional pelo enfrentamento da violência contra as mulheres, teremos de discutir sobre a Defensoria. Já conseguimos apoio com a Secretária Iracema, já há recursos do governo federal liberados para haver ali um local de atendimento às mulheres. Em razão do tempo, não será possível falar sobre tais temas. Mas estamos trabalhando para o Estado de Minas Gerais, pelo povo do Estado, que é nossa obrigação. Assim, no momento oportuno, farei uso da palavra para falar sobre tais conquistas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, como o tempo a mim concedido foi reduzido, peço desculpas aos colegas, mas não vou conceder aparte. Quero tratar da Lei Seca, mas não da Lei Seca relativa ao consumo de álcool, mas à lei seca que está imperando em dezenas de Municípios cujas comunidades de até 200 habitantes não têm hoje o atendimento prestado pela Copanor, subsidiária da



Copasa criada por esta Casa com objetivo de cuidar da prestação de serviço de água e esgoto nos Municípios do semiárido mineiro. Eu queria a atenção dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, tanto da Oposição quanto da Situação, porque, a meu ver, se trata de uma causa civilizatória, e não partidária. Estamos tratando de uma realidade onde pessoas, em Minas Gerais, segundo Estado mais rico do País, onde comunidades estão carregando água em jegue ou em lata em cima da cabeça, andando 3km, 4km, para terem atendido o consumo humano de água. Sr. Presidente, estamos fazendo todo o caminho institucional. Fiz questão de estar com o Governador, fui à agência de saneamento e, recentemente, estive com a diretoria da Copanor. Quero relatar aos Deputados o que disse o Diretor-Presidente da Copanor. Deliberadamente, a Copanor, por uma relação de custo-benefício, elimina comunidades com menos de 200 habitantes na hora de estabelecer o chamado Contrato de Programa. Aí, vem uma pergunta singela: e as dezenas, centenas de comunidades com uma população inferior a 200 habitantes não têm o sagrado direito à água? Não falo de água para a criação ou para a plantação, que já seriam fundamentais em uma região onde o nível de renda é baixo, falo de água para beber. O Diretor-Presidente da Copanor foi claro: “Os recursos que temos nos impõem priorizar”. Diga-se de passagem que todo o dinheiro da Copanor é proveniente do Fundo Estadual de Saúde, para compor a obrigação constitucional.

Quero fazer claramente um apelo ao Governador. Primeiramente, a Assembleia aprovou, no Plano Plurianual, uma nova ação de atendimento para as comunidades de até 200 habitantes. Essa ação foi aprovada nesta Casa, e os representantes do governo falaram que não vão cumpri-la. Ela tem de ser cumprida, pois foi aprovada e é lei.

O segundo aspecto: aprovamos um ofício dirigido diretamente ao Governador. Para mim, o Governador tem de pegar o telefone e falar para Presidentes da Copanor, da Copasa que resolvam a questão. Não podem faltar recursos para quem está morrendo de sede. Pode faltar dinheiro para tudo, menos para isso. Portanto, fizemos um requerimento ao Governador do Estado, respeitoso, solicitando providências para o cumprimento da lei.

Deputado Carlin Moura, a V. Exa., que integra a Comissão, infirmo que aprovamos uma caravana da água, para os próximos dias 30 e 31, para o Jequitinhonha. Vamos visitar essas localidades, no Estado de Minas Gerais, onde as pessoas estão separando barro da água e carregando água em jegue. Vamos tentar sensibilizar ainda mais as autoridades.

Há uma lógica perversa por trás da decisão da Copanor. Quando a Copasa apresentou a proposta de criar subsidiárias, discutimos muito esse assunto - que está registrado nas notas taquigráficas. Eu disse que era perigoso criar a subsidiária para o semiárido, porque romperíamos com o subsídio cruzado. Seria como dividir a Copasa. A Copasa, que dá lucro, que atua nas cidades ricas, em grandes centros urbanos, cujo capital é aberto aos acionistas, fica sem o semiárido. O semiárido, cujo custo de implantação é maior, fica com a Copanor, que poderá contratar servidores com salários mais baixos e, talvez, fará sistemas de menor qualidade, mais baratos.

Mas a própria Copanor adotou essa lógica: pega comunidades com mais de 200 habitantes, para maximizar o seu investimento, e elimina os locais em que teria de desenvolver uma tecnologia de custo maior. Será que é justo, Deputada Maria Tereza Lara, a Copasa dividir lucro com acionistas, fazer investimentos vultosos e deixar a Copanor com recursos do Fundo Estadual de Saúde e, ainda por cima, deixando sem cobertura comunidades com menos de 200 habitantes? Que lógica é essa?

Portanto, mais uma vez gostaríamos de fazer uma solicitação ao governo, até porque no meu entendimento essa é uma questão de governo. O Presidente da Copanor - diga-se de passagem, que nos recebeu muito bem e parece ser uma pessoa muito competente, com longa carreira nessa área - disse-nos que há ações da Copanor que estão atrasadas porque os terrenos não estão regularizados. Ora, existe uma Secretaria Estadual de Regularização Fundiária e uma gestão eficiente tem de integrar os seus vários órgãos. Então, por que essa Secretaria não começa a priorizar os terrenos que serão disponibilizados para a Copanor implantar os seus sistemas de água e esgoto?

O Presidente, que é digno representante do semiárido mineiro, sabe muito bem da gravidade de tudo isso. E ainda há desperdício dos recursos públicos, como se disse nessa visita oficial à Copanor. Algumas comunidades com até 200 habitantes podem até ter um poço artesiano furado, mas esse poço precisa de manutenção. Ora, como a Copanor não inclui essa comunidade no contrato de programa, o poço fica sem manutenção. Aí, o investimento do poder público - seja do governo federal, governo estadual, Sedru, Funasa, Dnocs ou mesmo por emenda parlamentar - é jogado fora. Não concebo uma política pública dessa forma. Imaginem se o Luz para Todos fosse assim; se só fôssemos colocar luz onde tem mais gente, porque fica mais barato! Não, o Luz para Todos é um modelo de programa universal: é luz para todos. O Deputado Rogério Correia, que foi do MDA, sabe que o Luz para Todos permitiu que as pessoas saíssem da concentração urbana e voltassem para sua propriedade, para produzir, rompendo com o ciclo da migração. Agora, se o poder público diz a uma pessoa que nunca levará água para o seu povoado porque ele tem menos de 200 habitantes, é lógico que essa pessoa não vai continuar ali - e ela podia ser uma agricultora familiar, podia gerar renda e ter uma vida mais digna. Esse critério da Copanor é inadmissível. Quero que alguém venha aqui defender esse critério do governo, se houver alguma defesa. Mas não há. Considero até que o Governador não tenha conhecimento da gravidade dessa situação, porque, sinceramente, como pode o poder público condenar “a priori” uma parcela da população, que, segundo a Copanor, nem é estimada? Se ela não tem sequer estimativa de quantas localidades e pessoas estão nessa situação?

Assim, deixo aqui esse apelo. Já aprovamos o requerimento ao Governador, fomos à Agência de Saneamento e vamos visitar as localidades daquela região, esperando que não precisemos voltar a essa temática. Concedo aparte ao Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado André Quintão, apenas gostaria de desejar-lhe boa sorte nessa bandeira mais que correta que V. Exa. vem levantando aqui há tempos. E, aliás, até agora, não obteve do governo do Estado de Minas Gerais resposta alguma. Como já disse, o silêncio do governo tem-nos deixado entristecidos, pois ele se esconde atrás da censura ou se esconde atrás da tergiversação, mas nunca busca reconhecer o erro e corrigi-lo. O apelo que temos feito ao Governador Anastasia é para que ele rompa com esse passado e esse legado do ex-Governador Aécio Neves, hoje Senador, e passe a governar Minas Gerais a partir de uma Minas Gerais real. Que não mais use da censura ou esconda a realidade para tentar se manter com altos níveis no governo. Isso já era. Não é esse tipo de governo que o povo de Minas Gerais merece.



Portanto, os mais pobres, das regiões mais distantes, onde falta água, não podem ser tratados da forma que V. Exa. denunciou aqui. Esperamos resposta e conclamamos o Deputado Federal Pestana, Líder do PSDB, para que, de fato, nada fique sem resposta, porque, até agora, para nada temos respostas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado André Quintão* - Para concluir, gostaria de agradecer a atenção das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados. Digo, de maneira clara, que não farei disputa político-partidária com essa questão. Estou aqui respeitosamente me dirigindo ao Governador, para que o Plano Plurianual seja cumprido e para que esse critério seja revisto. Trata-se de uma questão humanitária e civilizatória que Minas Gerais não pode mais deixar de atender. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/5/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

exonerando Daniella Batista Sturzeneker do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;
exonerando Dilene Gasparino Mattos Araújo do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;
nomeando Dilene Gasparino Mattos Araújo para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando Ailon Luiz do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
exonerando Luiz Eduardo Salomão Mendonça do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
nomeando Ailon Luiz para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Luiz Eduardo Salomão Mendonça para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Marques Abreu

nomeando Marconi Cesarini Henriques para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas.

Gabinete do Deputado Neider Moreira

exonerando Alessandra Capanema Azevedo de Faria do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
exonerando Haydée Santos Gibram do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
exonerando Luísa Ferreira Melo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;
nomeando Alessandra Capanema Azevedo de Faria para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Haydée Santos Gibram para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Janaina de Aquino Soares para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Sheyla Edilene da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas.
Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Daniella Batista Sturzeneker para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: WF Tecnologia Científica Ltda.-ME. Objeto: manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médico-hospitalares. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Centro de Documentação de Radiografia Odontológica – Crodort Ltda.-ME. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-deputados contribuintes do Iplmg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes na especialidade raios X. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Método Mobile Comércio e Serviços de Celulares GSM Ltda. Objeto: prestação de serviços de suporte técnico, manutenção preventiva e outros em tecnologia da informação. Vigência: 12 meses a partir de 21/7/2011 até 20/7/2012. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.



TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Salem Serviços Ltda. Objeto: serviços de transporte urbano de pequenas cargas e encomendas por meio de 4 motocicletas equipadas com baú. Vigência: 90 dias a partir de 16/5/2011, ou até o término do Pregão Eletrônico nº 17/2011. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/4/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 16/4/2011, na pág. 164, col. 1, acrescente-se, após as assinaturas, o seguinte texto.

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA		Data: 29/3/2011	
		Início: 14horas	Término: 15h40min
Comissão: do Trabalho, da Previdência e da Ação Social (1ª Reunião Extraordinária)			
Local: Auditório da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Prestação de Serviços de Ipatinga			
Tema: Economia solidária			
Link para o projeto de lei:			
Finalidade: Discussão sobre a economia solidária			
Origem: Requerimento da Deputada Rosângela Reis			
Participantes		Órgão ou entidade	
Deputada Rosângela Reis	ALMG		
Deputado Luiz Carlos Miranda	ALMG		
Sra. Carmem Rocha Dias	Presidente do Conselho Estadual da Mulher e Subsecretária de Projetos Especiais de Promoção Social		
Sra. Juliana Macário de Oliveira	Diretora de Assessoramento para Incubação de Empreendimentos Formais e Autogestionados		
Sra. Elminia Ferreira	Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher		
Sra. Marinha Nogueira Xavier	Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora		
Sra. Eliane Duarte	Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Pitágoras		
Sr. José Euler	Prefeito Municipal de Mesquita e Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Aço – Amva		
Sinopse:			
<p>Requerida pela Deputada Rosângela Reis, Presidente da Comissão, a audiência pública destinou-se a discussão sobre a economia solidária. Para a Deputada, a região do Vale do Aço tem um grande potencial para a economia solidária, uma vez que possui dezenas de grupos de mulheres, cooperativas financeiras, associações de artesãos, sindicatos de trabalhadores, empresas comunitárias e outras organizações que se mostram empenhadas em gerar renda e emprego, com a preocupação fundamental de valorizar o ser humano. De acordo com a parlamentar, essa potencialidade precisa ser traduzida em resultados concretos e de grande alcance social. Para tanto, a primeira medida deve ser a capacitação dos agentes sociais, aumentando sua capacidade técnica de gestão, de forma a que essas empresas sociais se tornem competitivas, autogeridas e duradouras.</p> <p>A Subsecretária Carmem Rocha apresentou exemplos de práticas de empreendedorismo que deram certo, as quais envolvem a produção, a comercialização e a distribuição de produtos e são baseadas na participação e na autogestão – as pessoas gerem e administram seu próprio trabalho. Segundo ela, para empreender de maneira solidária é necessário, entre outras coisas, reconhecer as dificuldades e as potencialidades presentes na comunidade e, diante disso, planejar ações com base nas oportunidades existentes. Incentivar o protagonismo da comunidade, institucionalizar o processo de capacitação como eixo estratégico de todas as fases do empreendimento e envolver as pessoas de forma cooperativa, promovendo a implantação do empreendimento até o produto final, são requisitos para o sucesso de um empreendimento baseado na economia solidária.</p> <p>A Sra. Juliana Macário discorreu sobre os pilares da economia solidária: crédito, qualificação, assessoria, fomento e acesso às tecnologias. Ressaltou a importância de se constituir um conjunto de políticas estaduais específicas relacionadas à economia solidária tendo-se como base esses pilares, mas reconheceu que, na prática, ainda não se conseguiu atender a todos eles. Por fim, destacou os investimentos do governo em ações de qualificação profissional, de apoio às feiras de comercialização e de capacitação de gestores públicos em economia solidária.</p> <p>A Sra. Marinha Xavier ressaltou a importância da linha de crédito oferecida pelo governo para incentivar os empreendimentos da economia solidária.</p> <p>Por fim, a Deputada Rosângela Reis reivindicou que as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social e de Trabalho e Emprego atuem de forma conjunta para garantir a sobrevivência de grupos que se dedicam ao artesanato e a pequenos serviços no Vale do Aço.</p>			
Encaminhamentos:			
Link:			
Anexos:			
Links:			
Para notas taquigráficas:			
Para notícias: http://www.almg.gov.br/not/bancodenoticias/Not_831600.asp			

Sala das Comissões, 6 de abril de 2011.

Rosângela Reis, Presidente - Celinho do Sinttrocel - Luiz Carlos Miranda - Romeu Queiroz.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/4/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 3/5/2011, na pág. 239, col. 1, na 8ª linha, onde se lê:



“Liza Prado e Rogério Correia (6) em que solicitam seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça pedido de providências para a realização de investimentos na rede física, equipamentos e recursos humanos nas unidades da Delegacia de Polícia do Município de Ribeirão das Neves; seja encaminhado ao Defensor-Geral da Defensoria Pública Estadual pedido de providências para a realização de investimentos na rede física, equipamentos e recursos humanos nas unidades do Ministério Público, no Município de Ribeirão das Neves”, leia-se:

“Liza Prado e Rogério Correia (6) em que solicitam seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça pedido de providências para a realização de investimentos na rede física, equipamentos e recursos humanos nas unidades do Ministério Público em Ribeirão das Neves; seja encaminhado ao Defensor Público-Geral pedido de providências para a realização de investimentos na rede física, equipamentos e recursos humanos nas unidades da Defensoria Pública em Ribeirão das Neves”.

**ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, EM 4/5/2011**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 6/5/2011, na pág. 85, col. 1, sob o título “REQUERIMENTOS”, no Requerimento nº 587/2011, da Comissão de Direitos Humanos, onde se lê:

“nas unidades do Ministério Público em Ribeirão das Neves”, leia-se:

“nas unidades da Defensoria Pública em Ribeirão das Neves”.